



Joaquim Luís Rodrigues Bonixe

Tese de Mestrado em Ciências da Comunicação
Variante: Estudo dos Media e do Jornalismo

**As rádios locais em Portugal: Informação e função social -
*Uma análise dos noticiários das rádios do distrito de Setúbal***

Orientador: Prof. Doutor Francisco Rui Cádima



Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Ciências da Comunicação

Lisboa, Abril de 2003

À Carolina

À minha mulher Sónia

Aos meus pais, irmãs e sobrinho

Ao Fernando

Agradeço a todos quantos tornaram possível a realização desta tese, nomeadamente ao meu orientador, professor doutor Francisco Rui Cádima.

À dr^a Paula Magalhães (Voz de Almada), Lister Silva (Seixal FM), Sérgio Bernardo (Popular FM), Joaquim Cunha e José Manuel Ferreira (Santiago FM) e ao dr. Vítor Beltrão (Associação Portuguesa de Radiodifusão).

Agradeço ainda as informações fornecidas por Ferrer de Carvalho (Rádio Antena Miróbriga), Rafael Rodrigues (Rádio Clube de Grândola) e Andreia Costa (Rádio Sines).

Desde que não conversamos, meus amigos, este nosso Velho Mundo e os outros mais velhos que se estendem para Oriente, têm sido visitados por males inumeráveis, uns trazidos pelas violências da Natureza, outros pela violência dos homens, porque o consciente e o inconsciente (se é que este realmente existe) rivalizam, como sempre, na produção da dor. No Japão foi um desses pavorosos «macaréus», que tanto assustavam os nossos navegadores do século XVI, invadindo em desmedido vagalhão léguas de costa e lambendo aldeias, cidades, centenas de milhares de criaturas, como se fossem apenas conchas e areia leve.

(...)

No Sul da França, «junto à fronteira, um trem descarrilando causara três mortes, onze ferimentos ...».

(...)

A leitora, tão cheia de graça, virou a página do jornal doloroso, e procurava noutra coluna, com um sorriso que lhe voltara, claro e sereno... E, de repente, solta um grito, leva as mãos à cabeça:

- Santo Deus !...

Todos nos erguemos num sobressalto. E ela, no seu espanto e terror balbuciando:

- Foi a Luísa Carneiro, da Bela Vista ... Esta manhã!

Desmanchou um pé!

Então a sala inteira se alvorotou num tumulto de surpresa e desgosto.

As senhoras arremessaram a costura; os homens esqueceram charutos e poltrona; e todos se debruçaram, reliam a notícia no jornal amargo, se repastavam da dor que ela exalava!... A Luisinha Carneiro! Desmanchara um pé!

(...)

Dois mil javaneses sepultados no terramoto, a Hungria inundada, soldados matando crianças, um comboio esmigalhado numa ponte, fomes, pestes e guerras, tudo desaparecera - era sombra ligeira e remota. Mas o pé desmanchado da Luísa Carneiro esmagava os nossos corações... Pudera! Todos nós conhecíamos a Luisinha - e ela morava adiante, no começo da Bela Vista, naquela casa onde a grande mimosa se debruçava do muro, dando à rua sombra e perfume.

Eça de Queiroz

Bilhetes de Paris - As leis das catástrofes e as leis de emoção

Índice

1. Introdução	7
I PARTE – Questões teóricas de um movimento	10
I. 1. – As rádios locais e a comunicação social local e regional	10
I. 2. – As rádios livres - discursividade alternativa e função social	16
I. 2.1. - A dimensão democrática da rádio	19
I. 2.2. - Rádios locais e interacção social	25
I. 2.3. - Discursividade alternativa	29
I. 2.4. - Para uma tipologia das rádios livres	33
I. 2.4.1. - Do público ao privado	38
I. 3. As rádios livres na Europa	41
I. 3.1. - As primeiras experiências	43
I. 3.2. - França	44
I. 3.3. - Itália	45
I. 3.3.1 - Rádio Alice – um caso na cacofonia	46
I. 3.4. - Espanha	48
I. 4. Percurso histórico das rádios locais em Portugal	52
I. 4.1. - As primeiras emissoras locais portuguesas	56
I. 4.2. - A Programação	60
I. 4.3. - A Informação	62
I. 4.4. - Propriedade, financiamento e recursos humanos	65
I. 4.5. - Os Gigantes	67
I. 4.6. - O Associativismo	70
I. 5. O processo de legalização	72
I. 5.1. - Análise de legislação anterior à legalização	73
I. 5.2. - O concurso público	80
I. 5.3. - As frequências regionais	82
I. 6. O período pós – legalização	83
I. 6.1. - As cadeias de rádios	85
I. 6.2. - Ordem no sector – Um novo enquadramento legal	88
I. 6.3. - Consolidação do sector – dos mega-media à Internet	91
II PARTE – Estudo de Caso – Análise de noticiários das rádios locais do distrito de Setúbal	95
II. 1. – Objectivos do estudo	95
II. 2. – Metodologia do estudo	97
II. 3. – A informação na Rádio	100

II. 4. – Distrito de Setúbal – caracterização do sector radiofónico	105
II. 5. – Caracterização do «corpus»	108
II. 5.1. – As redacções	109
II. 5.2. – Organização dos noticiários	110
II. 5.3. – Rotinas de produção: o peso da organização	114
II. 5.4. – A redacção como centro de trabalho	116
II. 6. – Análise e interpretação de dados	119
II. 6.1. – Predomínio do Não Local sobre o Local	119
II. 6.2. – Os acontecimentos locais	127
II. 6.3. – Cobertura noticiosa do concelho sede	132
II. 6.4. – A polifonia: um recurso subaproveitado	134
II. 7. – O tratamento da informação	143
II. 7.1.- As aberturas dos noticiários	143
II. 7.2.- O predomínio dos factos sobre a opinião; o mimetismo das agências noticiosas	148
II. 7.3. – A importância do Desporto e a manutenção do «status»: o declínio do discurso alternativo	152
III - Conclusão	158
IV - Bibliografia	166

1. Introdução

A revolução das ondas é seguramente um dos marcos mais significativos da história dos media em Portugal dos últimos anos, mas curiosamente a mesma importância não foi acompanhada por trabalhos académicos de fundo que pudessem contribuir para a compreensão e reflexão do tema.

O estudo que aqui se apresenta tem um objectivo claro: contribuir, desde logo, para o debate académico sobre a implementação e posterior gestão das rádios locais em Portugal e problematizar o conceito e a função social das rádios locais no contexto histórico e informativo recente português, com particular enfoque num estudo de caso das rádios locais do distrito de Setúbal.

O fenómeno das emissoras locais teve, como se sabe, grandes repercussões na paisagem mediática portuguesa, à semelhança, aliás, daquilo que se verificou por toda a Europa com o assalto, a partir dos anos 70 de milhares de rádios livres, às velhas fortalezas da paisagem radiofónica europeia (CORREIA, 1996:45).

A União Europeia contava, em 1995, com cerca de oito mil estações de rádio, das quais 22 na Irlanda, 109 na Inglaterra, 840 em Espanha, 1397 em França e perto de quatro mil em Itália¹. Portugal tem cerca de 380.

O aparecimento das rádios livres significou ainda a ruptura com uma tradição de monopólio do Estado na tutela do espectro radiofónico. Em muitos países da Europa representou ainda a última barreira a ultrapassar no sentido da liberalização total dos meios de comunicação social, já que a legalização das rádios livres aconteceu depois do aparecimento das televisões privadas, como é o caso italiano.

O movimento das rádios livres, é por isso, legitimamente considerado, como a consolidação do processo democrático dos Estados. Vejam-se os casos português e espanhol, onde o movimento só floresceu depois da queda dos respectivos regimes ditatoriais e com o devolver do poder às instâncias locais/regionais.

As ideias de Eco, Guatari ou Brecht de «devolução» dos media às comunidades, encontra no irromper do fenómeno de criação das rádios

¹ - CORREIA, José Nobre, "A Cidade dos Media", Campo das Letras, Porto, 1996, p.46.

locais/livres o seu expoente máximo, consubstanciado na facilidade de meios técnicos e humanos para pôr uma rádio livre no ar.

Os objectivos das rádios livres seriam, como refere Emili Prado “dar a palavra às gentes, a todas as pessoas que nunca têm a oportunidade de expressar-se através de um meio para comunicar com os outros” (PRADO, 1981:245).

Mas as rádios são livres ainda pela forte componente democrática que representaram através da facilidade de acesso aos media que as caracterizou no passado. Muitas aldeias ou vilas do interior dos respectivos países, antes sem eco das suas vivências nos meios de comunicação social, normalmente centralizados nas grandes cidades, passaram a dispor da «sua» rádio.

As rádios livres representariam assim uma espécie de novo ciclo comunicacional cujos marcos da ruptura com o monopólio do Estado, com os governos totalitários foram simbolicamente representados pela génese de origem popular do fenómeno.

Talvez por isso os processos de legalização das rádios livres/locais em Portugal e no resto da Europa tenham passado por um crivo tão exigente. Avanços e recuos no plano legal, à laia de ideologias político/partidárias acabaram por emprestar ao fenómeno um marco de clandestinidade que o haveria de caracterizar.

O que este estudo propõe fazer é analisar o cenário das rádios locais em Portugal passados que estão 25 anos desde o aparecimento da primeira rádio pirata e 13 desde a legalização ocorrida em 1989.

A ausência de trabalhos académicos anteriores neste campo obriga-nos a recorrer a reflexões isoladas sobre o fenómeno e aí é difícil encontrar um discurso optimista sobre o papel passado e futuro das rádios locais.

São recorrentes os problemas financeiros, a falta de apoio por parte do Estado, as iniciativas legislativas pouco adequadas à realidade e por fim o declínio de uma visão alternativa da realidade por parte dos media que caracterizou as rádios locais.

É intenção desta investigação proceder a uma caracterização histórica do sector em Portugal, desde as origens do fenómeno, passando pelo complicado processo de legalização até aos anos conturbados na gestão dos projectos que se seguiram ao licenciamento das emissoras locais de radiodifusão.

Por fim, pretende-se, partindo do jornalismo que é praticado em quatro rádios locais da Península de Setúbal e que foram alvo de um estudo quantitativo dos seus noticiários – cujos resultados se apresentam na II parte deste trabalho – perceber se os princípios de pluralismo, de representação no espaço mediático dos diversos discursos de uma comunidade, continuam a fazer parte da lógica das rádios locais em Portugal, agora que estas estão inseridas num contexto de mercado, de novas tecnologias, e dos grandes grupos de comunicação social.

I PARTE - Questões teóricas de um movimento

I. 1. As rádios locais e a comunicação social local e regional

A comunicação regional/local inscreve-se numa lógica de interpretação da realidade distinta dos media globais. Os princípios nos quais se funda apontam para a criação de um discurso alternativo à globalização, salientando as especificidades locais das comunidades.

Félix Guattari (1982) coloca a questão da evolução dos meios de comunicação social numa perspectiva bipolar. De um lado, os sistemas hiperconcentrados, do outro os sistemas miniaturizados.

Quanto aos primeiros, Guattari² classifica-os como sendo controlados pelo Estado, pelos monopólios e tendo como finalidade a criação de um modelo de opinião formatado segundo regras e normas dominantes. Os sistemas miniaturizados, pelo contrário, oferecem a possibilidade de uma apropriação colectiva dos meios de comunicação social. Estes sistemas, segundo o autor, facilitam meios de comunicação, não só às massas, como também às minorias, e a grupos minoritários.

Estamos pois, por um lado perante um centralismo e um conformismo e uma pressão cada vez maiores, e por outro na perspectiva de novos espaços de liberdade e de autogestão.

² - GUATTARI, Felix, "Las rádios libres populares", in, BASSETS, Lluís, *De las ondas rojas a las rádios libres*, Gustavo Gili, Barcelona, 1982, p.231.

É pois, num registo de uma espécie de interacção entre o indivíduo e os meios de comunicação social, que se inscreve a comunicação social regional e local. As ideias de proximidade e de retorno constituem assim fortes componentes deste campo específico dos meios de comunicação de massa.

Numa altura em que a interacção face a face passou a ser secundarizada dando lugar a uma outra mediatizada, as ideias que possuímos de espaço e tempo deixaram de ter a importância assumida outrora.

Como refere João Carlos Correia (1998) a "desespacialização"³ do tempo resulta em primeiro lugar do desenvolvimento dos meios de comunicação social que condicionou fortemente a interacção social antes identificada com a ideia de partilha e de comunhão do espaço.

Com efeito, vivemos hoje num cenário em que a interacção social é feita na total ausência de partilha e de comunhão do espaço público, características, segundo John B. Thompson, próprias de uma sociedade mediatizada⁴.

A evolução dos meios de comunicação social ajudou à distanciação física dos indivíduos, permitindo-lhes de qualquer forma comunicarem entre si. As novas tecnologias sublinharam ainda mais esta questão. As regras de mercado e a economia fez o resto. De tal forma que também os meios de comunicação social e consequentemente as relações entre os indivíduos passaram a estar condicionadas pela eficácia das redes de cabo ou dos satélites.

O afunilamento do acesso aos meios de comunicação social, controlados agora por grandes grupos económicos tornou-se numa realidade que trouxe desde logo a consequência da uniformização do discurso e como tal uma percepção da realidade, necessariamente distorcida por não levar em linha de conta as especificidades das regiões.

Outra característica apontada por Thompson em relação a esta modalidade, é o facto da informação se destinar a um público indiferenciado impedindo, de certa forma, a circulação de informação nos dois sentidos. Um pressuposto que, sabemos hoje, não é matemático, pois não é pelo simples facto de um meio se dirigir a um público indiferenciado que impedirá a circulação de informação nos dois sentidos. A Internet é disso um exemplo.

³ - CORREIA João Carlos, *Jornalismo e Espaço Público*, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 1998, p. 152

⁴ - Idem.

Até mesmo a rádio o poderia ter feito. Sabe-se, contudo, que hoje a situação é bem diferente, pois aquele meio de comunicação não desenvolveu dispositivos de interacção com as comunidades no que diz respeito ao acesso daquelas à programação radiofónica, constituindo-se assim, uma espécie de fluxo unívoco de comunicação. As excepções são bastantes raras e circunstanciais no contexto da programação de uma estação de rádio.

Apesar do círculo estar aparentemente fechado em torno da sua discursividade, há alguns autores que problematizam a questão de outra forma. Para João Carlos Correia⁵, a interacção social nos meios de comunicação social baseia-se numa troca simbólica. Uma ideia partilhada, ainda que de outra forma por Dominique Wolton⁶ (1994). Esta fórmula traduz-se numa ligação dos indivíduos em trocas simbólicas, sem que efectivamente partilhem o mesmo espaço. Trata-se, em todo o caso de uma interacção mediada.

Segundo Correia, “a tentativa de cooperação entre os jornais e os espaços de intervenção dos públicos (escolas, universidades, organizações não governamentais, associações etc.) o movimento de regresso ao comentário, à análise e à investigação, a qual supõe um menor recurso às fontes institucionalizadas”,⁷ são, segundo o autor, exemplos do esforço dos media em interagir com a comunidade, ainda que a questão tenha de ser vista de um ponto de vista teórico, já que esta reflexão nem sempre encontra eco na prática.

Ainda assim, esta linha de pensamento pode ser a base para uma reflexão acerca do papel da comunicação social regional nas sociedades modernas. A hipótese levantada por vários autores⁸ de que este tipo de comunicação poderia constituir uma racionalidade alternativa face à uniformização dos grandes órgãos de comunicação social ganha aqui contornos de uma pertinência que merece ser estudada.

João Carlos Correia (1998) avança com algumas considerações a respeito da comunicação social local/regional enquanto potenciadora de uma

⁵ - Idem

⁶ - Dominique Wolton refere-se à televisão generalista como um vínculo social. Ideia segundo a qual as mensagens difundidas para as massas representariam a partilha de um conhecimento comum, ainda que não exista comunhão de espaço.

⁷ - CORREIA, João Carlos, *Jornalismo e Espaço Público*, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 1998.

⁸ - Ver, ESTEVES, João Pissarra, “Comunicação regional e local em Portugal”, in revista *Comunicação e Linguagens* nº8, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1988 e CORREIA, João Carlos, *Jornalismo e Espaço Público*, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 1998.

racionalidade alternativa. “O menor anonimato dos públicos, o facto de os relatores dos factos estarem imbricados nos conteúdos culturais em relação aos quais esses factos devem ser contextualizados, a manutenção de formas de sociabilidade enfermadas por uma certa noção de vizinhança, o mais fácil estabelecimento de complementariedades entre as diversas modalidades de interacção, a presença das elites regionais frequentemente colaboradoras e participativas dos órgãos de comunicação social regional podem, afinal, representar uma forma de flexibilização no acesso ao espaço fechado das organizações jornalísticas (...)”.⁹

De acordo com o mesmo autor, este conjunto de razões significa o acesso mais facilitado a formas de saber partilhado por leitores e produtores de informação. Como consequência, estaríamos perante uma discursividade alternativa do jornalismo praticado nos órgãos de comunicação social regionais em relação ao que é praticado nos meios de cobertura nacional, como vimos mais dirigidos ao grande público indiferenciado.

Neste contexto, o jornalismo praticado nos meios de comunicação social poderia funcionar como uma discursividade alternativa que se materializa numa forma própria de olhar o mundo. Os órgãos de comunicação social local e regional constituiriam assim uma modalidade bastante interessante de preservação e promoção dos valores e da memória colectiva da comunidade onde se inserem.

A proximidade entre os produtores das notícias e os seus destinatários, mais do que conduzir a um caciquismo (um perigo que não deixa de ser real) poderá significar sobretudo uma forma eficaz de contextualização dos acontecimentos e de compreensão dos mesmos. Mas é também a modalidade tornada prática de uma interacção que, segundo a concepção de Thompson atrás descrita, ultrapassa as fronteiras do simples espaço mediatizado.

Com efeito, a prática de um jornalismo eficaz nos órgãos de comunicação social regional poderia contribuir para uma consciência colectiva de um espaço público comum, e são também veículos transmissores dos valores da cidadania.

⁹ - CORREIA, João Carlos, *Jornalismo e Espaço Público*, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 1998. p.155.

Em teoria, para Correia “o jornalismo que se pratica fora dos grandes meios urbanos pode ser um elemento estruturador desse espaço público regional entendido como esfera crítica de debate e de interação dos cidadãos em torno dos problemas que lhe são próximos”.¹⁰

Já João Pissarra Esteves (1988) falava do mesmo assunto no seu artigo “Comunicação regional e local em Portugal”, quando refere que a comunicação social regional conseguiu manter uma identidade própria. “ (...) a comunicação social regional e local tem conseguido defender um estatuto próprio, equilibrado, coerente com a realidade social em que se insere, e sustentada numa racionalidade alternativa aos grandes sistemas (nacionais e internacionais) de informação e comunicação social”¹¹.

Um pensamento que deixa perceber um certo optimismo semelhante ao já manifestado por Guattari e por Eco, mas que na prática está longe de se confirmar. Com efeito, apesar dos órgãos de comunicação social regional se inserirem numa esfera alternativa em relação aos grandes mass media, a verdade é que na maior parte dos casos a sua função social, enquanto geradores de uma discursividade alternativa, dá lugar a uma “espécie de autismo”¹² criando um círculo fechado em relação ao seu próprio discurso.

Percebe-se hoje, com a experiência adquirida, que a realidade é outra. Detenhamo-nos no exemplo das rádios locais. Francisco Rui Cádima (1999) entende que a via aberta pelas rádios livres, de que falavam Eco e Guattari, fechou-se. “Os exemplos italiano e francês provam-no à saciedade: a «cacofonia» à italiana faliu, em todos os sentidos do termo. Pelo contrário, são os impérios do audiovisual que continuam a alargar o seu espectro comunicacional”¹³.

Em relação ao caso português Matos Maia (1995) nota que “o que hoje se verifica, na maioria dos casos, é que o espírito que deveria orientar as rádios locais, foi, praticamente, adulterado”¹⁴.

Num artigo do jornal Público, publicado em Janeiro de 1994, Alfredo Leite e Daniel Pontes abordam os problemas financeiros das rádios locais como a

¹⁰ - Idem, p.156.

¹¹ - ESTEVES, João Pissarra, “Comunicação regional e local em Portugal”, in *Revista Comunicação e Linguagens* nº8, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1988, p. 56.

¹² - CÁDIMA, Francisco Rui, *Desafios dos Novos Media*, Editorial Notícias, Lisboa, 1999, p. 14.

¹³ - Idem., p.14.

¹⁴ - MAIA, Matos, *A Telefonía*, Círculo dos Leitores, Lisboa, 1995, p. 228.

causa para a sua “decadência”. “Longe vão os discursos de conveniência, em que dar voz aos problemas locais era ponto de honra. Agora, avolumam-se as dificuldades financeiras(...)”¹⁵.

Ou seja, a velha questão continua a ter pertinência. De que forma as potencialidades dos meios de comunicação social, agora dotados de extraordinários aparatos tecnológicos, colocam esses meios ao dispor dos cidadãos? Será que o sucesso dos mass media é proporcional à liberdade de expressão dos cidadãos através deles ?

Numa primeira análise, a resposta é claramente que não. O círculo foi fechado em torno de uma mesma discursividade. Não são muitos os exemplos de estratégias adoptadas no sentido de abrir o espaço mediático aos cidadãos. Provavelmente, pelas razões atrás enunciadas, seriam os media de proximidade aqueles que melhores condições teriam para desempenhar correctamente essa função.

Se não o fazem, convém tentar perceber as razões que estão por detrás dessa situação.

João Carlos Correia considera que na comunicação social regional portuguesa estão presentes alguns aspectos típicos do jornalismo pré-industrial.¹⁶ O autor enumera a conexão escassa com a publicidade, uma relação forte entre elites locais e os media, ênfase no artigo de opinião e na colaboração externa, entre outros. Ou seja, para Correia os media locais e regionais ainda vivem num cenário onde imperam a falta de formação e a pouca profissionalização no tratamento da matéria noticiosa.

¹⁵ - Idem.

¹⁶ - CORREIA, João Carlos, “Jornalismo regional e cidadania”, [http](http://).

I . 2. - As rádios livres – discursividade alternativa e função social

O quadro teórico produzido sobre o fenómeno das rádios livres assenta em dois grandes princípios. Em primeiro lugar, uma perspectiva democrática, que resulta da obrigação ética que os media têm em disponibilizar a todos os cidadãos a possibilidade de estes se expressarem através deles, implicando isso o acesso democrático ao espaço público mediático. Em segundo lugar, a vertente discursiva, na medida em que estas emissoras introduziram uma forma alternativa de observação do real.

Com efeito, as rádios livres tiveram sempre na sua génese os princípios que norteiam aquilo a que se convencionou chamar de *media* de proximidade. Pensou-se sempre que as rádios livres representariam, na prática, a vontade tantas vezes expressa de levar os media aos cidadãos e também o seu contrário.

É por isso, que as rádios livres se esforçaram por representar esses mesmos cidadãos, fosse através do “microfone aberto” disponível para os mais diversos discursos, fosse para se constituírem como espaços de debate ou auto-promoção dos mais variados interesses.

Seja como for, a ideia de representatividade social está frequentemente presente nos discursos produzidos pelas diferentes correntes teóricas acerca deste fenómeno. Seguindo esta linha de pensamento, é difícil imaginar uma rádio que tenha surgido sob a égide destes princípios e que não inclua, com maior ou menor frequência, programas de “antena aberta”, de informação acerca da comunidade onde se insere ou qualquer outro dispositivo que permita uma aproximação entre as audiências e a própria rádio.

Estes são sem dúvida os pilares onde assenta o fenómeno das rádios locais na Europa. Ou onde assentou, já que com o desenvolvimento da própria rádio e das novas tecnologias, bem como a conquista de determinados direitos, o cenário radiofónico alterou-se substancialmente e provavelmente os fundamentos teóricos que outrora foram o motivo para o seu incremento, estão hoje substancialmente alterados.

Depois de um cenário de expectativas e ilusões depositadas na rádio enquanto meio de comunicação social capaz de criar um sentido de cidadania

e de devolver aos indivíduos o poder (ou pelo menos a sua partilha) do dispositivo comunicacional, a questão agora colocada é a de saber em que medida essa oportunidade foi aproveitada pelos cidadãos, tornando-os mais interventivos e também saber em que ponto a rádio continua a perseguir esses objectivos.

É no contexto da rádio historicamente ligada ao monopólio do Estado que deve ser enquadrado o movimento das rádios livres em toda a Europa, surgido a partir dos finais da década de 50 e atingindo o seu apogeu nos anos 70.

Convém desde já abrir um parêntesis para delimitar a fronteira, que se admite ser ténue, entre rádios livres e rádios locais. Partindo da escassa literatura disponível, quando se refere à primeira situação, pretende-se sobretudo explicar duas coisas: por um lado o próprio movimento que os seus “subscritores” sempre fizeram questão de salientar tratar-se de algo que tinha como função romper com o monopólio do Estado no sector radiofónico e nesse sentido com tudo o que a ele estava associado, por isso era um movimento de liberdade. Neste sentido, rádios livres são todas as que surgiram num vasto movimento que varreu toda a Europa em períodos diferentes, até ao final dos anos 80.

Por outro lado, rádios livres são também entendidas como as que, tendo surgido durante esse movimento, não possuíam uma programação virada para as populações locais, mas serviram e algumas ainda servem, determinadas ideologias sociais ou políticas. São disso exemplo, as emissoras dirigidas por ambientalistas ou de cariz ideológico/político.

Já rádios locais, são todas as emissoras, que apareceram na vaga da liberalização das ondas, mas que se enquadram num registo legal perfeitamente definido em relação aos objectivos que devem prosseguir. Os fenómenos português e espanhol, este último com as rádios públicas municipais, assumiram claramente o contorno de rádios locais.

Seja como for, a ideia de rádios livres (ou locais) remete-nos em qualquer situação para a criação de um modelo alternativo de comunicação. Alternativo no sentido em que pretende romper com os sistemas monopolizados e

centralizados na figura do Estado. É, como observa Rafael Roncagliolo,¹⁷ uma comunicação que mude, transforme e altere a ordem das coisas existentes.

O autor invoca ainda um outro significado para as rádios locais, na medida em que configuram um tipo de comunicação identificado com o outro. Trata-se de uma comunicação nas formas horizontal e diagonal, defende Roncagliolo.

Umberto Eco (BASSETS, 1982) insere o movimento das rádios livres numa nova era na liberdade de expressão baseada na palavra directa e de livre acesso. As rádios livres permitiriam assim aos vários grupos sociais expressarem-se através de um meio de comunicação social.

Patrice Flichy (1981) considera que as rádios locais ou paralelas, como também lhes chama, desempenham uma função social que se sintetiza por favorecer uma renovação da vida e das iniciativas locais. A rádio local, segundo esta perspectiva, permite à comunidade conhecer-se melhor.

Flichy enaltece a linha alternativa destas rádios e como tal é nos meios de comunicação de massas que se deve ir buscar a explicação para o nascimento das rádios locais, na medida em que é por oposição a elas que estas apareceram.

Dito de outra forma, como as rádios de cobertura nacional não dão a mesma atenção noticiosa nos seus programas a temas de uma certa especificidade local, cabe às emissoras de menor dimensão fazê-lo. As rádios locais aparecem assim como uma necessidade das populações (FLICHY, 1981).

Mas o autor invoca ainda um outro aspecto para justificar o aparecimento deste fenómeno em toda a Europa. Para Flichy, a expressão "rádio local" refere-se ao centralismo que caracteriza a maioria dos sistemas de radiodifusão europeus durante o pós-guerra¹⁸.

Trata-se efectivamente do renascimento de uma identidade regional que está na génese do movimento das rádios livres. A necessidade de uma expressão regional ou local contribuiu fortemente para a implementação destas emissoras um pouco por toda a Europa.

¹⁷ - Citado por ESCUDERO, Manuel Chaparro, *Rádio Pública Local*, Fregua, Madrid, 1998, p.49.

¹⁸ - FLICHY, Patrice, "La explosión del monólogo. Las radios paralelas en la Europa Occidental", in, BASSETS, Lluís, *De las ondas rojas a las rádios libres*, Gustavo Gili, Barcelona, 1982, pp.180-188.

Joan Manuel Dominguez¹⁹ coloca a questão das rádios locais como uma forma de escapar ao domínio dos grandes grupos económicos que controlam cada vez mais os meios de comunicação social. As emissoras locais, tal como as televisões locais, podem constituir-se como a alternativa ao discurso uniformizado dos *mega-media*.

As rádios locais, segundo Dominguez (1997), constituiriam a forma de muitas economias familiares poderem continuar a ter acesso aos media sem ter de pagar para aceder à sociedade de informação. Estaríamos, de acordo com este ponto de vista, a criar "uma nova classe social dentro da sociedade da informação".²⁰

Esta classe inscrever-se-ia num registo de observação alternativa do mundo que se caracterizaria pela junção dos termos local e global. Como refere Dominguez, não faz sentido conhecer o que se passa no mundo e não estar a par com o que é feito ao lado da sua casa.

"A importância do mundo local já não pode ser dissociada das políticas gerais a nível espanhol e universal. O mesmo é dizer que o local e o global devem dar lugar a um novo conceito; uma forma nova de entender o mundo comunicativo a partir do mundo municipal".²¹

1. 2.1. A dimensão democrática da rádio

David Henry²² considera que a rádio tem em si mesma "a aura da democracia". O autor diz-nos que essa aura decorre da junção de três factores. Em primeiro lugar pela própria linguagem utilizada, que nos remete para uma pluralidade de versões, consubstanciada na possibilidade dos ouvintes serem receptores e produtores de informação. Em segundo lugar, a rádio é mais acessível financeiramente.

Henry (2000) invoca os custos que a criação de uma televisão implica e compara-os com os da rádio, seguramente mais baixos. Essa situação conduz

¹⁹ - O autor é director do departamento Desarrollo Institucional del Consorcio de Comunicación Local, em Barcelona.

²⁰ - DOMINGUEZ, Joan Manuel, "Los medios Locales en Cataluña y la ACL", in, ESCUDERO, Manuel Chaparro (ed.), Radiotelevisión Pública Local y Alternativa – Perspectivas, Asociación de emissores municipales de Andalucía de Radio y Televisión, Sevilla, 1997, pp. 220-221.

²¹ - Idem.

²² - HENRY, David, *Radio in the Global Age*, Polity Press, 2000.

a uma maior diversidade da dimensão dos proprietários de rádios, pois ainda existe uma percentagem significativa de estações de rádio pertencentes a pequenas empresas, algumas delas familiares.

“Isto faz da rádio, pelo menos em teoria, o meio mais marginalizado de todos os sectores da comunidade, assim como da imensa corporação do Estado: rádios comunitárias e de bairro, piratas, livres e várias formas de rádio clandestina, são fenómenos que raramente encontram paralelo numa ecologia global da televisão”.²³

Por fim, a rádio é democrática, de acordo com Henry, pela sua forte ligação às comunidades locais. Segundo o autor, há na rádio um grande investimento naquilo que é local. São estes três factores, que conjugados, fazem da rádio um “two-way medium” (HENRY, 2000:195)

Prossegue o autor que a rádio adopta uma linguagem que nos remete para duas dimensões da sua função democrática. A primeira, segundo a qual a rádio representa um dispositivo de mediação de diferentes correntes de opinião representadas na esfera pública, contribuindo desta forma para o confronto de ideias e para o debate. A segunda dimensão democrática da rádio é representada pelo conjunto de meios que coloca ao dispor dos cidadãos, (particularmente os que não têm acesso a outros media) para que estes efectivamente se expressem através dela, quando o que é normal nestes casos é serem os representantes dos cidadãos a fazerem-no.

Desde o seu aparecimento que a rádio tem sido apontada como o meio de comunicação cujas características mais facilmente facilitam a existência de uma vertente democrática. O seu imediatismo, espontaneidade e relação quase perfeita entre técnica e sociabilidade fazem da rádio um meio de comunicação privilegiado para a produção de discursos da mais variada índole.

Adriano Duarte Rodrigues²⁴ refere que a rádio alterou profundamente o exercício da democracia directa. Isso verifica-se desde logo, prossegue o autor, pelas campanhas eleitorais, tendo contribuído para o sucesso de Hitler e da Resistência e a vitória dos Aliados.

²³ - HENRY, David, *Radio in the Global Age*, Polity Press, 2000, p. 196.

²⁴ - Prefácio de MAIA, Matos, *Telefonia*, Círculo dos Leitores, Lisboa, 1995.

Rodrigues (1995) lembra ainda os acontecimentos do Maio de 68 em França, profundamente influenciados pela rádio, e o 25 de Abril de 1974 em Portugal.

Mas se é verdade que aquilo a que se chama de “democracia directa” não é uma invenção das rádios livres, foi com o seu aparecimento que o conceito ganhou outra dimensão no plano dos media.

Isso acontece por duas razões. A primeira por as rádios livres terem surgido de forma espontânea por vontade das populações. Não houve decreto ou lei que impusesse a sua criação. Antes pelo contrário.

Por outro lado, as rádios locais têm nos seus fundamentos mais originais o desempenho de uma função de serviço público, consubstanciada na defesa de valores locais e regionais, sejam eles de ordem cultural ou outra.

Manuel Chaparro Escudero salienta o carácter voluntário do fenómeno, sublinhando o facto das emissoras locais terem aparecido, neste caso em Espanha, de grupos de cidadãos empenhados em incorporar-se de maneira activa na construção democrática. (ESCUADERO, 1998: 23-25)

A isso faz referência Felix Guattari (1982) quando constata que o renascimento de um novo espaço de liberdade, por oposição à opressão dos sistemas hiperconcentrados, e como tal controlados pelas grandes estruturas, do Estado ou do mercado, emergiu precisamente a partir de uma técnica relativamente caduca: a rádio.

Esta nova direcção da comunicação social, segundo Guattari, nasceu com as rádios locais ao permitirem, em teoria, a apropriação colectiva dos *mass media*, algo que os grandes sistemas de comunicação nunca poderiam fazer.

Ora, sugere Guattari, este espaço de liberdade renasce com as rádios livres e não com outra forma qualquer de comunicação, como o cabo ou o vídeo, por duas razões. Primeiro, acrescenta o autor, porque a iniciativa técnica do cinema e do cabo está nas mãos das grandes empresas. Segundo porque, no caso das rádios livres, uma parte significativa da técnica depende da invenção e do bricolage dos seus promotores. (GUATTARI, 1982: 232).

A vertente eminentemente popular e espontânea do movimento das rádios livres em toda a Europa parece ter determinado a sua componente de democratização de acesso aos meios de comunicação social. As raízes para

um discurso alternativo podem, legitimamente, ser encontradas neste pressuposto.

A rádio e particularmente as rádios livres, assumiram quase sempre um papel de afrontamento ao poder. Por essa razão, diz Guattari, impôs-se por si mesma.

O percurso nebuloso, e tantas vezes anárquico, desde a clandestinidade até à legalização, representa um cenário simbólico de irreverência que marcou o movimento das rádios livres na Europa. E se é verdade que o processo se caracterizou por alguma confusão e ilegalidade, não o é menos que foi essa irreverência que permitiu a criação de um espaço alternativo, onde os cidadãos se pudessem rever.

A técnica permitiu de facto o acesso massificado ao meio rádio. Por um lado possibilitou que com poucos meios ou conhecimentos se pudesse criar uma estação de rádio e por outro, uma vez criada, permitia que com facilidade os ouvintes participassem, via telefone, em directo na emissão radiofónica.

Esta apropriação colectiva da rádio significa antes de mais que a representação social deixou de estar unicamente nas mãos dos sistemas tradicionais que tinham como exclusiva para si essa função.

Felix Guattari considera estar-se perante um novo tipo de democracia directa, com o aparecimento das rádios locais. Contribui para esta concepção o facto das rádios livres terem colocado no espaço público mediatizado a palavra do ouvinte e da população, ao contrário daquilo que acontece com as emissoras nacionais, mais fechadas sobre si mesmas.

“A língua dos meios de comunicação oficiais está decalcada das línguas civilizadas dos medios dirigentes e das universidades; tudo remete, com ela, para um corte fundamental entre o dizer e o fazer. Os únicos que têm direito a fazer são os donos de esta espécie de dizer”.²⁵

Segundo o autor, o que estas rádios trouxeram foi a possibilidade de todos os grupos sociais poderem expressar-se através de um meio de comunicação social. Esta nova forma de comunicação colocaria um ponto de interrogação sobre o papel a desempenhar pelos sistemas tradicionais de representação social (GUATTARI, 1982)

²⁵ - GUATTARI, Felix, “Las rádios livres populares”, in, BASSETS, Lluís, *De las ondas rojas a las rádios livres*, Gustavo Gili, Barcelona, 1982, p. 234.

O autor coloca a questão na oposição entre as duas formas de evolução dos meios de comunicação social: por um lado os sistemas concentrados no Estado e por outro os meios de comunicação de menor dimensão que segundo Guattari abriam a possibilidade de uma apropriação colectiva dos media.²⁶

A questão da expressão de grupos sociais, que agora dispensam as velhas formas de representatividade no acesso ao espaço público é aliás um dos aspectos mais focados quando se caracteriza as alterações que as rádios locais, (e de certa forma todos os meios de comunicação social locais ou regionais) implementaram no dispositivo mediático.

É neste contexto que Juan Garcia Galindo (1998), professor na Universidade de Málaga, invoca a existência de um meta-real. Ou seja, um real criado a partir da interpretação que os grupos dominantes fariam desse mesmo real e que como tal se reproduz a si mesmo. Como consequência, a realidade saída do discurso dos media não seria representativa de todos os grupos existentes na sociedade.

Defende Galindo que os sistemas democráticos devem assentar, porque só assim se consolidam, na participação de todos os grupos sociais e não na hegemonia de um grupo dominante. Ora os meios de comunicação social devem reflectir essa mesma pluralidade de discursos e particularmente os media alternativos, afastados que estão dos grandes interesses económicos.

"Parece necessário perante este panorama fomentar uma nova cultura da comunicação e da informação, como direito inalienável dos cidadãos. Potenciar, portanto, meios e formas alternativas da comunicação social, que entrem em conflito harmonioso com os meios tradicionais, nos quais os grupos sociais possam manifestar-se abertamente".²⁷

A criação de um discurso bidirecional nos media é aliás bastante invocado quando se fala de rádios locais ou regionais essencialmente por se tratarem de dispositivos que pela sua dimensão possibilitam aos cidadãos terem mais facilmente acesso a eles. No início do século XXI constata-se, porém, outra realidade.

²⁶ - CÁDIMA, Francisco Rui, *Desafios dos Novos Media*, Editorial Notícias, Lisboa, 1999, pp. 13-14.

²⁷ - GALINDO, Juan A. Garcia, "Participación social y democrática: Los ciudadanos y los medios de comunicación", in ESCUDERO, Manuel Chaparro (ed.), *La Democratización de los medios radiotelevisión comunitaria*, II Congreso de rádio y televisiones locales, públicas y alternativas, Sevilla, Noviembre 1998, p. 293.

Se recuarmos no tempo, Bertold Brecht já havia proposto o mesmo nos seus escritos a que chamaria Teoria da Rádio. Defendia em 1932 o poeta e dramaturgo alemão, que a rádio deveria colocar-se ao serviço da população e não enclausurar-se num circuito comunicacional.

As estratégias nesse sentido só muito raramente fazem parte do conjunto de prioridades das grelhas de programação das rádios.

Agustín Garcia Matilla (1998) sublinha a importância dos meios de comunicação, particularmente os media públicos e locais, na criação de uma cultura de participação dos cidadãos.

O autor fala de uma crise de participação e que poderiam ser os meios de comunicação social locais (rádio e televisão) a facilitar o acesso dos cidadãos a um tipo de comunicação mais democrático e participativo.

O que o autor questiona é se passados os anos de euforia do aparecimento das rádios livres, o dispositivo colocado à disposição dos cidadãos foi por estes devidamente aproveitado em ordem a criar e a formar cidadãos mais participativos no processo democrático.²⁸

A questão levantada por Matilla é tanto mais pertinente se se tiver em linha de conta a escassez de mecanismos colocados ao dispor pelos media de proximidade aos serviço dos cidadãos para que estes tenham uma participação mais activa no sistema democrático. Uma breve análise pelos media em geral e pelas rádios locais em particular permite-nos concluir que a participação dos cidadãos não vai muito além dos programas de discos pedidos, com algumas excepções.²⁹ Na maior parte dos casos, o discurso é unívoco e unidirecional.

Bernardo Díaz Nosty (1997) defende que os media locais e regionais são meios especializados geograficamente. Quer isto dizer que devem apostar em estratégias que reforcem essa especificidade. Só assim, crê Nosty, poderão criar espaços e discursos direccionados para a sua audiência específica. O autor entende que o progresso tecnológico aplicado ao campo dos media deve ser aproveitado por estes para se aproximarem cada vez mais das suas

²⁸ - MATILLA, Agustín Garcia, "Medios Locales para la Comunicación", in ESCUDERO, Manuel Chaparro (ed.), *La Democratización de los medios radiotelevisión comunitaria*, II Congreso de rádio y televisiones locales, públicas y alternativas, Sevilla, Noviembre 1998, pp. 194-200.

²⁹ - Em Janeiro de 2002 a rádio TSF iniciou uma série de debates primeiro com os líderes dos partidos com assento da Assembleia da República e depois acerca de temas como a educação, saúde ou economia. Em todos os casos os cidadãos puderam sempre participar dando a sua opinião via telefone, e-mail ou através do "carro do cidadão", onde a rádio colocava ao dispor dos cidadãos um microfone para que dessem a sua opinião acerca do tema em discussão.

comunidades locais e não o contrário. Só assim, sublinha Nosty, os media locais desenvolverão a função para a qual foram criados incrementando valores de cidadania e democracia.

“No local é muito difícil criar cenários que difiram da nossa realidade, porque, nesses planos formativos tão necessários para os meios locais, não convém desprender-se em excesso da realidade em volta e atender ao direito da informação dos cidadãos”.³⁰

A construção e preservação de uma memória colectiva específica de uma região ou localidade depende efectivamente da exacta adequação de estratégias de programação que se identifiquem com a audiência.

Citando um teórico americano, Díaz Nosty salienta que os meios locais devem procurar adequar-se à região de cobertura e se o não fizerem estão, segundo o autor, “a afastar-se dos seus objectivos e cavando o buraco da sua autodestruição”.³¹

I. 2.2. - Rádios locais e interacção social

A.Moles³² situa a rádio local algures entre os meios de comunicação individual e os de massas, uma vez que se as mensagens são efectivamente difundidas para um público indiferenciado na sua individualidade, também não é menos verdade que as rádios locais ajudam à integração do homem na sua comunidade; bairro, região, concelho etc.

A existência das emissoras locais só se justifica, por isso, pelo contacto quase directo que possui com a comunidade envolvente, permitindo uma percepção muito interessante dos efeitos comunicacionais.

O feedback daquilo que é produzido pela rádio é quase imediato, dada a proximidade entre receptor e emissor.

³⁰ - NOSTY, Bernardo Díaz, “El futuro de los canales autonómicos y los medios locales publicos”, In, ESCUDERO, Manuel Chaparro (ed.), *Radiotelevisión Pública Local y Alternativa – Perspectivas*, Asociación de emissores municipales de Andalucía de Radio y Televisión, Sevilla, 1997. p 168.

³¹ - Idem, p. 164.

³² - In, ESCUDERO, Manuel Chaparro, *Rádio Pública Local*, Fragua, Madrid, 1998. p. 24.

A questão da proximidade é de facto uma das grandes vantagens de todos os meios de comunicação social locais e regionais, na medida em que é aí que se pode encontrar verdadeiramente a sua essência.

De uma forma geral, o jornal e a televisão local conseguem anular parcialmente a componente *medium* ao estabelecerem formas de interacção simbólica com os seus leitores ou telespectadores, mas é a rádio, que pelas suas características consegue fazê-lo de uma forma mais eficaz.

O conceito de meios de proximidade é incontornável quando se fala de rádios locais. A história destas pequenas emissoras, devido à sua raiz eminentemente popular, está cheia de exemplos que ilustram a forma como, pelo menos no início, a proximidade entre emissor e receptor foi aproveitada ao máximo.

A questão da proximidade é quase tão antiga como a própria rádio. Como vimos, já nos anos 30, Bertold Brecht colocava essa questão no centro da sua Teoria da Rádio. Escreveu na altura Brecht que a rádio deveria tornar-se “numa coisa verdadeiramente democrática” no sentido em que a técnica de que este meio dispõe, deveria ser utilizada para chegar mais perto do cidadão.

“Um homem que tem algo a dizer e não encontra ouvintes está numa má situação. Mas, pior estão os ouvintes que não encontram quem tenha algo para dizer-lhes”.³³

Brecht defendia que a rádio deveria ocupar-se dos “acontecimentos reais” e desempenhar uma função de vigilância dos poderes. Trata-se efectivamente de uma rádio virada para os seus ouvintes, possibilitando a estes não só estarem mais informados sobre os acontecimentos, como também permitir-lhes que se expressem através da própria rádio.

Uma das formas mais recorrentes e eficazes tem a ver com os chamados programas de antena aberta, surgidos nos Estados Unidos da América. O modelo foi muito bem aproveitado pelas emissoras locais para, por um lado legitimarem a sua existência e por outro conquistarem audiências.

Os programas de antena aberta permitem assim que os ouvintes participem no processo de produção de informação da rádio. Utilizando o

³³ - BRECHT, Bertold, *Teoria de la Radio (1927-1933)*, in BASSETS, Lluís, *De las ondas rojas a las rádios libres*, Gustavo Gili, Barcelona, 1982, pp. 48-61.

telefone, os ouvintes podem “entrar” em directo e falar com o locutor ou jornalista e dar a sua opinião ou contribuir com alguma informação.

A Rádio Alice, uma emissora local de Itália, utilizou esta possibilidade para criar uma espécie de correspondentes de informação. Utilizando o telefone, qualquer ouvinte poderia, em qualquer local da cidade de Bolonha, falar em directo para a rádio e relatar um qualquer acontecimento.

Este exemplo, não é contudo, muito comum. O normal é a participação limitada num espaço temporal da grelha de programação das emissoras. Trata-se de uma participação, por isso, controlada na sua forma.

Andrew Crisell³⁴ identifica três tipos de programas de antena aberta: Exibicionista, Confessional e Expressivo.

No Exibicionista, o ouvinte é incentivado pelo locutor a falar de si mesmo e dos seus interesses, ou a simplesmente contar anedotas ou cantar.

No tipo Confessional, o locutor desempenha o papel de confidente perante o qual o ouvinte expõe os seus problemas pessoais esperando que surja uma solução para o seu caso.

Por fim, o tipo Expressivo, no qual o ouvinte expressa os seus pontos de vista sobre assuntos públicos. Trata-se de um tipo de programas em que existe um fenómeno anti-hegemónico, na medida em que representam uma oportunidade para produzir um discurso diferente das visões dominantes que os media normalmente veiculam.

É neste tipo de programas que as outras vozes, que dificilmente têm acesso aos media, podem expressar-se em igualdade de circunstâncias.

John Crittenden³⁵ faz referência a um programa por ele apresentado em 1972 numa rádio local. Para o autor, o programa tinha “funções democráticas”, na medida em que contribuiu para o estímulo da comunicação política, a educação do público, a formulação de assuntos para debate, o recrutamento de activistas políticos e para a promoção da livre expressão pública.

Diane Rehm³⁶, apresentadora do “The Diane Rehn Show” na WAMU-FM de Washington, conta como o facto de ter lançado, em 1993 para o ar o tema

³⁴ - CRISELL, Andrew, *Understanding Radio*, Routledge, London, 2ª. Edição, 1994, pp. 192-199.

³⁵ - Citado por TABORDA, Maria João, “O Espaço Público da Telefonia sem fios. A Rádio de Brecht à Internet”, *Revista do Observatório*, nº 1, Obercom, Maio de 2000.

³⁶ - PEASE, Edward C. and DENNIS, Everette E., *Radio the Forgotten Medium*, New Jersey, 1995, p.71.

sobre se militares norte-americanos deveriam ou não intervir na Bósnia, contribuiu para o esclarecimento da opinião pública, especialmente por ter aberto um canal de debate sobre um assunto de relevância pública que de outra forma seria discutido na intimidade familiar ou apenas entre os que habitualmente acedem aos meios de comunicação social.

Este tipo de programas tem o condão de possibilitar a todos – o número será naturalmente limitado por condicionalismos técnicos – a hipótese de expressarem a sua opinião para um auditório massificado.

É neste contexto que as rádios locais podem efectivamente contribuir para a construção de um discurso alternativo desempenhando uma função cívica e social, aproveitando as suas características ímpares de proximidade aos ouvintes.

A rádio transforma-se assim numa espécie de megafone do sentir de uma camada da opinião pública, configurando-se num patamar da “democracia tecnológica”.

Nos programas de antena aberta, os ouvintes são convidados a participar de diversas formas sintetizadas atrás por Andrew Crisell. Independentemente do tipo de participação, os ouvintes encontram do outro lado um confidente que pode ser o locutor ou a própria rádio, se se tratar de um programa da estação e não de autor.

Mas o que importa salientar é que os ouvintes participam de acordo com o nível de interesse que os temas lhe sugerem. E fazem-no a alguém que não conhecem. Mas fazem-no por um sentimento de proximidade e de partilha, embora saibam à partida que a sua intervenção é imposta por um limite de tempo e subjugada à mediação do locutor.

Diane Rehm identifica dois problemas neste tipo de programas. Por um lado configuram uma espécie de palco a que todos têm acesso, sem qualquer tipo de constrangimento ou censura quanto ao conteúdo da intervenção. Rehm fala de uma “forma extrema de democracia”. Por outro lado, a voz do povo expressa através de um meio de comunicação social produz consequências ao nível dos estratos políticos que têm nas mãos o poder de decidir.

Diz a autora que uma das críticas mais apontadas aos programas de antena aberta é o facto de servirem como uma forma dos políticos auscultarem a opinião pública acerca de uma determinada medida e de tomarem decisões em função dessa auscultação.

I. 2.3. - Discursividade alternativa

As rádios locais sugerem claramente a observação alternativa do real. Alternativa no sentido em que representam um sistema de ruptura com o discurso veiculado pelos media de cobertura nacional e eventualmente mais distantes das populações.

Por isso, as rádios livres propõem um discurso alternativo. A rádio aberta aos ouvintes, a possibilidade de expressão de vários grupos sociais, políticos e culturais e a diversidade de propriedade das empresas bem como a sua localização geográfica introduziu, como seria de esperar novas modalidades no discurso radiofónico.

Esses modelos são por assim dizer transversais aos diversos sectores da rádio, desde a programação à informação.

Estamos pois perante a introdução de novos registos da mensagem radiofónica perceptíveis a partir do discurso de ruptura assumido em função daquilo que era o discurso produzido pelas emissoras nacionais. Desde a fonética, à semântica e à sintáctica, como aliás faz notar Umberto Eco.

Emili Prado (1982) sublinha que uma das mudanças mais significativas que se registaram com o aparecimento de emissoras de radiodifusão locais foi no capítulo da linguagem.

A uma linguagem estereotipada, fria e compartimentada para cada classe ou categoria socioeconómica, que colocava todos os outros que a ela não pertencessem numa situação de exclusão, emerge a linguagem corrente, do dia a dia e por isso utilizada por um maior número de falantes.

Emili Prado constata que nas rádios livres se começou a utilizar a linguagem de todos com tudo o que tem de "informal, espontanea, exequível e popular, todas as categorias positivas para a eficácia da mensagem".³⁷

³⁷ - PRADO, Emili, *El movimiento por la libertad de emisión en España*, in, BASSETS, Lluís, *De las ondas rojas a las rádios libres*, Gustavo Gili, Barcelona, 1982, p. 251.

Acerca da questão da linguagem utilizada, Umberto Eco (1982) reforça o contributo das rádios livres para a riqueza da língua. Diz o autor que estas pequenas emissoras acabaram com a uniformização da língua italiana falada sobretudo na rádio do Estado, substituindo-a pela pronúncia local.

“O resultado é que os ouvintes estão surpreendidos. Os locutores que falam do mesmo modo que os habitantes, o seu povo ou da sua cidade, destroem-lhes a sensação de que a rádio é uma espécie de voz oficial”.

Umberto Eco fala de uma nova linguagem radiofónica que se parece com um psicodrama.³⁸ Para o autor, as rádios livres vivem na retórica do imediato e do presente. É esse contacto permanente com o imediato que, segundo Eco, produz uma retórica específica.

Diz o autor: “Os clichés mudam de uma emissora para outra. As rádios comerciais gostam de transmitir uma mescla repelente de espontaneidade «seudoproletaria», de jovialidade falsa empregue pelos animadores radiofónicos, e clichés tomados do repertório dos meios de comunicação social. Toda uma geração fala através das emissoras independentes, revelando ora a sua capacidade criativa, ora os lugares comuns de que foi invadida”. (ECO, 1982: 221)

Eco refere-se à cacofonia à italiana, ou seja ao enorme número de rádios que surgiram, quase anarquicamente, mas que produzem em conjunto um discurso contínuo e ininterrupto. Eco dá o exemplo de um ouvinte que sintonizando uma frequência no automóvel, vai sintonizando involuntariamente outras ao longo do seu percurso. Este discurso produz, de acordo com o autor, uma sucessão de estados de consciência nos ouvintes.

Eco identifica quatro elementos constituintes desse psicodrama. O primeiro é a música “omnipresente e invasora”. O facto das rádios livres (e não só em Itália, que é o cenário ao qual Eco se refere) terem iniciado uma programação constituída por estilos musicais de agrado dos ouvintes mais jovens e entremeada por pequenos espaços de palavra, fez com que essa palavra falada passasse a ter espaços próprios em que pode ser ouvida. Espaços esses que passaram, a estar determinados em função de circunstâncias especiais.

³⁸ - ECO, Umberto, “Una nueva era en la libertad de expresión”, in, BASSETS, Lluís, *De las ondas rojas a las rádios libres*, Gustavo Gili, Barcelona, 1982, pp.221-222.

O segundo elemento do psicodrama é o próprio locutor, a quem passou a ser dado outro papel, distinto daquele que desempenhava nas rádios nacionais. Os locutores das rádios livres utilizam uma linguagem comum e corrente e sem preciosismos. Aqui (Eco também faz referência a isso) é possível detectar a influência dos *disc-jockeys*.

O terceiro elemento é aquele a que já fizemos referência e que tem a ver com o hábito criado por estas emissoras de dar a palavra aos ouvintes, permitindo-lhes participar no discurso radiofónico.

Por fim, o quarto elemento do psicodrama é aquilo a que Eco identifica como “token reporter”. Para o autor, esta é a mais interessante inovação que as rádios livres trouxeram ao cenário radiofónico. Trata-se, no fundo, da possibilidade dada aos ouvintes de participar de uma forma mais activa no discurso da rádio, eventualmente condicionando-o.

Desde os colaboradores e voluntários “recrutados” na comunidade que fazem programas em estúdio, até à população que através de um telefone tem a possibilidade de ser um repórter “por um dia”, todos se enquadram neste quarto elemento do psicodrama definido por Umberto Eco.

“Ao se produzir um acontecimento, o «token reporter» observa os factos, corre para a cabine telefónica mais próxima, telefona para a emissora e a sua comunicação é posta em emissão, pelo que automaticamente se converte num enviado especial”. (ECO, 1982: 222)

Esta prática, apesar de ter sido muito adoptada, especialmente no caso italiano, também o foi em Portugal, mas representou essencialmente uma fase inicial das rádios livres, em que se tornou necessário “recrutar” pessoal para suprir diversas lacunas a esse nível.

É verdade que, pelo menos em Portugal, isso ainda hoje constitui uma realidade e que de certa forma está abrangida pela lei, quando prevê que pessoas que não fazem do jornalismo a sua principal ocupação, o possam exercer, possuindo para isso um cartão de equiparado a jornalista.

Neste caso, contudo, a pessoa desempenha regularmente funções, o que nem sempre acontecia nos casos descritos por Umberto Eco em relação ao cenário italiano.

Esta prática representou uma forma inovadora na interacção entre ouvintes e meios de comunicação social. O discurso dos *media* passou inevitavelmente a ser menos tecnicista e mais próximo dos cidadãos.

O discurso das rádios locais é assim marcado pela abertura dos microfones aos ouvintes, e isso é visível na programação com a quantidade de programas de discos pedidos, que não nasceram com estas emissoras mas que conheceram um grande incremento com elas, com a quantidade de programas onde os ouvintes podem participar activamente dando a sua contribuição através de opiniões ou sugestões.

O discurso produzido nas rádios locais, pelo menos na sua fase inicial, teve sempre a preocupação de romper com a interpretação da realidade que as rádios nacionais faziam. Exemplos disso são as marcas que se encontram na programação das rádios livres ao nível da introdução de temas culturais, políticos e sociais que antes não se escutavam nas emissoras nacionais, entremeados com músicas até então pouco ouvidas nas emissoras do Estado.

Marco Gaido³⁹ referindo-se ao processo de privatização da rádio nos Estados Unidos da América, salienta que antes dessa altura a rádio estava dominada por programas de música clássica dirigidos sobretudo a ouvintes com uma média de idades superior a 30 anos.

Na Europa, a situação não seria tão específica em termos musicais, mas verdade é que largos extractos da população sentiam-se insatisfeitos com a programação das rádios de cobertura nacional. Desde logo as minorias sociais, políticas e ideológicas que lideraram alguns processos de criação de rádios livres na Europa.

É sobre esta perspectiva que a programação das rádios locais veio a caracterizar-se por uma diversidade nos domínios cultural e político com a introdução de programas onde se passaram a ouvir jazz, música underground e abrindo espaços para "poetas malditos"⁴⁰

Dizia Umberto Eco a propósito da liberalização das ondas em Itália: "conseguiu-se uma grande diversidade cultural e política; as emissoras comerciais que emitem música rock e anúncios coexistem com as emissoras

³⁹ - GAIDO, Marco, "Los orígenes: la FM, los disk-jockeys y las radios piratas", in, BASSETS, Lluís, *De las ondas rojas a las radios libres*, Gustavo Gili, Barcelona, 1982, p. 161.

⁴⁰ - Idem.

politizadas, e a diversidade dá-se também entre estas últimas: há rádios de extrema esquerda, da nova esquerda, comunistas, socialistas, dos sindicatos e há-as no lado oposto do espectro político, tais como a emissora Comunione e Liberazione (movimento de direita católico) ou Rádio Universidad (vinculada ao partido neofascista MSI)".⁴¹

Este novo discurso, baseado em mensagens alternativas, chegou às rádios quando estas se abriram às minorias. Nos Estados Unidos da América quando a comunidade negra levou para o éter o jazz e o rock e na Europa com a chegada de grupos de ecologistas, de homossexuais ou de grupos de estudantes.

É a interpretação, levada à prática, de uma rádio ao serviço de todos que contemplava a diversidade e pluralidade de vozes que acabaram de levar para o espaço herteriziano um discurso diferente daquele que se ouvia nas rádios tuteladas pelo Estado.

Mas nem só. A chegada de outro grupo, neste caso profissional, à rádio mudou a forma prática de fazer programas. Os disk-jockeys com um estilo vocacionado para a passagem ininterrupta de temas musicais tipo "hits do momento" amarrou a rádio a um estilo virado para o entretenimento e menos para o debate de temas públicos. Trata-se da colagem ao estilo norte-americano de fazer rádio que chegou à Europa em 1966 em várias rádios piratas donde se destaca a Rádio Luxemburgo que inclusivamente emitia em inglês. Falamos de um estilo radiofónico virado para uma camada específica de ouvintes e adoptando um figurino de programação em formato contínuo, ou seja sem a tradicional grelha de programas de autor.

Os programas passaram a ser da rádio e não de quem os apresentava. Nalguns casos, o locutor passou a ser designado por disc-jockey.

I. 2.4. - Para uma tipologia das rádios livres

De uma forma genérica, a rádio pode ser classificada quanto à sua propriedade e à sua cobertura. Se assim for, encontramos no primeiro caso as

⁴¹ - ECO, Umberto, "Una nueva era en la libertad de expresión", in, BASSETS, Lluís, *De las ondas rojas a las rádios libres*, Gustavo Gili, Barcelona, 1982, p. 218.

rádios pertencentes ao Estado e à iniciativa privada. Na segunda situação encontraríamos as rádios nacionais, locais e regionais.

Porém, a diversidade do meio radiofónico diz-nos que a questão não pode ser sintetizada desta forma, uma vez que ficaria de fora um sem-número de emissoras com características muito particulares. Propõe-se por isso uma análise mais aprofundada desta questão.

David Henry (2000) sugere a classificação das rádios em cinco tipos distintos:

- Rádios do Estado: controladas pelos Estados quer quanto ao seu financiamento como quanto à sua programação. Existem nos Estados totalitários

- Rádios Underground: Caracterizam-se por transmitirem sem licença. Henry insere neste tipo de rádios as emissoras piratas que emitiram ilegalmente por toda a Europa no início do movimento das rádios livres.

- Rádios Comunitárias: São pequenas emissoras, próximas dos cidadãos e que emitem para uma comunidade. O autor entende que se tratam de rádios que abrem um novo espaço de liberdade. São em regra de menor dimensão que as rádios locais (HENRY, 2000:14)

- Rádios de serviço público: são emissoras que tendo o financiamento do Estado, não são controladas por este quanto à sua programação. Combinam, defende David Henry, programas destinados às minorias com outros de carácter informativo.

- Rádios comerciais: caracterizam-se por serem propriedade de empresas privadas e que vivem sobretudo de receitas publicitárias, sendo o seu conteúdo programático muito diversificado.

A estes cinco tipos de rádios deve acrescentar-se mais três, propostos por Lawrence Soley(1995)⁴², que se caracterizam por serem emissoras destinadas a veicular uma mensagem política de cariz propagandístico e que surgiram com grande incidência no Leste europeu, durante o período da guerra fria, apesar de haver casos, como a Radio Free Portugal, que surgiram ainda durante a década de 70.

⁴² - SOLEY, Laurence, "Heating up Clandestine Radio After the Cold War", in, PEASE, Edward C. and DENNIS, Everette E., *Radio the Forgotten Medium*, New Jersey, 1995, pp. 138-140.

Estas por sua vez dividem-se em Rádios “Cinzenta” e “Preta”.⁴³ As primeiras são normalmente iniciativa de grupos dissidentes de um país, mas patrocinados pelos governos de outro Estado. Quanto às rádios “Black” são as que emitem mascaradas com o patrocínio do inimigo.

Por fim, Soley propõe ainda as rádios “Brancas” que não sendo clandestinas emitem abertamente com propósitos propagandísticos para um determinado país.

Tanto na tipologia proposta por Soley como no quadro sugerido por Henry, encontramos alguns registos onde as rádios livres se podem inserir, particularmente durante o período da clandestinidade.

Mas o movimento teve contornos muito particulares, que analisados em detalhe permite-nos supor a existência de uma tipologia própria para as rádios livres.

O primeiro factor a ter em conta é a espontaneidade do movimento que na Europa conduziu a um fenómeno desorganizado e carente de uma estrutura sólida. De facto, estas emissoras apareceram, em muitos casos, como o resultado de iniciativas individuais ou de pequenos grupos de pessoas de uma comunidade.

Como disse François Cazenave (1984) “A ocasião faz o ladrão, ou neste caso a rádio. Electricistas ou teóricos da comunicação viram-se autores de um utensílio que permite a um indivíduo ou a vários, emitir em direcção a outros indivíduos”.⁴⁴

A anarquia em que as rádios livres nasceram foi causada por um conjunto de iniciativas individuais e muitas delas sem um objectivo previamente definido.

Este cenário conduz inevitavelmente a uma dificuldade em caracterizar o sem-número de rádios livres que surgiram, dada a diversidade das temáticas abordadas, que vão desde a instrumentalização política até à luta por causas sociais o que lhes valeu o rótulo de “rádios panfleto”, aquelas que veiculavam de forma clara mensagens conotadas com estruturas políticas, e “rádios verdes”, especialmente em França, pois aí o fenómeno foi muito impulsionado por ambientalistas que criaram rádios para contestarem determinadas medidas consideradas nocivas para a preservação do ambiente.

⁴³ - No original “grey” e “black” radio stations.

⁴⁴ - CAZENAVE, François, *Les Radios Libres*, PUF, Paris, Que Sais-Je ?, 1984

François Cazenave sugeriu dois tipos de rádios livres quanto à sua ideologia. Num primeiro grupo, o autor chamou-lhes “rádio-verdade” ou “rádio-utopia”⁴⁵. No segundo grupo estariam as “rádios-guerrilha”⁴⁶.

François Cazenave sublinhou o carácter de passa-palavra das rádios livres. E com base nesse pressuposto, determinou a existência de dois tipos de rádios livres:

- Rádios porte-parole das lutas sociais: São as rádios ligadas a grupos de indivíduos com determinados interesses, desde a luta dos homossexuais, dos emigrantes ou dos ecologistas. Tratam-se de emissoras que nasceram por ocasião de uma luta social e que normalmente estão agregadas a grupos organizados (como os sindicatos).

- Rádios porte-parole de lutas políticas: São segundo o autor “as mais numerosas”. Cazenave adverte que se tratam de estações que podem ter uma vida efémera e que isso torna difícil determinar com exactidão o seu número, a sua audiência e a duração das suas emissões.

O exemplo dado é o da Rádio Sorbonne, que foi criada por estudantes universitários em Maio de 1968 e que servia para difundir a voz dos alunos. Aliás, estas rádios são muito frequentes quando se fala de lutas estudantis. O autor cita ainda o caso das rádios ligadas a grupos de ecologistas, que utilizam aquele meio para mobilizar militantes ou explicar os perigos que advinham da proliferação de centrais nucleares.

A rádio mais conhecida e que se pode enquadrar nesta classificação é a Rádio- Verte-Fessenheim, na Alsácia francesa.

Nesta classificação, Cazenave inclui as estações ligadas a movimentos feministas e homossexuais. Em França surgiram ainda rádios eleitorais, que apareceram em 1979 aquando das eleições para o Parlamento Europeu. Esta emissora servia para que os pequenos partidos se pudessem expressar.

Não faltam ainda rádios ligadas ao partido socialista, ao comunista e a uma ala apelidada de “giscardienne”.

- Rádio pela rádio. E por prazer: Esta terceira categoria engloba, segundo o autor, todas as emissoras que se dedicam quase em exclusivo a passar

⁴⁵ - “rádio-verité” ou “rádio-utopie”. In, CAZENAVE, François, *Les Radios Libres*, PUF, Paris, Que Sais-Je ?, 1984. p. 82.

⁴⁶ - “Rádio-guérilla”, idem.

música. Aparentemente nada move os criadores destas rádios a não ser o prazer de fazer mais uma rádio. O conteúdo da sua programação é ocupado cem por cento por música. Seja ela jazz, pop ou outro estilo musical qualquer. O que interessa verdadeiramente é passar música, de quando em vez, entremeada com intervenções do animador, estilo disc-jockey.

A classificação proposta por Cazenave deve ser contextualizada num período em que apareceram, especialmente em França, inúmeras rádios piratas, quase todas motivadas pela conjuntura política e social daquele país.

Essa razão explica o facto de poucas terem assumido uma função verdadeiramente virada para as comunidades locais. Com efeito, são menos os exemplos de emissoras surgidas nos anos 70 em França vocacionadas para a criação de um dispositivo comunicacional que visasse as populações locais, do que aquelas que perseguiram um objectivo fosse ele de carácter social ou político, mas que em qualquer dos casos implicava uma instrumentalização.

Cazenave reconhece essa situação e sublinha a existência de emissoras cujo objectivo era o de dar a palavra em directo aos ouvintes, ouvindo as impressões espontâneas. O autor faz referência à rádio Abesse –ECHO que vivia na rua com os seus habitantes.⁴⁷

Dar a palavra aos ouvintes parece ter sido a forma encontrada pela maior parte das emissoras locais para fazer representar uma certa preocupação social. A facilidade de comunicação com a rádio, utilizando o telefone, é um dos contributos mais significativos para essa situação.

As três categorias propostas por Cazenave, dizem respeito concretamente ao conceito de rádios livres; aquelas que estando a emitir para um espaço local muitas vezes por imposições técnicas ou legais, não têm verdadeiramente em conta na sua informação ou programação a comunidade local. As suas preocupações viram-se essencialmente para o Ambiente, para a política partidária, ou para causas sociais.

⁴⁷ - CAZENAVE, François, *Les Radios Libres*, PUF, Paris, Que Sais-Je ?, 1984

I . 2.4.1. - Do público ao privado

A rádio tornou-se nos últimos anos um negócio como qualquer outro sector da comunicação social. De uma fase de monopólio do Estado na maior parte dos países da Europa, passou-se para um regime aberto onde proliferam cada vez mais as emissoras, pequenas e grandes, pertencentes a grupos privados de comunicação social.

É por isso, que quando se pensa em encontrar um quadro que tipifique as rádios locais na Europa, não se pode esquecer a sua propriedade. De uma forma genérica dir-se-ia que a esmagadora maioria das rádios locais estão nas mãos da iniciativa privada.

Contudo, o caso espanhol mostra como o conceito de rádio local, com as características já enunciadas de interacção como os ouvintes, pode ser associado a empresas de capitais públicos através da criação das denominadas rádios públicas municipais.

Tratam-se de rádios que dependem exclusivamente da Administração Local, estando a sua gestão e órgãos da direcção ligados a uma autoridade municipal emanada directamente da vontade popular⁴⁸.

De acordo com a legislação espanhola, a concessão destas rádios pode ser adstrita à própria entidade local, a um organismo local ou a uma empresa cujo capital social pertença maioritariamente a uma entidade local.

Estas rádios entroncam num conceito de radiodifusão de serviço público. Emili Prado, referindo-se às Emissoras Municipais da Catalunha, classifica este tipo de rádios da seguinte forma:

“Entende-se Emissoras Municipais como um serviço público, tal como uma biblioteca, como equipamento comunitário ao alcance de todos, sem distinção de ideologias, nem de etnias, catalanas e catalizadoras, autónomas; é dizer com firme vontade de clara e exacta integração sem nenhum tipo de condicionante nem dependencia, de participação total e inserida na realidade e âmbito em que nasceu.”⁴⁹

Podemos encontrar os fundamentos para a criação destas rádios na perspectiva defendida por Manuel Chaparro Escudero (1998) de que existe um

⁴⁸ - ESCUDERO, Manuel Chaparro, *Rádio Pública Local*, Fragua, Madrid, 1998, p. 21.

⁴⁹ - Idem.

dever democrático no desempenho das funções atribuídas aos meios de comunicação social. Esse dever é mais visível na chamada comunicação de proximidade, como é o caso das emissoras municipais.

Arturo Merayo Pérez distingue dois tipos de rádios quanto à sua gestão empresarial.

O primeiro em que as emissoras locais estariam a ser geridas por pessoas físicas ou jurídicas vinculadas historicamente a uma comunidade onde exercem, para além da actividade radiofónica, todas as outras tarefas do seu quotidiano. Trata-se de um modelo quase familiar e que segundo Pérez é cada vez menos frequente (PÉREZ, 1994).

O segundo sistema, mais corrente no período pós-legalização das estações locais na Europa, é aquele em que os proprietários e gestores se encontram fora da comunidade local para onde a rádio emite. Trata-se de um modelo que se tem generalizado desde que as rádios locais passaram a estar na mira das grandes empresas de comunicação social.

Esta forma de gestão caracteriza-se por ter uma emissora que desempenha a função de “rádio-mãe” que possui, segundo a metáfora empregue pelo autor, vários filhos.

Os legítimos, que são as emissoras locais propriedade da “rádio-mãe”. Os adoptados, ou seja as emissoras que são geridas através de contratos de associação e finalmente uma última circunstância em que a “rádio-mãe” desempenha a função de *baby-sitter*, quer isto dizer que utiliza a antena da emissora local para emitir programas durante determinados períodos da programação.

Na mesma linha, Marco Gaido (BASSETS, 1981: 159) identifica três formas de gestão dos meios de comunicação social locais: Livre, de tipo privado; Misto, que conjuga o privado e o estatal e o Monopolista, centralizado na figura do Estado.

Segundo esta perspectiva, a maior parte dos países vive com o sistema Misto e é nele que se enquadram os cenários de comunicação social regional ou local, nos quais se podem encontrar rádios livres de gestão privada e outras de gestão pública, como é o caso das emissoras municipais em Espanha.

Este modelo é também aplicado ao sector da rádio em Portugal. Mas se nos detivermos unicamente no fenómeno das rádios locais, o sistema é

claramente o Livre, já que não existem emissoras locais pertencentes ao Estado, uma vez que as delegações regionais da RDP não podem ser consideradas como tal.

O modelo privado e como tal dependente do mercado publicitário é por isso o mais frequente. Isso ajudará a compreender as dificuldades financeiras com que as rádios locais, depois da fase de “encantamento” passaram, já que a vulnerabilidade do sistema aliado à debilidade estrutural de muitas emissoras provocou o colapso em muitas delas, pelo menos no caso português.

I. 3. - As rádios livres na Europa

O aparecimento das rádios livres na Europa teve várias ramificações de acordo com os diferentes países em que se desenvolveram os processos. Adiante se analisará em pormenor algumas situações consideradas mais relevantes, mas é evidente que existiram alguns traços comuns que convém salientar.

A primeira característica que podemos identificar é a situação de monopólio do Estado no sector da rádio que é comum em todos os países da Europa com uma ou outra especificidade, como é o caso português, que aprofundaremos adiante neste trabalho, onde, para além da emissora do Estado, existia a Rádio Renascença pertencente à Igreja.

Mas era evidente que o governo Francês não estava disposto a retirar à ORTF o monopólio das emissões de rádio, o mesmo sucedendo na Itália em relação à RAI ou na Grã-Bretanha relativamente à BBC. Conscientes de que o movimento das rádios piratas estava a ganhar força, são estas emissoras pertencentes ao Estado que alargam o seu raio de acção passando a criar centros regionais ou locais de emissão, como forma de chegar perto das populações e assim afastá-las das rádios piratas.

A segunda característica tem a ver com o quadro legal em que as rádios livres apareceram na Europa. Com efeito, foi mais fácil criar a estrutura, começar a emitir clandestinamente e até ganhar audiência do que obter a tão desejada legalização. A história das rádios livres na Europa está cheia de um sem-número de casos de encerramentos forçados por parte da polícia ou de processos em tribunal que se arrastaram anos a fio. Igualmente não faltam situações de avanços e recuos em sede parlamentar, mais ou menos ditados pela alternância das forças políticas detentoras do poder. Perante a impossibilidade de emitirem com licença, as primeiras rádios livres encontraram estratégias interessantes para chegarem aos ouvintes e ao mesmo tempo escaparem aos serviços de fiscalização.

A rádio Merkur começou a emitir em 1958 a partir da costa da Dinamarca. A Rádio Caroline fez o mesmo na Grã Bretanha, enquanto que a Rádio

Montecarlo emitia, a partir do principado do Mónaco, em italiano e em francês para mais facilmente chegar a esses países.

Em terceiro lugar é de salientar o carácter ideológico muito marcado de um grande número de rádios livres. Fosse no capítulo social, político ou ambiental é evidente o aparecimento de vários projectos que nasceram por iniciativa de grupos de interesses. Um dos casos mais paradigmáticos é o italiano onde, primeiro a direita e depois a esquerda, assumiram grande protagonismo dentro do chamado “Movimento”, nome dado às rádios que apareceram em Itália com propósitos de intervenção política e social, e onde também faziam parte estações ligadas a grupos de homossexuais, feministas ou objectores de consciência.

Neste capítulo o caso espanhol é também interessante com a criação em Barcelona da chamada Ona Lliure (Onda Livre) um movimento que agregava debaixo do mesmo objectivo - criar rádios livres em Espanha - grupos de homossexuais, lésbicas, ecologistas, objectores de consciência e feministas. Mas reuniu também estudantes de Ciências da Informação, professores e especialistas na área da electrónica. Em França, foram também questões políticas e sociais que estiveram na base da criação de rádios livres, com o aparecimento da Rádio Sorbonne que serviu em Maio de 1968 para os estudantes em protesto veicularem as suas opiniões e a Rádio Verte Fessendeim, na Alsácia francesa que lutava contra a utilização de armas nucleares.

Todo este movimento representou a emergência de um novo dispositivo comunicacional que se afirmou no sector radiofónico e que caracterizou o fenómeno das rádios livres na Europa.

A quarta linha transversal é o carácter eminentemente popular de que se revestiu grande parte dos projectos na Europa e que se caracterizou pelo acesso ao discurso mediático de grande parte da população que antes não tinha essa possibilidade. Igualmente, muitas rádios livres apareceram por iniciativa de grupos de pessoas sem outras motivações que não fosse fazer rádio.

É por esta razão que as rádios livres se inscrevem numa lógica de um discurso alternativo àquele que era veiculado pelas rádios oficiais, quer se trate de uma abordagem política ou social, como escreveu Emili Prado.

“Entendemos como objectivo prioritário da rádio livre a de dar a palavra às pessoas, ou seja, a todas aquelas pessoas que nunca têm a oportunidade de se expressar através de um meio para se comunicarem, no seu verdadeiro sentido, com os demais” (PRADO,1981:245).

I. 3.1. - As primeiras experiências

Foi no final da década de 60 que o movimento pela liberalização das ondas conhece o seu apogeu na maior parte dos países da Europa. Contudo, os primeiros passos foram dados em 1958 pela Rádio Merkur FM que emitia ao largo de Copenhaga, na Dinamarca. Nos anos que se seguiram, o fenómeno alastrou-se à maior parte dos países da Europa ocidental.

Seguiram-se experiências na Suécia com o início das emissões da rádio Nord, perto de Estocolmo. Em 1964 a rádio Veronique na Holanda e as rádios Caroline e Atlanta na Grã-Bretanha marcam o aparecimento das emissoras piratas naqueles territórios.

Entretanto a rádio pública britânica, a BBC, apercebendo-se da força das rádios piratas reagiu ao sucesso que estas haviam conseguido, particularmente a Rádio Caroline. A BBC criou uma emissora totalmente vocacionada para música Pop e várias emissoras locais, ao ponto de em 1970 já existirem vinte, ao mesmo tempo que o governo britânico proibia a emissão das rádios piratas.

Três anos mais tarde o parlamento britânico promulgou uma normativa que permitia a co-existência de rádios do Estado e comerciais. Nessa demonstração de abertura, apareceram várias emissoras locais em localidades como Manchester, Londres ou Plymouth.

Semelhante atitude foi tomada em 1975 pelo governo sueco que permitiu a criação de 24 rádios locais naquele país nórdico.

O fenómeno das rádios livres atingiu também países como a Bélgica, a então Jugoslávia e a Alemanha entre outros onde os cenários verificados foram idênticos aos registados no resto da Europa.

Analisa-se em seguida três casos particulares que parecem mais relevantes no contexto europeu.

I. 3.2. - França

A designação de “Rádio de Expressão” ganha todo o sentido no caso francês, se tivermos em conta que naquele país o fenómeno foi claramente impulsionado por movimentos reivindicativos de cariz social.

A alavanca foi o Maio de 68 quando apareceram várias pequenas emissoras que misturavam música com contestação estudantil. São os exemplos da Rádio Sorbonne, da Rádio-Campus de Lille e da Rádio-Entonnoir da Universidade de Jussieu de Paris. Estes exemplos servem para ilustrar o carácter militante de que se revestiu o início do fenómeno das rádios livres em França.

O monopólio estatal do sector da rádio em França não impede, no entanto, que algumas emissoras emitam para o território francês a partir de Estados vizinhos. São os casos da Rádio Luxemburg, Rádio Monaco, Sud Radio e Rádio Europa 1, todas estações comerciais com emissores em países vizinhos.

Na segunda metade da década de 70 assiste-se a um movimento de criação de rádios livres, quase todas por iniciativa de grupos políticos e culturais alternativos. Em Novembro de 1977, começa a emitir a Rádio Verte Fessenheim que nasceu por iniciativa de um grupo de ecologistas com o objectivo de contestar a utilização de armas nucleares. A quantidade de rádios ecologistas que apareceram em França acabou por colar o movimento francês à designação de “rádios verdes”. Mas surgem também emissoras com o propósito de tratar as problemáticas locais como o Canal 93 e Rádio Abesse-Écho.

O processo de legalização foi igualmente conturbado ao qual não é alheio o cenário de alternância política verificado no país. Em 1978, a vitória da direita francesa criou um novo processo repressivo contra as rádios livres e é aprovada a lei Lecat que previa a multa de 100 mil francos e um ano de prisão para quem utilizasse ilegalmente as ondas de rádio.

Apesar das medidas repressivas, as rádios livres não deixaram de emitir, embora o fizessem clandestinamente. A Rádio Verte Fessendeim gozava então

de uma espécie de regime de excepção devido à sua grande implantação social. Mesmo assim só podia emitir às quartas e domingos.

Só em 1982 o governo socialista francês concedeu as primeiras 22 frequências. Actualmente existirão cerca de 1400 rádios locais em França, sendo que muitas delas são consideradas rádios comunitárias (ou associativas), pois pertencem a grupos sem fins lucrativos e que contam com o apoio de organizações locais.

I. 3.3. - Itália

A Itália é considerada por muitos autores como o berço das rádio livres (Cazenave: 1980) pelo facto de ter sido em solo italiano que o fenómeno ganhou maiores proporções no contexto europeu, sobretudo pelo número de emissoras existentes que atingiu as duas mil. Em localidades como Nápoles, chegaram a emitir em simultâneo 250 rádios livres, o que numa largura de 88 a 104 Mhz provocou um autêntico caos, daí a designação de “cacofonia à italiana”.

As rádios Emmanuel-d' Ancône, Milano-Internacional e Rádio Parma terão sido, em 1975, as primeiras emissoras piratas a emitir em Itália. Mas a estas seguiu-se um sem-número de pequenas rádios espalhadas pelo país e que atingiram rapidamente um grande sucesso consubstanciado nos níveis de audiência. Em 1979, 21 por cento dos italianos declarava que ouvia quotidianamente as rádios livres.

Tal como no resto da Europa, a iniciativa de criação de rádios livres em Itália pertenceu a diversas camadas da sociedade, incluindo partidos políticos e grupos sociais. Miquel Rodrigo e Xavier Ruiz-Collantes (1982) identificam três tipos de rádios livres em Itália. Rádios comerciais, que pretendiam constituir-se como empresas privadas, rádios designadas como “radioaficionados”⁵⁰ onde se incluem emissoras que correspondem a iniciativas individuais e com pouca relevância económica e política. E por fim, as rádios pertencentes ao

⁵⁰ - RODRIGO, Miquel y RUIZ-COLANTES, Xavier, in, BASSETS, Lluís, *De las ondas rojas a las radios libres*, Gustavo Gili, Barcelona, 1982, p.271.

“Movimiento” que agregava emissoras pertencentes à extrema esquerda e a vários grupos como homossexuais, feministas ou objectores de consciência.

O monopólio da RAI no sector radiofónico em Itália só começa a ser questionado no final dos anos 60, principalmente pelos sindicatos, partidos de esquerda e grupos privados, que acusavam a rádio estatal de não ser imparcial na informação acerca de conflitos sociais.

Contudo, o governo decide prolongar o monopólio até 1974. Um ano mais tarde, no dia 14 de Abril, o controlo da emissora do Estado passa do Governo para o Parlamento e segue-se uma reestruturação da RAI.

Os primeiros anos de emissão das rádios livres em Itália caracterizaram-se por um clima de tolerância, especialmente com as comerciais ao mesmo tempo que era aprofundada a repressão contra as que defendiam um modelo político alternativo. Em 1976, o tribunal Constitucional reconhecendo a importância das emissoras locais sentencia a liberalização das emissoras de rádio em FM. Segue-se um período em que as principais forças políticas tentam ganhar protagonismo nessas rádios.

Continuava a não haver uma lei para as rádio livres e no final de 1976, a Federazione di Radio Emitenti Democratiche apresentou um ante-projecto de regulamentação das rádios locais.

Em Março de 1977 são encerradas três emissoras importantes: Rádio Popolare 99, de Parma, Rádio Anadio e Rádio Alice de Bolonha. Pouco tempo depois, o Governo italiano pretendia encerrar todas as emissoras de Roma, uma iniciativa só impedida pelo ministro do Interior Francesco Cossiga. Foi na sequência da intervenção deste governante que se começou a pensar em encontrar uma solução para o problema.

Em 1978, e depois de se ter tornado evidente o sucesso das emissoras piratas, é apresentado um projecto de lei para a regularização das rádios livres em Itália.

I. 3.3.1. - *Rádio Alice – um caso na cacofonia*

No meio da enorme confusão de ondas provocada pelo exorbitante número de emissoras livres surgidas em Itália, emerge uma rádio livre pela

irreverência e discurso que a caracterizou durante os quase dois anos que esteve no ar.

A Rádio Alice começou a emitir para o município de Bolonha em finais de Janeiro de 1976 no seio de um grupo de intelectuais denominado A/Travesso. A sua postura assumidamente de confrontação com os valores instituídos começou a perceber-se logo na sua primeira emissão. “Radio Alice emite: música, notícias, jardins em flor, conversas que não vêm ao caso, inventos, descobrimentos, receitas, horóscopos, filtros mágicos, amor, partes de guerra, fotografias, mensagens, massagens e mentiras”.⁵¹

Tratou-se de uma rádio diferente das outras e por isso constituiu uma espécie de paradigma da ruptura social e política que as rádios livres poderiam levar a cabo no plano comunicacional.

Maria-Antonietta Macchiocchi referia-se assim ao A de Alice: “Primeira letra de um novo alfabeto, que é o dos que começam a gritar, a comunicar, a contar-se a si mesmos sem terem de ser pertença prévia de nenhuma responsabilidade”.⁵²

A Rádio Alice pretendia acima de tudo constituir-se como uma emissora que privilegiasse um discurso alternativo, consubstanciado numa linguagem também alternativa face a um modelo institucional que vigorava na maior parte das emissoras italianas.

A sua programação era, como notou Umberto Eco (1982), um conjunto de citações literárias, música clássica, canções políticas e reportagens em directo de acontecimentos diversos como ocupações de locais e manifestações.

Foi este discurso de confrontação relevando temas outrora esquecidos e que não tinham lugar nas ondas da rádio que fez da Rádio Alice uma emissora onde se cultivou o absurdo como estratégia de denúncia, particularmente de questões sociais, ligadas na maior parte dos casos a grupos oprimidos. Alice significava para muitos a representação simbólica de um absurdo que deveria vir à superfície no país das maravilhas, numa clara alusão à obra de Lewis Carroll.

⁵¹ - Citado por Umberto Eco In, BASSETS, Lluís, *De las ondas rojas a las rádios libres*, Gustavo Gili, Barcelona, 1982, p. 223.

⁵² - MACCHIOCCHI, Maria-Antonietta, in, LAVOINNE, Yves, *A Rádio*, Veja, Lisboa, s/d, p. 45-50.

Mas foi também este discurso que atribuiu à Rádio Alice uma conotação política, ligada à extrema esquerda, ou à esquerda alternativa, como outros preferiam chamar. Para Macchiocchi, a Rádio Alice significou o início de uma forma de fazer informação: a inform-acção. Queria a autora dizer que se tratava de uma informação que pretendia, mais que polemizar questões, levar à acção numa espécie de jornalismo de missão, que estava, contudo, longe dos parâmetros de imparcialidade que os jornalistas cultivam.

No dia 11 de Março de 1977 a Rádio Alice viria a ser encerrada pela polícia como consequência de uma cobertura feita pela rádio de uma manifestação de estudantes em Bolonha. Como era normal, a Rádio fez a reportagem em directo, recorrendo a pessoas exteriores à emissora (token reporter). Neste caso foi Bonvi, um caricaturista italiano que do seu atelier conseguia ver as escaramuças entre estudantes e polícia.

As informações eram de tal forma precisas sobre as movimentações policiais que quem ouvisse a Rádio Alice poderia escapar ou confrontar-se com a polícia. A Rádio Alice foi acusada de ter instigado os manifestantes à perturbação da ordem pública.

No dia 12 de Março, a polícia acabaria por encerrar a Rádio Alice, com o aval das autoridades municipais de Bolonha que a consideraram uma ameaça intolerável.

I. 3.4. - Espanha

O fim do franquismo coincide com o início da luta pela liberalização das ondas em Espanha. O exercício da radiodifusão esteve sempre centralizada no Estado, protegido por leis que favoreciam um cenário de monopólio.

Tratava-se, como descreve Emili Prado (1982), de uma rádio que "entretinha embrutecendo"⁵³ referindo-se à programação onde sobressaíam programas com música comercial e consultórios para o auditório feminino.

O governo espanhol acabaria por abrir algumas concessões à iniciativa privada, mas tratou-se de uma abertura limitada, uma vez que estas novas

⁵³ - PRADO, Emili, "El movimiento por la libertad de emisión en España", in, BASSETS, Lluís, *De las ondas rojas a las radios libres*, Gustavo Gili, Barcelona, 1982, pp.238.

emissoras, que aceitaram sem reservas as regras do jogo, eram obrigadas a recorrer à Rádio Nacional de Espanha (RNE), que detinha a exclusividade da informação, para transmitir os noticiários.

Desta forma, diz Prado, a rádio tornou-se no porta-voz do governo. Este processo foi minimizado depois de 1960, quando o governo permitiu que as emissoras privadas emitissem noticiários de âmbito local.

Ora foi precisamente a luta dos profissionais da rádio por uma informação isenta e rigorosa que esteve na base do fenómeno de rádios alternativas em Espanha.

Com a morte de Franco dá-se o “boom” da rádio em território espanhol. O primeiro passo foi dado em Outubro de 1977 com a liberalização da informação radiofónica. Nessa altura, as cadeias privadas passaram a ter liberdade para fazer os seus próprios noticiários sem a obrigação de recorrer à RNE.

Mas a liberalização das ondas em Espanha teve também argumentos de ordem política, nomeadamente pela necessidade de acatar os acordos internacionais de distribuição de frequências, uma medida essencial para Espanha, envolvida que estava no processo de integração europeia.

É neste contexto que aparecem por todo o país no final da década de 70, princípio de 80, várias emissoras livres. O processo começou na Catalunha quando um grupo constituído por estudantes de ciências da informação, ecologistas, homossexuais, feministas etc, criou um movimento designado por Ona Lliure (Onda Livre) que mais que criar uma rádio livre, pretendia iniciar um movimento pela liberalização das rádios livres em Espanha.

Lia-se num comunicado da Ona Lliure:

“Entendemos como objectivo prioritário da rádio livre a de dar a palavra às pessoas, ou seja, a todos aqueles que nunca têm a oportunidade de expressar-se através de um meio para se comunicar, no seu verdadeiro sentido, com os demais”.

A primeira emissão da Ona Lliure foi para o ar no dia 4 de Abril de 1979. Contudo, as suas emissões sofreram um revés, tal como todo o movimento, quando quinze dias mais tarde a Ona Lliure foi mandada encerrar pelo Ministério da Cultura espanhol.

Tratou-se efectivamente da primeira resposta governamental perante o florescimento do movimento, já que em seguida ocorreu um processo de

repressão contra as emissoras livres, levado a cabo pela polícia e sem recurso aos tribunais, pois existia na lei espanhola um vazio legal. De qualquer forma, este modo de actuar do Governo espanhol valeu-lhe fortes críticas.

Em Junho de 1979 foi aprovado o Plano Técnico Transitório do Serviço Público de Radiodifusão Sonora em Ondas com Modulação de Frequência.

Na prática tratou-se de um mecanismo legal feito à medida para impedir o desenvolvimento das rádios livres uma vez que reserva para a titularidade do Estado o serviço de radiodifusão em FM. O governo passou então a decidir a quem seriam concedidas as frequências, favorecendo os grupos económicos e prejudicando a iniciativa daqueles que detinham menor poder financeiro, pois o decreto fixava os mínimos de programação e informação o que encarecia os projectos e por isso só estavam ao alcance de alguns. Com tal medida, ficaram de fora os grupos sociais que estiveram sempre marginalizados, favorecendo as grandes cadeias de rádio.

A falta de legislação acabou por favorecer a acção do poder judicial – baseando-se nas leis do antigo regime – no desenvolvimento das rádios livres em Espanha, que entretanto, apesar de medidas contrárias, continuaram a aparecer um pouco por todo o país.

A Ona Lliure abriu as portas ao aparecimento das rádios livres em Espanha e acabou por ser também a alavanca para o aparecimento das Emissoras Municipais (CHAPARRO, 1995).

Tratam-se de rádios locais públicas pertencentes aos «ayuntamientos» quanto ao financiamento, mas editorialmente autónomas e que têm como finalidade desempenhar um serviço público. Encontram fundamento legal na Lei do Regime de Bases Locales, promulgado em 2 de Abril de 1985, onde se estipula que as corporações locais devem ceder a informação local e as ferramentas necessárias para que os cidadãos tenham livremente acesso aos assuntos da sua comunidade.

As Emissoras Municipais (EM) aparecem depois das primeiras eleições municipais em 1979, quando regressa, após o franquismo, a consciência regional. Data do mesmo ano o registo da primeira EM em Espanha, que terá aparecido na localidade de Arenys de Mar, na Catalunha, de acordo com Manuel Chaparro Escudero, que estudou estas rádios.

Actualmente existem cerca de 600 emissoras municipais em Espanha. A liberalização das ondas de rádio em Espanha teve, pois, dois percursos diferentes: o sector privado e o público. Contudo, como salienta Chaparro, muitas rádios livres privadas acabaram por converter-se em emissoras municipais, devido às dificuldades económicas para se manterem em actividade num cenário de lógica de mercado.

I. 4. – Percurso histórico das rádios locais em Portugal

Ao contrário do que sucedeu na Europa, a origem das rádios locais em Portugal não teve como fundamento a liberdade de expressão de grupos considerados minoritários. Não existem registos históricos de que movimentos motivados por interesses político - ideológicos, sociais ou outros tenham estado na emergência das rádios livres em Portugal.

O fenómeno deve-se antes de mais a um desejo de acompanhar o movimento que então se criara na Europa e que se baseava num discurso alternativo ao que era difundido pelos órgãos de comunicação social de cobertura nacional, no caso português tutelados pelo Estado e pela Igreja.

Pode afirmar-se que o processo em Portugal assume muito mais um cariz de descentralização em relação ao discurso veiculado até então pelos meios de comunicação social de cobertura nacional. Por essa razão, muitas rádios piratas dedicavam-se sobretudo a dar voz às populações, especialmente as do interior do país, normalmente esquecidas pelos noticiários nacionais, muito centralizados em Lisboa e Porto.

As referências a estações piratas com a missão de fazer divulgar mensagens de grupos considerados minoritários são escassas. A Rádio Boas Novas, na Grande Lisboa, que veiculava um conteúdo próximo à Igreja Evangélica e a Rádio Universidade Tejo dirigida à comunidade académica são alguns dos poucos exemplos que se podem dar em relação a esta matéria.⁵⁴

Mais tarde a rádio Activa próxima do Partido Comunista Português é outro exemplo de estações locais assumidamente portadoras de uma mensagem ideológica. Mas, mesmo assim, não foram lutas sociais que motivaram o fenómeno em Portugal, como aconteceu, por exemplo, em França.

O movimento das rádios piratas em Portugal tem início no final dos anos 70 e surge num contexto que convém aprofundar.

Em primeiro lugar, as rádios piratas apareceram num momento pós-revolucionário onde a sede de liberdade de expressão ainda estava bem viva. Mas como vimos, este factor não encontrou eco significativo nos movimentos de grupos minoritários. Pelo contrário, fundou-se particularmente na vontade de

⁵⁴ - In, "O Cerco de Lisboa", Jornal Sete, 16 de Julho de 1986.

dar às populações a informação e a possibilidade de se expressarem, algo que não ocorria com frequência nas rádios de cobertura nacional.

Por outro lado, em Portugal não havia um monopólio radiofónico. Para além da RDP, ou Emissora Nacional – o serviço radiofónico do Estado – os ouvintes portugueses tinham ainda a alternativa Rádio Renascença, da Igreja Católica. E até 1975 tiveram a possibilidade de escolher também o Rádio Clube Português. Não foi por isso por questões anti-monopolistas que o fenómeno se desencadeou em Portugal.

Por fim, os pioneiros das rádios piratas já há muito que sabiam de relatos de experiências vindas do resto da Europa, onde o movimento das rádios livres tinha ganho contornos de uma discussão pública que em Portugal só viria a acontecer a meio da década de 80.

A primeira emissão da Rádio Livre Internacional⁵⁵ ilustra perfeitamente aquilo que se passava pelo país e sintetiza os três factores acima enunciados. A rádio começou a emitir no dia 25 de Abril de 1983 e o primeiro programa foi preenchido por música e um debate acerca das rádios livres em França e Polónia⁵⁶.

Os registos disponíveis permitem-nos perceber que o que motivou o aparecimento das rádios locais em Portugal foi sobretudo a sua vocação para dar às populações a voz que não tinham, muito longe por isso da instrumentalização que se verificou em muitos países da Europa.

Outro factor que caracteriza o fenómeno das rádios piratas em Portugal é o facto de grande parte das estações que então se formaram terem pessoas muito jovens a trabalhar sem qualquer experiência profissional e muito menos ao nível da comunicação social.

O amadorismo foi aliás a imagem de marca de uma grande quantidade de projectos. “Do padeiro ao barman, do polícia ao magistrado, do militar ao funcionário municipal, do teólogo ao filósofo, passando pelo químico, pelo fotógrafo, pelo cabeleireiro. E por aqui nos ficamos” (Expresso, 9/05/1987).

A simples curiosidade ou a sensação de que era necessário uma voz alternativa ao discurso produzido pelos *media* nacionais, a par de alguns

⁵⁵ - Foi uma das primeiras rádios-piratas a surgir em Portugal. Foi fundada por dois radialistas com experiência acumulada em estações livres de Paris. Era apoiada e financiada pela Rádio Nowg-Ivre de Paris, pela revista Actuel e pela associação para a Libertação das Ondas.

⁵⁶ - In, Jornal Sete, “Rádio-Pirata arranca na Grande Lisboa”, 27 de Abril de 1983.

conhecimentos ao nível técnico (necessários para a montagem do emissor) eram factores, por si só suficientes, para criar uma estação de rádio local.

Não quer dizer que não tenham aparecido projectos com alguma solidez, quer ao nível de recursos humanos quer ao nível financeiro. A TSF, O Correio da Manhã Rádio (CMR) e a Radiogeste, apresentaram investimentos na ordem dos 50 mil a 100 mil contos, representando um total de 120 postos de trabalho⁵⁷.

Mas a grande maioria das estações locais, particularmente as que surgiram na primeira fase do fenómeno, ou seja até 1984, caracterizavam-se sobretudo pela escassez de meios técnicos, humanos e financeiros, sobrevivendo, nalguns casos de pequenas dádivas dos seus fundadores ou de parcas receitas publicitárias, quando começaram a angariar anunciantes.

A questão da formação profissional, ainda hoje apontada como uma das principais lacunas das rádios locais, foi outro aspecto que caracterizou o fenómeno das estações piratas em Portugal.

De facto, não são muitos os projectos que incluíram profissionais ligados à comunicação social. A TSF – uma cooperativa formada sobretudo por jornalistas dissidentes das rádios nacionais – é uma das excepções que confirmam a regra.

A Rádio A, de Tires, era também constituída na sua maioria por profissionais ligados à comunicação social, incluído no departamento de informação da responsabilidade de jornalistas.⁵⁸

Podem-se encontrar dois momentos perfeitamente evidentes no período anterior à legalização das rádios piratas em Portugal.

O primeiro, até 1984, em que apareceram pequenas emissoras em vãos de escada, impulsionadas pela carolice e amadorismo dos seus criadores. Mais do que criar bases sólidas para uma rádio, pretendiam sobretudo despertar a opinião pública para um movimento, que salvo raras excepções, nunca se revestiu de uma organização e estrutura adequadas.

O segundo, depois de 1985 até à legalização, é caracterizado pelo boom das rádios piratas. Foi o período em que apareceram os projectos mais sólidos.

⁵⁷ - Tal&Qual, "Homens da rádio contestam governo – Fomos enganados", 7 de Outubro de 1988. A conversão para euros dos valores apresentados é respectivamente: 250 mil euros e 500 mil euros.

⁵⁸ - ARVELOS; Cristina, "Está tudo a apostar nas rádios locais", Tal & Qual, 13 de Junho de 1986.

Para isso, muito contribuiu o facto de muitas emissoras terem sido criadas por iniciativa de profissionais dissidentes das rádios nacionais.

Outra característica do movimento de criação das rádios locais em Portugal é a desorganização com que, um pouco por todo o país foram aparecendo pequenas emissoras de radiodifusão. Ou seja, no caso português não existiu um movimento organizado que falasse a “uma só voz” e que vincasse de forma mais eficaz a necessidade de criar rádios locais. O caso espanhol, a que já fizemos referência, foi em grande medida catapultado pelo movimento Ona Lliure, na Catalunha.

Em Portugal imperou sempre alguma desordem, com excepção de alguns exemplos pontuais. Um deles é a realização do I Encontro Nacional de rádios livres, a 18 de Junho de 1983, em Vila Nova de Gaia. Aí foi criada uma Comissão Coordenadora Nacional das Rádios Livres, destinada a encabeçar a luta pela legalização.

Com um carácter mais permanente, realizaram-se os denominados Encontros de Abrantes. Representaram efectivamente o único local de debate e discussão no período anterior à legalização das rádios locais em Portugal. Eram promovidos por alguns impulsionadores do movimento no nosso país, também ligados a rádios piratas, como a Rádio Antena Livre de Abrantes.

No encontro de 1984, os participantes salientaram a necessidade das rádio piratas serem legalizadas e nesse sentido aprovaram uma série de medidas, como a criação de um Conselho de Comunicação Social Concelhia ou Regional para substituir a entidade licenciadora prevista no projecto de lei para o exercício da radiodifusão apresentado por Dinis Alves e Jaime Ramos, em 1983. Os participantes aprovaram ainda a necessidade de criar um associação nacional de rádios livres em Portugal. “Fizeram-se aqui, pelo menos, três encontros à escala nacional de todas as rádios do país. Os encontros de Abrantes ganharam muito protagonismo, não havia rádio que não passasse por aqui, chegámos a trazer cá deputados”, recordou Anónio Colaço, um dos organizadores dos encontros (Jornal Público, 24/12/1998)

Os Encontros de Abrantes representaram, pois, uma forma interessante de pressão do poder para a necessidade de legalizar as rádio locais. Pela sua singularidade merecem ser referidos.

I. 4.1. - As primeiras emissoras locais portuguesas

As primeiras emissões das rádios piratas caracterizaram-se sobretudo pela intenção de “ir contra as convenções dominantes”⁵⁹. Pretendia-se, não dar voz a grupos sociais oprimidos como se verificou em muitos países da Europa, mas sim a populações locais que normalmente não apareciam nos noticiários das rádios nacionais.

Se este objectivo se enquadra sobretudo na vertente informativa, a questão da programação também fazia parte do conjunto de motivações dos pioneiros das rádios locais em Portugal.

Os registos documentais disponíveis mostram que a maior parte das programações das estações piratas continham músicas e estilos musicais que não eram comuns nas rádios nacionais.

A irreverência, o quebrar com o discurso vigente, são algumas das características que motivaram o aparecimento das rádios locais em Portugal. É curioso notar as designações que as emissoras piratas assumiram na altura e que ilustra precisamente o objectivo de “agitar as águas”. Rádio Delírio, Rádio Caos, Rádio Livre, Rádio Porta Aberta, são apenas alguns exemplos.

A primeira rádio-pirata de que há registo em Portugal é a Rádio Juventude que surgiu em 1977 e que emitia na área da grande Lisboa. Até ao dia 22 de Janeiro de 1981, altura em que o seu emissor foi apreendido pela fiscalização dos CTT, emitiu regularmente e em alternado com a Rádio Imprevisto que apareceu em 1979 e cuja emissão era captada nos concelhos de Amadora, Queluz, Barreiro, Almada, Trafaria, Loures e Amadora.

A programação da Imprevisto caracterizava-se pela passagem de música dos chamados lados B dos discos. Tinha ainda noticiário local. Esta estação também não teve uma vida muito longa, já que no dia 25 de Janeiro de 1981, viu também o seu emissor ser apreendido.

Perante o encerramento destas duas estações, os seus criadores resolveram juntar esforços e criar as Emissoras Associadas, uma rádio-pirata que iniciou as suas emissões no dia 7 de Fevereiro de 1982.

⁵⁹ - Jomal “A Capital”, “Porto Avança com rádio Delírio”, 14 de Janeiro de 1984.

A Rádio Juventude, surgida como se disse em 1977, é apontada como sendo a primeira estação pirata a aparecer no nosso país, contudo é de salientar as referências que são feitas à existência de uma emissora local – Rádio Paradiz - que teria funcionado na localidade de Pernes, no distrito de Santarém, entre 1958 e 1962 e cujo emissor foi encerrado nessa altura.⁶⁰ A mesma rádio voltaria a emitir em 1980, então com a designação de Rádio Pernes.

Estávamos numa altura em que as rádios-piratas se caracterizavam pelo grande amadorismo dos seus impulsionadores e ao mesmo tempo por uma grande vontade de continuar a manter as rádios a emitir, perante a forte acção fiscalizadora dos CTT que frequentemente apreendiam emissores.

O início dos anos 80 ficou marcado pelo aparecimento de várias rádios-piratas um pouco por todo o país.

A facilidade com que se podia pôr no ar uma emissão de rádio ajudou à proliferação de pequenas estações locais, normalmente com uma pequeníssima potência e que funcionavam, na maior parte dos casos na residência dos seus criadores.

Por exemplo, o jornal “O Ponto” (29/01/1981) faz referência a um diálogo curioso que inadvertidamente saiu pelo microfone. “ – Vai apagar o lume. – Agora não posso, estou no ar”.

O período da “pirataria” está repleto de histórias como esta. Desde estações que emitiam a partir de vãos de escada até a outras que funcionavam no quarto do locutor e no qual a cama servia de sofá para os convidados, apareceu um pouco de tudo.

A imprensa faz referência aos baixos custos que criar uma rádio pirata implicava. Mil contos (cinco mil euros) seria o suficiente.

As referências disponíveis permitem-nos concluir que as áreas da Grande Lisboa e Grande Porto são as zonas do país onde o fenómeno registou maiores proporções. Mas em regiões como o Algarve ou a Beira Litoral também se regista o aparecimento de rádios-piratas em número significativo.

⁶⁰ - In, BARÃO, Fernanda, “Uma Viagem ao mundo das rádios livres”, Jornal Expresso, 9 de Maio de 1987.

Embora não tenhamos estado perante um cenário semelhante à cacofonia italiana, a verdade é que um pouco por todo o país apareciam estações locais que emitiam algumas horas por dia e outras só ao fim-de-semana.

Esta situação deveu-se a duas causas distintas: por um lado permitia fugir mais facilmente à fiscalização e consequente apreensão do emissor e por outro a escassez de meios impedia a regularidade das emissões.

Em Março de 1984 o Diário Popular inventariava algumas rádios piratas existentes e as respectivas horas de emissão:

Rádio Imprevisto	Grande Lisboa	Sábados depois das 21 horas
Rádio Universo	Grande Lisboa	Sextas-feiras das 22 horas às 24 horas
Rádio Juventude	Grande Lisboa	Domingos depois das 21 horas
Rádio Popular de Gaia	Grande Porto	Terças a Quintas das 20 às 22 horas e Fins-de-semana das 10 às 13 horas
Rádio Top	Vila Nova de Ourém	Sextas-feiras das 21 às 1.15 horas

Fonte: Diário Popular, 19 de Março de 1984

É nesta altura, 1984, que o então secretário-Estado das Comunicações, Raúl Junqueiro, admite pela primeira vez haver a funcionar em Portugal “com mais ou menos regularidade 19 estações de rádio das quais 14 foram observadas pela primeira vez em 1984”.⁶¹

Por funcionarem ilegalmente não é possível determinar com exactidão o número de rádios existentes nos primeiros anos da década de 80, contudo tendo em conta a facilidade com que pequenas estações se instalavam em Portugal, parece-nos que o número avançado na altura pelo Governo pecará por escasso e admitindo que corresponda à realidade de então, depressa se desactualizou, já que passado um ano e meio só no Algarve foram detectadas por repórteres do jornal “Sete”, 14 rádios-piratas.⁶²

No mesmo ano, a mesma publicação identificou cerca de trinta estações locais só na Beira Litoral.⁶³

⁶¹ - In, PESSOA, Carlos, “Parlamento deve aprovar com urgência Lei das Rádios Livres”, Diário de Lisboa, 25 de Outubro de 1984.

⁶² - In, MARTINS, Luís Paixão, “As ondas que varrem o Algarve”, Jornal Sete, 18 de Junho de 1986.

⁶³ - In, MARTINS, Luís Paixão, “Rádios Locais multiplicam-se na Beira Litoral”, Jornal Sete, 9 de Julho de 1986.

Mas o grande *boom* das rádios locais em Portugal surge em 1986, onde segundo a imprensa da altura, apareceram 71 novas emissoras em todo o país. No ano anterior tinham começado a emitir cerca de 35 rádios piratas. O número decresceu em 1987, quando apenas se faz referência ao aparecimento de quatro novas estações locais.

Assim, em 1987 – um ano antes da legalização – emitiam em Portugal, com maior ou menor regularidade, 419 rádios piratas.

À semelhança da realidade do país, o mapa radiofónico da altura apresentava enormes assimetrias entre o litoral e o interior. De acordo com o jornal *Expresso*⁶⁴, nos distritos do litoral foram detectadas a emitir 346 emissoras, enquanto que no interior apenas 48. Exceptuam-se destes números os relativos aos distritos do Alentejo, por não ter sido possível apurar quais das 22 rádios funcionavam a partir do litoral ou do interior alentejano.

Com efeito, a determinação exacta do número de estações piratas espalhadas pelo país é muito difícil devido a vários factores.

Em primeiro lugar, o facto de não emitirem legalmente, depois pela falta de regularidade das suas emissões e por fim pela precariedade dos projectos, o que conduziu a vidas demasiado curtas para que pudessem ser contabilizadas.

Os dados disponíveis, especialmente pela imprensa da altura, permitem-nos concluir que o número de estações locais existentes aquando da legalização situava-se entre as 500 e as 600 rádios⁶⁵.

Contudo, a grande maioria destas estações tinham projectos muito incipientes e como tal não passaram do período da “pirataria”, ou por não terem apresentado qualquer candidatura a alvará ou, nos casos em que o fizeram, não terem sido aprovadas.

Da mesma forma, é de difícil exactidão enumerar o nível de audiências das rádios locais. As poucas referências feitas pela imprensa da época, citando a agência de publicidade Ciesa, davam conta de que em Agosto de 1986, o

⁶⁴ - BARÃO, Fernanda, “Uma Viagem ao Mundo das Rádios Livres”, *Jornal Expresso*, 9 de Maio de 1987.

⁶⁵ - Na reportagem “Viagem ao mundo das rádios livres”, publicada na revista do jornal “Expresso” em 9 de Maio de 1989, foram identificadas 419 estações locais. O número foi apurado com base na audição dos repórteres, em inquéritos enviados às rádios locais. Na mesma reportagem, são citadas fontes que garantem haver perto de 700 estações a emitir no continente.

número de ouvintes das rádios piratas tinha multiplicado dez vezes desde o início daquele ano⁶⁶.

Ainda de acordo com a imprensa periódica da altura, em Abril de 1986, um estudo da Norma detectou uma audiência de todas as rádios piratas de 5,4%, no litoral e que seria superior à rádio Antena UM.

I. 4.2. - A Programação

No período que antecedeu a legalização das rádios locais podem ser identificados dois tipos de programas. Os que visavam uma aproximação às comunidades locais e aqueles que recorriam à irreverência da juventude dos seus apresentadores colocando no ar temas e géneros musicais até então raramente ouvidos nas emissoras de cobertura nacional.

No primeiro caso, as rádios locais apostavam sobretudo em concursos, passatempos com participação telefónica e nos célebres programas de discos pedidos. Embora menos frequente também se encontram registos de programas cujo objectivo era o de debater temas de interesse local.

Pretendia-se sobretudo estar perto das populações locais, encontrando formas de comunicação baseadas numa linguagem simbólica conhecida pela comunidade. É frequente encontrar referências a programas feitos por pescadores para pescadores, ou de estudantes para estudantes, por exemplo.

Este género de programação foi posto em prática pelas emissoras localizadas fora das áreas do Grande Porto e Grande Lisboa, embora aqui também se encontrem vários exemplos.

Por outro lado, o éter passava agora a ser preenchido por programas especialmente direccionados a um público que procurava mensagens alternativas às veiculadas pelas rádios nacionais.

Estas emissões eram sobretudo ouvidas nas rádios de cariz urbano, que utilizavam nas suas programações uma linguagem irreverente e músicas alternativas, quase todas vindas do estrangeiro.

Terá sido no início do fenómeno das rádios locais que estilos musicais como o Rap ou as versões mais *underground* do Rock se começaram a ouvir

⁶⁶ - MARTINS, Luís Paixão, *Dez vezes mais ouvintes desde o início do ano*, Primeiro de Janeiro, 3 de Agosto de 1986.

com mais insistência nas emissoras portuguesas, influenciadas, tal como na Europa, pelos disc-jockeys.

A construção de uma rádio à imagem norte-americana, onde a influência dos disc-jockeys foi maior, começou a ganhar adeptos em Portugal no *boom* das rádios locais em Portugal e conseguiu o seu representante máximo em 1986 com o aparecimento da Rádio Cidade, uma estação local que emitia a partir da Amadora e que era constituída por portugueses que tinham regressado ao país, depois de alguns anos a viver no Brasil.

Foi certamente essa influência que caracterizou a estação e a diferenciou de todas as outras até então existentes em Portugal, não só ao nível da linguagem utilizada, mas também por ter sido um dos primeiros exemplos de grande audiência centralizada numa única estação pirata.

Com efeito, os seus responsáveis nunca esconderam que pretendiam demarcar-se do fenómeno das rádios locais em Portugal, assumindo-se desde o início com uma atitude de ruptura.

A programação da estação era constituída por momentos de boa disposição onde sobressaía a componente entretenimento em detrimento da informação. Tratava-se da “Rádio FM”⁶⁷, como os seus criadores pretenderam fazer passar, ou seja uma rádio com uma forte componente musical que apostava sobretudo nos grandes *hits* do momento.

A influência dos *disc-jockeys* é marcante com o surgimento daquilo que na altura foi uma novidade: a criação de espaços horários entregues a locutores, em vez da tradicional grelha de programação preenchida pelos habituais programas de autor.

Por outro lado, nasce de certa maneira o conceito de rádio “muita música e pouca palavra”, que viria a vingar no panorama português após a legalização das rádios piratas, especialmente junto dos ouvintes mais jovens.

A locução rápida, dizer muito (quase sempre só a apresentação das músicas) em pouco tempo, é também uma herança da rádio-entretenimento que se fazia sobretudo nos Estados Unidos e cujo modelo acabou por ser importado para Portugal.

⁶⁷ - In, MARTINS, Luís Paixão, “Rádio Cidade – O charme concreto da Estereofonia”, Jornal SETE, 16 Junho de 1986.

Nos anos que antecederam o licenciamento, muitas emissoras possuíam já uma estrutura, na sua essência, dependente da publicidade e da concorrência. É nessa altura que vários sectores de actividade com algum poderio económico se começam a interessar pelo fenómeno, nomeadamente aqueles que viam nestas emissoras uma possibilidade para rentabilizar os seus negócios. A entrada de empresários ligados a espectáculos musicais é talvez o exemplo mais emblemático.

Essa situação teve repercussões na programação, com as rádios locais a transmitirem, nalguns casos, concertos e espectáculos musicais em directo. Da mesma forma, é frequente encontrar nos últimos anos da “pirataria” a transmissão de concursos patrocinados e com participação telefónica. Este método, constituiu aliás, a única forma de medir a audiência das rádios, apesar de, como se depreende, o método não representar grande fiabilidade de resultados.

Seja, como for, estes programas em que se apelava à participação dos ouvintes, fosse em concursos - nalguns o prémio era apenas uma refeição no restaurante patrocinador - ou de discos pedidos, foram uma marca que caracterizou a programação das emissoras piratas e que se prolongou no período pós-legalização.

I. 4.3. Informação

Quando em 1986, a Rádio Botaréu, de Vila Nova de Ourém, cobriu em directo um incêndio na Serra do Caramulo, unindo com essa transmissão esforços junto da população no combate às chamas, confirmou-se a função social que estas pequenas emissoras locais poderiam desempenhar⁶⁸.

Não faltam casos de situações semelhantes, quer em Portugal quer no resto da Europa. O mais significativo foi aquele protagonizado pela Rádio Alice de Itália, no caso já relatado em capítulos anteriores.

A intenção de aproximar a rádio aos problemas locais foi uma preocupação da maior parte das emissoras locais que surgiram no período anterior ao licenciamento. Os números resultantes do inquérito feito pelo jornal

⁶⁸ - MARTINS, Luís Paixão, “Rádios Locais Multiplicam-se na Beira Litoral”, Jornal SETE, 9 de Julho de 1986.

Expresso em 1987⁶⁹, revelam que das 126 estações locais inquiridas, apenas nove não transmitiam informação de âmbito local e onze não o faziam em relação às notícias regionais.

É comum encontrar registos que nos indicam como a informação local constituiu uma prioridade no início do fenómeno das rádios locais em Portugal. Aliás, a cobertura de acontecimentos locais foi um dos princípios que norteou o surgimento deste movimento.

Apesar da vontade dos radialistas em colocar no ar informações com alguma especificidade local, a verdade é que na maior parte das vezes essa vontade esbarrava na falta de meios.

Poucos são os exemplos de emissoras que colocavam regularmente no ar noticiários. Não o faziam, normalmente, devido à falta de recursos humanos.

Em 1987, das 126 rádios locais referenciadas no estudo do jornal Expresso, vinte não possuíam redacção, 59 possuíam, mas não existiam jornalistas profissionais e só 47 redacções de emissoras locais eram coordenadas por jornalistas.

Também por causa da escassez de meios, poucas rádios recorriam a algo mais que ao *press-release* das câmaras municipais ou das empresas da região. As fontes de informação mais comuns eram por isso as institucionais especialmente as que provinham das forças políticas locais que viram nestas pequenas emissoras uma forma eficaz de fazer passar a sua mensagem, uma vez que isso seria pouco provável em meios de comunicação de maior amplitude.

A actualidade da informação também não constituía uma prioridade já que muitas informações chegavam às redacções via correio.

Há, contudo, registo da existência de rádios que celebraram, durante o período da “pirataria” acordos com a agência Notícias de Portugal e mais tarde com a Lusa. O recurso a correspondentes locais, a colaboradores ocasionais das emissoras eram outras fontes de informação mais frequentes na maior parte das emissoras locais no período que antecede a sua legalização.

⁶⁹ - In, BARÃO, Fernanda, “Viagem ao Mundo das Rádios Livres”, Revista do jornal Expresso, 9 de Maio de 1987.

Aproveitando o facto de muitas rádios locais pertencerem ou terem apoios de jornais regionais ou locais, o recurso a estes como fonte de informação era também muito comum.

A informação das rádios locais resumia-se a notícias das câmaras municipais que tiveram sempre um papel muito activo junto das emissoras. Há também casos de rádios que emitiam frequentemente entrevistas e reportagens sobre temas locais.

Um dos sectores da informação que mais sobressaiu com o aparecimento das rádios-piratas foi o desporto local. Conscientes de que era uma área onde dificilmente as emissoras nacionais entrariam, foi notório o investimento neste sector. Muitas estações locais passaram a cobrir com regularidade os acontecimentos desportivos da sua área.

Os relatos de futebol tornaram-se assim célebres e preencheram claramente uma lacuna sentida pelos ouvintes, que era o acompanhamento permanente e em directo do clube da terra.

Uma das particularidades do fenómeno das rádios locais em Portugal reside no facto destas pequenas emissoras terem dado a muitos jovens a possibilidade de fazerem rádio. Esta circunstância verificou-se com particular incidência nas regiões do interior do país, onde dificilmente os seus residentes, afastados das oportunidades centralizadas em Lisboa, teriam hipótese de entrar num estúdio de rádio.

Para muitos, as emissoras locais, representaram uma escola prática de jornalismo e indiciaram a descentralização das possibilidades de emprego na área da comunicação social. Os jornais regionais que até então existiam, tinham sido uma primeira oportunidade, mas com o passar dos anos, verificou-se que com a sua debilidade económica dificilmente poderiam dar resposta a um sem-número de novos candidatos a jornalistas.

A rádio, com as suas características, representou sempre um meio de comunicação mais aliciante aos olhos dos mais jovens.

Com o ensino das ciências da comunicação também centralizado em Lisboa, e ainda numa fase inicial, era nas rádios locais que os mais jovens depositavam a esperança numa carreira no sector dos *media*.

Não é por acaso, que um grande número de radialistas que apareceram na fase de lançamento das rádios piratas eram sobretudo jovens. Segundo o

jornal Expresso, a média de idades dos "trabalhadores" das rádios piratas no final da década de 80 era de 17 anos, e poucos ultrapassavam os 20 anos de idade.⁷⁰

Ainda segundo o mesmo periódico, as idades daqueles que estiveram na origem da iniciativa situam-se entre os nove e os 86 anos, mas os que a passaram à prática – leia-se, faziam programas – têm entre 21 e 65 anos. Situando-se a média nos 17 anos de idade.

I. 4.4. - Propriedade, financiamento e recursos humanos

Este será, porventura, o capítulo onde encontramos a maior diversidade de casos. Com efeito, em 600 emissoras locais que se estima tenham sido criadas entre 1977 e 1988, há um pouco de tudo no que diz respeito à propriedade.

Apesar da diversidade de casos, a maior parte das rádios locais foram criadas por iniciativa individual, ou por pequenos grupos de pessoas, normalmente ligadas à electrotecnia, que por possuírem conhecimentos ao nível técnico lhes permitia montar (e retirar) com facilidade as antenas e assim escapar à fiscalização dos CTT.

Esta caracterização corresponde sobretudo aos primeiros anos do fenómeno em Portugal, em que normalmente a uma emissora está associado um único nome. Com o avançar dos anos, e com a consciencialização de que a atribuição de frequências poderia ser uma realidade, começaram a aparecer projectos, que sem ser arrojados quer ao nível de estruturas quer de investimentos financeiros, já se distanciavam das incipientes experiências.

Foi nessa altura que os grupos de pessoas motivados pela carolice, acabaram por se formar em cooperativas de radiodifusão, uma condição preferencial, segundo a Lei, para a obtenção de alvará.

Depois de 1985 e particularmente em 1986, apareceram muitas rádios criadas a partir de cooperativas constituídas por pessoas ligadas às mais

⁷⁰ - In, BARÃO, Fernanda, "Viagem ao Mundo das Rádios Livres", Revista do Jornal Expresso, 9 de Maio de 1987.

variadas profissões, desde o professor ao padeiro, passando pelo advogado, pelo militar ou pelo funcionário público.⁷¹

A novidade entusiasmava tudo e todos e também os profissionais da comunicação social, onde se incluem os jornalistas, a quem a Lei de licenciamento das rádios locais veio a considerar como um dos principais factores de preferência para a atribuição de alvará.

Se estas duas categorias englobam a maioria dos casos, há também a considerar as emissoras piratas que pertenciam à igreja Católica, à igreja Evangélica, a jornais locais, a clubes de futebol, a associações culturais e desportivas e até a organismos criados no seio das autarquias, como a Rádio Voz de Esmoriz que pertencia à designada Comissão de Melhoramentos da Freguesia.

Antes das rádios fazerem depender a sua sobrevivência da publicidade, eram financiadas das mais diversas formas. Para além dos investimentos, sempre muito modestos, que chegavam dos respectivos proprietários, as emissoras receberam apoios de inúmeras instituições. Os mais comuns eram as próprias autarquias locais, através de programas camarários.

Mas houve também apoios que chegavam de Ligas dos Amigos, nas quais os ouvintes contribuía, e de pequenas empresas locais ou de maior dimensão, como foi o caso de algumas rádios no Algarve que receberam apoios da indústria hoteleira⁷².

A luta para que as rádios locais pudessem viver da publicidade foi sempre travada pelos radialistas da altura, que alegavam igualdade de oportunidades em relação às emissoras de cobertura nacional.

Pode dizer-se que, enquanto o fenómeno constituiu uma novidade, os anunciantes locais tornaram-se de facto excelentes parceiros. A facturação, segundo a imprensa de 1986, oscilava numa média situada entre os 300 (1500 euros) e os 600 mil (3000 euros) escudos por mês.

Um valor que para a época era bastante significativo, ainda para mais porque as despesas eram quase nulas, já que a maior parte vivia de colaboradores não remunerados.

⁷¹ - In, BARÃO, Fernanda, "Viagem ao Mundo das Rádios Livres", Jornal Expresso, 9 de Maio de 1987.

⁷² - In, Idem.

A título de exemplo, um spot publicitário no final dos anos 80, custava ao anunciante entre 300 (1,50 euros) a 500 escudos (2,50 euros) por dez segundos. Aliás, parece residir aí o sucesso das receitas publicitárias para a altura: o facto de haver um mercado disponível e ansioso por novidades e o baixo preço da publicidade, acessível à maioria dos pequenos comerciantes, que eram quem fazia publicidade nas emissoras locais.

I. 4.5. - Os Gigantes

No período anterior à legalização a TSF-Rádio Jornal e o Correio da Manhã Rádio destacaram-se pela dimensão dos seus projectos, quer ao nível financeiro, quer ao nível de recursos humanos.

Qualquer uma delas desejosa de conseguir uma frequência a nível regional, (só o CMR o conseguiu) estas emissoras dotadas de um potencial distinto da maior parte das rádio locais da província fizeram investimentos que rondavam os 100 mil contos (500 mil euros) e estavam dotadas de uma apreciável estrutura organizativa.

Mas houve outras rádios que se destacaram no panorama das estações locais surgidas durante a clandestinidade, quer pela inovação no plano discursivo, quer pela dimensão estrutural dos seus projectos.

I. 4.5.1. TSF

A TSF foi seguramente o projecto mais consistente surgido na vaga das rádios locais em Portugal. Os primeiros passos foram dados no início da década de 80 por uma cooperativa de jornalistas. Em 1987 promoveu aquele que ainda hoje é considerado o curso de rádio de referência, coordenado pelo jornalista Adelino Gomes. As emissões regulares da TSF só tiveram início no dia 29 de Fevereiro de 1988.

Candidata a uma frequência regional, esta cooperativa formada por jornalistas, muitos deles com uma larga experiência no sector radiofónico já que alguns eram dissidentes das rádios nacionais, destacou-se das restantes iniciativas por ter apresentado um projecto profissional e sólido quer a nível de recursos humanos, de equipamento e financeiro.

A aposta na informação, na rádio em directo (ou seja em cima do acontecimento) e em temas como a economia e a política, fizeram da TSF a rádio mais ouvida junto dos estudantes e de quadros médios e superiores na área da Grande Lisboa.

Foi também a TSF que liderou alguns protestos no período anterior à legalização. Por exemplo foi esta estação que contestou a atribuição de uma frequência a uma rádio norte-americana em 1984, numa altura em que os pedidos feitos para a legalização das rádios piratas eram sistematicamente rejeitados pelo Governo.

Foi também a partir dos seus estúdios que foi emitida uma emissão em cadeia no dia 17 de Novembro de 1988, conhecido pelo Dia da Rádio, em sinal de protesto contra a obrigatoriedade de suspender as emissões durante o período de avaliação das candidaturas para a atribuição dos alvarás.

As razões do sucesso da TSF residem na saída das “trevas do jornalismo radiofónico”, como afirmou o jornalista Sena Santos, uma das suas principais vozes.

“De repente aparece uma rádio que desata a fazer noticiários de meia em meia hora, a acordar ministros às 6 ou 7 da manhã, a ir aos restaurantes esperar os políticos” (Público, 1 Março de 1998).

Tratou-se efectivamente de uma revolução na maneira de fazer jornalismo em Portugal que depressa ganhou adeptos e que contribuiu muito para o sucesso, que ainda hoje a TSF mantém, especialmente na Grande Lisboa e Grande Porto.

I. 4.5.2. - Radiogeste

Foi em conjunto com a TSF e a Correio da Manhã Rádio um dos maiores projectos surgidos na área da Grande Lisboa. Teve um investimento inicial na ordem dos 50 mil contos. Do projecto liderado pelo jornalista Henrique Garcia faziam parte nomes como Manuela Moura Guedes, José Eduardo Moniz ou Adriano Cerqueira. Contudo, a aventura terminaria em 1993 devido a dois problemas identificados pelo próprio Henrique Garcia: a diminuição do orçamento para a Radiogeste em comparação com as outras actividades do grupo PEI liderado por Joe Berardo, que detinha ainda as publicações Sábado,

O Tempo e Record e por outro lado, a falta de definição de projecto. “Enquanto que a TSF se assumiu desde logo como uma rádio de notícias, a Radiogeste procurava ser uma mistura entre as duas coisas”(Público, 24 de Dezembro de 1998)

I. 4.5.3. - CMR

Começou a emitir em 1987 assumindo-se desde então como um projecto inovador. “O equipamento é ultra-sofisticado e tem excelentes vozes” (Correio da Manhã, 24 Junho de 1987).

Tratou-se de um projecto iniciado no seio de uma empresa com tradições na comunicação social, pois já possuía o jornal Correio da Manhã. Talvez por essa razão os seus responsáveis tenham começado a emitir 24 horas por dia, uma realidade que poucas rádios na altura conseguiam atingir.

A par da TSF e da Radiogeste, o CMR constitui um dos maiores investimentos no período anterior à legalização.

Com uma programação baseada em música e informação, as suas emissões cobriam, na fase inicial, um raio de trinta quilómetros e segundo a imprensa da altura, “ouviam-se a meio caminho do Algarve”.

Depois de um concurso envolto em polémica, foi-lhe atribuída a frequência regional do sul, um objectivo também desejado pela TSF e que viria a contestar a decisão da comissão encarregue de avaliar as candidaturas.

O CMR baseou a sua emissão em informação e programação durante a semana e apostou em nomes conhecidos para o fim de semana, como João Govern, Margarida Pinto Correia ou António Mega Ferreira.

Teve contudo, uma vida mais efémera que aquela que os seus responsáveis desejariam, já que em 1992, a Rádio Comercial, privatizada nesse ano, absorveu a programação da CMR.

I. 4.5.4. - Rádio Cidade

Em 1986 apareceu um dos projectos mais originais. A Rádio Cidade, criada por ex-emigrantes no Brasil, que tinham regressado a Portugal, assumiu-se como uma “rádio FM” ou seja, uma estação que desde o início

pretendeu demarcar-se dos restantes projectos de rádios locais que tinham surgido no país.

Nunca teve verdadeiramente uma vocação para rádio de proximidade, apesar de ter nascido como rádio local na Amadora.

A sua programação era constituída sobretudo por música e onde havia uma forte componente de entretenimento. Com uma aposta forte nos “hits” musicais do momento, depressa conquistou audiências junto do público mais jovem e constituiu um caso exemplar – no período anterior à legalização – de níveis de audiência significativa concentrada numa mesma rádio. A forma de fazer rádio de forte influência norte-americana e dos disc-jockeys, e o sotaque brasileiro dos seus locutores constituiu uma novidade, na altura em Portugal e que foi a chave para o seu sucesso particularmente na área da Grande Lisboa.

I. 4.6. - O Associativismo

Perante a crescente multiplicação de rádios locais por todo o país, com diferentes perspectivas, interesses e objectivos sentiu-se a necessidade de criar entidades que de alguma forma aglutinassem essas vozes e as fizessem representar junto dos poderes.

De início, as preocupações eram, como se percebe, a legalização das rádios. Foi neste contexto que um grupo de pessoas ligadas ao associativismo resolveu criar um organismo que reunisse as diferentes vontades.

Foi assim que em Maio de 1987 apareceu o Instituto de Rádios Locais que reuniu inicialmente apenas 14 estações de todo o país. Entre os objectivos contavam-se a defesa do direito à radiodifusão, a representação dos interesses dos associados junto de instâncias nacionais e internacionais e a promoção de estudos sobre questões relativas à radiodifusão.

O Instituto ganhou algum protagonismo na luta pela legalização das rádios o que terá atraído outras emissoras. Assim, em Dezembro de 1988, o IRL contava já com 68 associados. Foi também nesta altura que o governo impôs um período indeterminado de silenciamento, até que os resultados do concurso público, entretanto iniciado, fossem conhecidos.

O Instituto manteve neste caso, um papel de contestação, alegando que o encerramento, mesmo que temporário, poderia conduzir a enormes prejuízos a nível financeiro.

Passado o período da luta pela legalização, o IRL virou-se para outras questões mais direccionadas para o apoio aos seus associados, como a promoção de acções de formação, divulgação de legislação sobre o sector e a realização do I Congresso Nacional de Rádios Locais no qual participaram cerca de 140 rádios.

Mais tarde, os responsáveis pelo Instituto das Rádios Locais aprovaram em Assembleia Geral a mudança de nome para Associação Portuguesa de Radiodifusão, a designação que ainda hoje utiliza. A mudança de nome teve a ver com a abrangência do organismo, que pretendia agora representar, não apenas as emissoras locais, mas também as regionais e nacionais. A APR foi também fundadora da Associação Europeia de Radiodifusão.

Mais recente, em 1991, foi fundada em Fátima a ARIC- Associação de Rádios de Inspiração Cristã. Foram fundadoras trinta e uma rádios onde se inclui a Rádio Renascença, verdadeiramente a grande impulsionadora do projecto.

Entre os objectivos, a ARIC pretende dinamizar actividades com o objectivo de promover a comunhão entre as rádios associadas nomeadamente no que toca aos princípios cristãos por que se devem reger. Os associados da ARIC pretendem ainda incentivar a produção e intercâmbio de programas radiofónicos, particularmente os que visem o desenvolvimento regional e a informação religiosa e congregar os profissionais das rádios com o objectivo de experimentar formas melhores de comunicação da mensagem cristã.

I. 5. - O processo de legalização

A rapidez com que no terreno se multiplicava o número de novas rádios piratas, a criação de um conjunto de acordos internacionais que transformaram o cenário da radiodifusão europeia e por fim a alteração da conjuntura nacional no que respeita à liberdade de expressão conduziram à necessidade, cada vez mais evidente, de actualizar o quadro legal para a actividade da radiodifusão em Portugal, que ainda era regulado, a meio da década de 70, por um diploma de 1933.

Depois da Revolução de 25 de Abril de 1974, o programa do Movimento das Forças Armadas incluía a necessidade de uma nova lei para a Rádio. Contudo, isso só viria a acontecer em 1988, depois de um longo processo de debate político-partidário a que não é alheia a pouca duração dos governos da altura.

O cenário da Rádio em Portugal caracterizava-se por um duopólio entre o Estado e a Igreja, que detinha a Rádio Renascença. À RDP foram agregados os emissores, entretanto estatizados, Rádio Clube Português, Emissores Associados de Lisboa, Emissores do Norte Reunidos e Rádio Ribatejo. Enquanto que à Rádio Renascença, para além de uma rede de FM, foram autorizadas mais 14 novas frequências em Onda Média. Por outro lado, acumulavam-se casos de novas emissoras piratas desafiando a acção repressora da Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT, mas que iam ganhando grande legitimidade junto a opinião pública, como se pode entender pela audiência que conseguiram.

No plano internacional foi firmado o acordo de Estocolmo em 1961 que permitiu a atribuição de quatro frequências gerais de FM (uma para o então Rádio Clube Português, duas para a Emissora Nacional e a restante para a Rádio Renascença).

Para as frequências em Onda Média, era aplicado o plano de Genebra de 1975 para a designada Região 1 (Europa) que atribuiu a Portugal quatro coberturas gerais (três para a RDP e uma para a RR).

Mais tarde, em 1979, realizou-se a Conferência Administrativa das Radiocomunicações (CAR 79) onde a faixa de 87,5 a 100 Mhz foi alargada até

aos 108 Mhz, permitindo a existência de mais 89 canais. Esta medida só foi aplicada no caso português em Julho de 1987.

Em 1984 o novo plano de Genebra previa para Portugal mais três coberturas gerais (uma para a RDP, outra para a RR e outra para o desdobramento em emissoras locais) e a possibilidade de instalar 389 estações locais. Este último aspecto acabou por não ter significado prático no plano legal, uma vez que o alargamento da faixa só foi adoptada em Portugal em 1987, todas as instalações eram vistas à luz das normas que decorriam da CAR-FM que como vimos não dava a Portugal frequências locais.

A este quadro jurídico internacional, acrescente-se as mudanças entretanto verificadas na conjuntura nacional, com o fim da ditadura e o princípio da liberdade de expressão. Com esse cenário chegou a inevitável revisão constitucional, primeiro de 1975 e mais tarde de 1982.

O primeiro passo dado no sentido de actualizar a legislação portuguesa no sector da radiodifusão foi dado pelos deputados do partido comunista em 1983 ao apresentarem o projecto de lei da radiodifusão nº 79/III de 23 de Junho. O diploma destacava o serviço público de rádio e previa que as empresas privadas de radiodifusão só poderiam emitir mediante uma licença. Contudo, não faz qualquer referência às rádios locais.

Analisa-se, em seguida com maior detalhe os principais diplomas que conduziram à Lei que acabaria por legalizar as rádios locais em Portugal.

I. 5.1. - Análise de legislação anterior à legalização

Projecto de Lei nº 252/III de 26 de Novembro de 1983

Este diploma apresentado pelos deputados Dinis Alves (PS) e Jaime Ramos (PSD) constitui a primeira iniciativa legislativa no sentido do licenciamento das rádios locais em Portugal.

Os deputados partiram de dois pressupostos para a apresentação do presente projecto de Lei. O primeiro teve a ver com aspectos técnicos que entretanto tinham sido ultrapassados com o alargamento da faixa de 87,5 MHz – 100 MHz até aos 108 MHz, o que permitiria considerar novos canais de radiodifusão.

O segundo pressuposto que esteve na base da elaboração deste projecto de Lei relacionou-se com a constatação da existência de uma camada de público ouvinte que se sentia insatisfeita com a programação das rádios de cobertura nacional.

As emissoras locais constituiriam assim uma forma alternativa para os consumidores de rádio. Os ouvintes passariam a dispor de "um poder mais alargado de escolha de programas mais variados e mais ajustados à especificidade das diversas regiões do país".⁷³

No preâmbulo do projecto de Lei, os deputados autores do diploma consideram que as rádios locais poderiam contribuir para delinear o caminho da regionalização, dando às populações locais a possibilidade de ver retractada mediaticamente as suas especificidades locais e abrir uma porta para a formação de jornalistas, já que as emissoras locais poderiam constituir-se como as "escolas de jornalismo de que o nosso país carece".⁷⁴

Genericamente aquilo que se pretendia com a apresentação deste projecto de Lei era que as emissoras locais de radiodifusão desempenhassem as funções de um serviço público de alcance social.

Com vista à concretização deste objectivo, os autores do projecto incluíram normas como a limitação da concessão de alvarás a associações sem fins lucrativos e a cooperativas (artº 3) e o relevo dado ao noticiário local, cujo tempo nunca deveria ser inferior ao destinado às informações de âmbito nacional e internacional (artº 23). Quanto à programação, o projecto de Lei estipulava, no seu artigo 19, que as emissoras locais deveriam possuir uma programação própria e que não deveria ser inferior a 50 por cento da totalidade da emissão.

O artigo 10 impunha ainda que a programação semanal não poderia ser inferior a 21 horas de emissão, algo que obrigaria a uma profunda remodelação das rádios piratas existentes na altura, pois a grande maioria estava muito longe de terem criadas as condições necessárias para cumprirem aquele artigo.

⁷³ - Ponto 6 do Preâmbulo do Projecto de Lei nº 252/III de 26 de Novembro de 1983, in MARCOS, Luís Humberto (coord.), *Rádios Locais – A lei e a Realidade*, Centro de Formação de Jornalistas, nº 6, Janeiro de 1989.

⁷⁴ - Idem.

Este projecto de lei previa ainda uma situação que mais tarde veio a gerar alguma polémica, ainda que noutros contornos, e que tinha a ver com a possibilidade das autarquias locais poderem “contribuir directa ou indirectamente para a cobertura dos encargos de criação e funcionamento dos serviços de radiodifusão local da área respectiva desde que o total dessas contribuições não exceda um quarto dos encargos” (artº 37)

O projecto tinha ainda como objectivo criar medidas no sentido de impedir o desvirtuamento dos fins da radiodifusão local. Assim, proibia a intransmissibilidade das licenças (artº 33), prevendo a sua cessação sempre que se verifique a tentativa de monopólio de duas ou mais estações e o desvirtuamento da titularidade das licenças.

O projecto de Lei considerava como Serviço Local de Radiodifusão Sonora aquele que emitisse em frequência modulada “cobrindo uma área cujo ponto máximo do emissor não ultrapasse os 30 Km.” (artº 2, ponto 2) Esta distância só poderia ser ultrapassada quando se tratasse de um emissor localizado em zonas de fraca densidade populacional, de forma a cobrir uma área de 50 mil habitantes (artº 2, ponto 3)

A aprovação dos projectos de licenciamento caberia a uma entidade licenciadora (artº 6) a quem competiria também proceder à inspecção final das instalações. Esta entidade licenciadora é o Instituto das Comunicações de Portugal (artº 50).

O projecto de lei acabaria por não passar disso mesmo, adiando a legalização do sector radiofónico para outros debates.

A Lei 8/87 de 11 Março

Na verdade, esta Lei nunca chegou a ser aplicada, pois foi revogada pela Lei nº 87/88 de 30 de Julho, mas de qualquer forma procura responder a uma série de preocupações manifestadas nos projectos de Lei anteriores.

As suas preocupações tinham sobretudo a ver com o exercício da actividade de radiodifusão, continuando-se a considerar as cooperativas, a par das empresas públicas e privadas como as que poderiam ser titulares de emissores.

A Lei consubstancia a proibição de financiamento por partidos políticos e especialmente por autarquias locais. A questão da propriedade é também referida com particular incidência, como forma de impedir qualquer tipo de monopólio, restringindo a detenção por parte de pessoas singulares ou colectivas a uma quota ou participação nunca superior a 25 por cento (artº 1).

Esta questão volta a ser focada a respeito da preferência para a atribuição de alvarás, já que a primeira condição prevista no artigo nono é precisamente a “não titularidade de qualquer outro alvará”.

Com esta preocupação expressa na letra da Lei, o legislador pretendia assegurar a pluralidade das mensagens difundidas, especialmente pelas emissoras de âmbito local.

Apesar de, como se disse, esta Lei nunca ter sido efectivamente aplicada, ela fica para a história do processo de liberalização das ondas de rádio em Portugal, como sendo o primeiro diploma a ser aprovado na Assembleia da República e que previa a existência de emissoras de âmbito regional e local (artº. 5).

Especificamente, o diploma apresenta no seu artigo nono as condições preferenciais para a obtenção de alvarás. Para além da já referida titularidade, a Lei dá preferência ao grau de profissionalização, qualidade técnica e viabilidade económica e financeira do projecto, ao maior número de horas de emissão ocupadas com programas culturais, formativos e informativos e por fim a candidaturas apresentadas por cooperativas ou outras sociedades integradas por profissionais de comunicação social.

Este último aspecto serviria para a TSF alegar a existência de favorecimento dos alvarás de frequências regionais, quando a opção recaiu sobre o Correio da Manhã Rádio para a atribuição da frequência regional sul. Os responsáveis chegaram mesmo a ameaçar com a impugnação do concurso público.

A presente Lei estabelece ainda os horários mínimos de emissão que variavam entre as 16 horas, no caso das rádios de cobertura geral e as seis para as emissoras locais. As de cobertura regional teriam de emitir, pelo menos, durante dez horas diárias. A Lei não especificava se a emissão teria de ser ou não com programação própria. Uma lacuna que veio mais tarde a ser

aproveitada para diversas leituras concretamente para o aparecimento das cadeias de rádio.

Quanto aos serviços noticiosos, estabelecia a obrigatoriedade de os colocar no ar com regularidade, mas era omissa quanto ao número de noticiários a apresentar e qual o seu âmbito.

A Lei também não era muito exigente em relação à formação do pessoal das redacções, já que essas funções poderiam ser desempenhadas por equiparados a jornalistas e não por jornalistas profissionais. Percebe-se por um lado, que a intenção foi a de ajustar a Lei à realidade do país, uma vez que seria pouco provável que todas as rádios locais, especialmente as do interior do país tivessem, pelo menos numa fase inicial, jornalistas profissionais.

Do Conselho da Rádio à Comissão Consultiva

A grande novidade desta lei é a criação de um Conselho da Rádio com o objectivo de “salvaguardar, nos termos da Constituição e da lei, a liberdade, o pluralismo e a independência das entidades que exerçam a actividade de radiodifusão” (artº. 16).

O órgão, que funcionaria junto da Assembleia da República, seria presidido por um magistrado judicial e “constituído por personalidades de reconhecida competência nos domínios da rádio, das telecomunicações, da informação e da cultura” (artº. 17). Das atribuições que a lei lhe conferia, competia ao CR “zelar pela independência da radiodifusão face aos poderes políticos e económicos, impedindo, nomeadamente a concentração monopolista” e garantir que as empresas de radiodifusão prossegam uma “orientação que respeite o pluralismo, possibilite a expressão e o confronto das diversas correntes de opinião e garanta o rigor e a objectividade da informação” (artº. 18).

Competia ainda ao Conselho da Rádio emitir pareceres sobre os pedidos de licenciamento de novas emissoras. Aqui residia parte do poder deste órgão, já que a presente lei fazia depender a atribuição de alvarás de um parecer favorável do CR.

Os membros do Conselho da Rádio teriam um mandato de três anos renováveis. Basicamente o que o legislador pretendia com a criação deste

órgão era assegurar que valores intimamente ligados aos princípios do exercício da radiodifusão e particularmente das rádios locais (as medidas antimonopolistas são alguns desses exemplos) seriam “vigiados” por um organismo independente.

Se a previsão da sua criação contida na lei é uma novidade, é bom lembrar que já em 1985 o Governo tinha mostrado a intenção de criar aquele órgão⁷⁵.

O Conselho da Rádio nunca viria a ser criado, já que “morreu” com o diploma que o previa, pois à revogação desta lei, seguiu-se a lei 87/88 de 30 de Julho que não incluiu este órgão.

Foi então criada uma Comissão Consultiva, também ela presidida por um magistrado, mas cuja composição assentava sobretudo na presença de políticos, nomeadamente três eleitos da Assembleia da República, três designados pelo Governo, e dois pelas regiões autónomas.

A função desta comissão era a de “apresentar ao Governo as propostas de atribuição ou renovação dos alvarás para o exercício da actividade de radiodifusão” (artº. 19 da lei 87/88).

Esta comissão teve, contudo uma vida conturbada já que foi acusada por várias vezes de ter uma constituição favorável ao Governo e de não serem consensuais os critérios de escolha dos candidatos às mais importantes frequências das principais cidades⁷⁶.

As competências desta comissão passaram para a Alta Autoridade para a Comunicação Social quando este organismo foi criado pela lei 15/90.

A lei 87/88 de 30 de Julho

Após um longo processo legislativo que teve início em 1983, só cinco anos mais tarde entraria em vigor a lei que regularia o exercício da actividade de radiodifusão. De uma forma geral, este diploma é uma espécie de súmula das iniciativas legislativas que o antecederam.

⁷⁵ - MARCOS, Luís Humberto, *Rádios Locais – A lei e a realidade*, Centro de Formação de Jornalistas, Porto, Janeiro de 1989, p. 19.

⁷⁶ - MESQUITA, Mário, in, REIS, António (coord.) *20 anos de democracia em Portugal*, Circulo dos Leitores, Lisboa, 1994.

Assim, com esta lei o exercício de radiodifusão é atribuído a empresas públicas, privadas e cooperativas, estabelecendo para estas duas últimas um conjunto de objectivos nomeadamente para aquelas cuja emissão fosse de cobertura local ou regional.

De acordo com o artigo sexto da lei, os fins da actividade privada e cooperativa seriam entre outros os de alargar a programação radiofónica a interesses, problemas e modos de expressão de índole regional e local, preservar os valores das respectivas culturas, difundir informações de interesse para a área geográfica de cobertura e incentivar as relações de solidariedade entre as populações locais.

Fica claro com esta lei, que a actividade de radiodifusão depende obrigatoriamente de licenciamento a definir pelo decreto-lei 338/88 de 28 de Setembro de 1988. O diploma é também mais específico naquilo que diz respeito aos fins específicos da radiodifusão com a inclusão de pontos onde é assegurada a independência e o pluralismo da informação e programação bem como o equilíbrio tendo em conta a diversidade do público. Constituíam também fins específicos da radiodifusão a promoção de programas educativos e formativos.

A lei estabelece ainda que todas as rádios devem apresentar serviços noticiosos regulares, sendo contudo omissa quanto à quantidade e à sua abrangência geográfica. Este diploma tem ainda mais duas inovações: por um lado considera pela primeira vez a hipótese das funções de redacção das rádios locais serem asseguradas por jornalistas profissionais e não apenas por equiparados. Por outro, este diploma é o mais específico em matéria de publicidade, já que estabelece que as mensagens publicitárias não devem exceder 20 por cento da totalidade da programação diária.

Quanto às questões relacionadas com as condições de candidatura a alvarás e a medidas anti-monopolistas, por exemplo, a lei remete-as para o decreto-lei 338/88 que regula o regime de licenciamento da actividade de radiodifusão.

O Decreto Lei nº 338/88

Com a entrada em vigor da Lei da Radiodifusão, nos termos do seu segundo artigo, foi criado um decreto-lei destinado a regulamentar o regime de licenciamento da actividade de radiodifusão.

As preocupações contidas nos diplomas anteriores foram perfeitamente contempladas neste decreto-lei, nomeadamente as condições de preferência para atribuição de alvarás e as medidas antimonopolistas.

Em relação ao segundo aspecto, este diploma limitava a 30 por cento a participação de cada pessoa colectiva no capital de outra empresa de radiodifusão. Por outro lado, manteve-se a medida de dar preferência na atribuição de alvará a quem não possuísse outra licença.

Quanto ao primeiro ponto, aparece pela primeira vez a intenção de dar preferência às empresas pertencentes a jornais regionais. Esta medida, associada ao facto de se preferir todas as sociedades constituídas por profissionais da comunicação social, foi a forma encontrada pelo legislador para acentuar a tónica na importância de criar verdadeiramente emissoras locais de radiodifusão, evitando desta forma que grandes empresas, muitas delas sem ligação aos locais de cobertura da rádio, pudessem controlar a sua programação.

I. 5.2. - O concurso público

Aprovada a lei, o concurso público para a atribuição das frequências foi finalmente lançado em Janeiro de 1989. A potência das frequências a atribuir (consideradas muito fracas) as acusações de governamentalização da Comissão Consultiva e especialmente a obrigatoriedade das emissoras suspenderem as emissões durante o período de avaliação das candidaturas causaram nova agitação no sector.

O governo pretendia que as rádios que funcionavam na ilegalidade encerrassem as suas emissões no dia 24 de Dezembro de 1988 acreditando que desta forma as emissoras não pressionariam o processo de decisão.

A medida acabou por ser cumprida, não sem antes que as rádios protestassem contra ela, naquele que ficou conhecido como o Dia da Rádio.

Tratou-se afinal de uma emissão em cadeia de protesto contra o período do silenciamento e que teve lugar no dia 17 de Novembro de 1988 a partir dos estúdios da TSF, na altura instalada nas Amoreiras, em Lisboa.

Na emissão participaram mais de duas centenas de rádios locais espalhadas por todo o país naquela que é considerada a maior emissão de rádio em cadeia realizada em Portugal.

Entre as 7 e as 20 horas tentou-se recriar o ambiente de debate parlamentar convidando para a antena deputados da Assembleia da República. Houve ainda depoimentos de várias figuras públicas de diversos quadrantes.

Perante os protestos contra o silenciamento das rádios, o Governo PSD prometia que os primeiros alvarás seriam concedidos num curto espaço de tempo.

Tinham sido postas a concurso 402 frequências, um número muito inferior ao que se estimava ser a quantidade de emissoras piratas a emitir em todo o país. A imprensa da altura falava de cerca de 600 rádios.

Mas as frequências disponíveis revelaram ainda uma outra realidade no país: a acentuada assimetria entre o litoral e o interior. No litoral houve poucas frequências para muitos candidatos. No interior verificou-se o oposto. O resultado final foi que em alguns distritos do interior do país muitas frequências ficaram por atribuir.

Os distritos de Lisboa e Porto foram os que obtiveram o maior número de frequências disponíveis (31), por oposição a Bragança e Castelo Branco, 13 e 14 respectivamente. No distrito de Portalegre, por exemplo, com 17 frequências, duas delas para a capital, ficaram por ocupar 13. Na Guarda, o cenário não foi muito diferente; das 19 frequências, apenas dez foram atribuídas.

Os primeiros alvarás acabariam por ser atribuídos no dia 6 de Março a seis rádios em Lisboa e cinco no Porto.

Não se pode dizer que tenha havido muitas surpresas quanto à atribuição de alvarás, já que as rádios que apresentavam maiores projectos acabaram por adquirir a desejada autorização. A contestação pós-concurso teve mais a ver com a atribuição das frequências de maior potência, com a TSF a contestar a decisão, já que foi preterida em relação ao Correio da Manhã Rádio, a quem foi dada a frequência com maior alcance.

I. 5.3. - As frequências regionais

Atribuídas que estavam as frequências de cobertura local, o governo disponibilizou ainda duas frequências destinadas à cobertura regional: uma a norte e outra no sul, na sequência do Plano de Genebra que depois de alargada a faixa de FM para 108 Mhz, reservou para Portugal três novas frequências, uma para a RDP, ou para a RR e uma terceira a ser desdobrada para frequências regionais.

Os resultados do concurso público foram conhecidos em Junho de 1990, depois de alguma controvérsia motivada por alegados favorecimentos por parte da Comissão Consultiva.

Nessa altura José Manuel Fernandes, na altura director adjunto do jornal Público, assinava um editorial intitulado “A hipocrisia de um concurso”, no qual é criticada a decisão da comissão consultiva em atribuir à Correio da Manhã Rádio a frequência regional para o sul e à Rádio Press a frequência do Norte. Esta decisão deixou de fora outros concorrentes, nomeadamente a TSF considerada por muitos como a emissora que reunia as condições preferenciais para conseguir aquele objectivo.

Os responsáveis daquela emissora contestaram a decisão da Comissão, que foi também criticada pelo então dirigente do Partido Socialista, Arons de Carvalho. As razões para o descontentamento estavam sobretudo na constituição da própria Comissão que integrava quatro elementos do PSD, o partido do governo na altura e Carlos Barbosa, líder do projecto CMR. Esta situação conduziu às acusações de favorecimento político de que a Comissão foi alvo.

Para além disso, tanto o CMR como a Rádio Press, já possuíam frequências de cobertura local e segundo a imprensa da altura, os seus níveis de audiência eram inferiores aos de outros candidatos, como a TSF e a Rádio Cidade.

À CMR foi atribuída a frequência regional sul, seguida da Rádio Colina, da TSF e da Rádio Cidade. Para o Norte, a Rádio Press ficou em primeiro lugar, seguida da Rádio Nova, liderada pela Sonae. Tiveram contudo vidas curtas, pois em 1992 a Rádio Comercial absorveu a programação da Correio da Manhã-Rádio e a TSF a da Rádio Press.

I. 6. – O período pós –legalização

Ultrapassado o período da euforia que varreu o país de norte a sul e que acabou com a desejada legalização das emissoras piratas, teve início um processo complicado de gestão desses projectos.

A forma como o processo foi conduzido, caracterizado pela adaptação da legislação à realidade e não contrário, fez emergir as dificuldades da grande parte das emissoras cujos projectos eram incipientes ao nível dos recursos humanos, técnicos e especialmente financeiros.

Acresce a isto, nunca ter havido, pelo menos na fase inicial, qualquer sistema de incentivos às rádios locais, quer à modernização tecnológica quer à formação dos seus profissionais.

A distribuição de frequências criou por si mesma uma clara divisão entre o litoral e o interior do país que foi agravada nos primeiros três a quatro anos de legalização pelo facto de um número significativo das poucas candidaturas a alvarás registadas no interior terem encerrado ou nunca terem iniciado as suas emissões.

Este facto criou um cenário perverso, uma vez que era precisamente no interior de Portugal (onde as alternativas ao nível da comunicação social são menores), que se fazia sentir com mais intensidade a necessidade de rádios que estivessem próximas das populações.

Logo após a legalização das rádios piratas verifica-se que em distritos como Portalegre e Bragança, as estações com alvará ficaram muito longe do número de frequências disponíveis, com destaque para o distrito alentejano onde das 17 previstas apenas foram ocupadas quatro.

Por outro lado, foi nos distritos do litoral onde se verificou o maior número de alvarás atribuídos. Lisboa, Porto, Setúbal e Santarém lideravam uma lista elaborada pelo Diário de Notícias em 1992.

Em todo o país, e apesar das cerca de 600 rádios piratas que se pensa terem emitido antes da legalização, ficaram por preencher, nos primeiros anos, 70 das 402 frequências postas a concurso.

Mas os primeiros cinco anos, (nalguns casos nem foi preciso esperar tanto tempo) puseram a nu as debilidades quer financeiras, quer estruturais da maior parte das estações locais de rádio.

Muitas continuaram a emitir com um ou dois profissionais, um gira-discos e pouco mais, tal como faziam na clandestinidade. Na verdade era o necessário para colocar no “ar” uma programação, mas as exigências de um cenário de liberalização onde imperaram as regras de mercado tornaram evidentes a insuficiência de muitos projectos.

Até mesmo os que eram considerados mais sólidos, como a Radiogeste, ou as emissoras a quem foram atribuídas as frequências regionais, não escaparam a este cenário de crise. Todas acabaram por encerrar as suas emissões. Destaque para as regionais rádio Press, absolvida pela programação da TSF e pela Correio da Manhã Rádio que teve o mesmo fim relativamente à Rádio Comercial, entretanto privatizada.

Mário Mesquita sintetiza assim o período imediato à legalização das rádios piratas: “De 1990 a 1993 são numerosas as alterações deste sector. Estações que fecham, que se associam a outras, que são vendidas, que alteram radicalmente o seu projecto inicial, enfim, a rádio local está longe de encontrar o seu ponto de estabilidade”⁷⁷

É neste contexto que podemos identificar três situações distintas entre 1989 e 1994. A primeira em que as rádios locais, apesar de terem obtido licença para emitir, não o faziam por falta de recursos. Uma situação que se verificou particularmente no interior do país. Foi também aí que se verificou o maior número de encerramentos de rádios locais. Segundo dados da Associação Portuguesa de Radiodifusão, cerca de trinta rádios locais deixaram de emitir até 1990.⁷⁸

O segundo cenário caracterizou-se pela venda de espaços horários ou mesmo da totalidade da sua programação a seitas religiosas que em poucos anos conseguiram deter um número significativo de emissoras de norte a sul de Portugal.

Por fim, assistiu-se a um processo de canibalização com a constituição de cadeias de rádios, nas quais as emissoras com maiores recursos, numa tentativa de cobrir todo o território, firmaram protocolos com rádios locais para a retransmissão da sua programação. Esta estratégia revelou-se também

⁷⁷ - MESQUITA, Mário, in, REIS, António (coord.) *20 anos de democracia em Portugal*, Circulo dos Leitores, Lisboa, 1994.

⁷⁸ - Jornal Público, 24 de Dezembro de 1998.

benéfica para as emissoras locais com menores recursos, pois parte da sua grelha de programação passou a estar preenchida, algo que de outra forma não aconteceria por falta de meios.

Como adiante se verá, essa situação descaracterizou as rádios locais, uma vez que muitas delas deixaram de ter programação própria transformando-se numa espécie de centros retransmissores.

I. 6.1. As cadeias de rádios

As cadeias de rádios constituem uma das principais marcas dos primeiros anos seguintes à legalização das emissoras locais em Portugal.

De uma fase em que prevaleceram os princípios ligados à produção de um discurso alternativo, muito ligado às populações locais, passou-se para um período onde se fizeram notar as debilidades da maior parte dos projectos, por um lado e por outro onde veio à superfície a falta de formação e de recursos financeiros e humanos de muitas rádios locais.

Como consequência desta realidade, muitas viram-se na obrigação de vender espaços da sua programação ou de cederem a sua antena para a retransmissão da emissão das rádios melhor estruturadas, normalmente situadas nas áreas da Grande Lisboa e Grande Porto.

Tratava-se de um claro atropelo à lei que previa a cedência de apenas 20 por cento da sua emissão, mas as cadeias de rádios que entretanto se formaram excediam claramente esse número, perdendo assim o seu âmbito local.

Muitas rádios locais passaram a emitir programação de outras estações, que nada tinham a ver com a realidade onde estavam inseridas. O cenário então criado foi de descaracterização das rádios locais originando as designadas “rádios fantasmas”⁷⁹ ou seja, possuíam efectivamente um emissor, mas não tinham programação nem informação próprias.

De facto, os primeiros quatro anos, até 1993, após a legalização das rádios piratas revelou um cenário de colonização das rádios locais com menos

⁷⁹ - Expressão utilizada por Sandra Marinho in, “Um percurso da rádio em Portugal”, in *A Comunicação e os Media em Portugal*, (coord. Manuel Pinto), Colecção Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Braga 2000, p. 99.

recursos por outras de maior envergadura. As cadeias de rádios sucederam-se por todo o país com destaque para a TSF que desta forma conseguiu que os seus noticiários fossem ouvidos em quase todo o território nacional.

Matos Maia faz referência, no seu livro “A Telefonía” a um inquérito realizado a uma centena de operadores de radiodifusão. De acordo com esse estudo, “55 por cento das estações locais emitem em simultâneo com outros operadores”. (MAIA, 1995: 229).

O quadro legal em que esta situação se verificava acabou por ser resolvido, quando em 1992 as cadeias de rádio foram legalizadas pelo governo, (que mais uma vez se viu confrontado com uma realidade de facto consumado) com a publicação do decreto de lei 30/92 de 5 de Março que legaliza, praticamente sem restrições as cadeias radiofónicas.

O cenário posterior é de tal forma favorável às estações emissoras com maiores recursos que em 1995, o jornal Público notícia aquela que seria “a estação de rádio mais cobiçada do mercado” referindo-se ao facto da Rádio Capital, uma estação local que começou a emitir para Lisboa, a partir de Almada, possuir onze rádios de norte a sul do país.

Com este quadro jurídico, o governo acabou por legitimar um conjunto de atropelos feitos à lei durante os primeiros anos da legalização. Num ápice, o cenário da radiodifusão local em Portugal ficou dividido entre as emissoras locais de Lisboa e Porto que controlavam grande parte das pequenas rádios de província e por outro lado os pequenos operadores que lutavam por se manter fiéis aos princípios inspiradores do movimento.

Analisadas as causas, concluíram os responsáveis pelo sector da radiodifusão local e regional que as cadeias de rádio constituíram uma consequência e não uma causa e por isso o discurso passou a centrar-se mais na necessidade de incentivos ao nível financeiro e de formação dos profissionais. Foram aliás, estas algumas das conclusões retiradas do 4º Congresso de Rádios, realizado na Marinha Grande em 1994.

O debate em torno das cadeias de rádio acabou por marcar os anos seguintes. Em 1995, durante o 5º Congresso Nacional de Rádios, o secretário de Estado para a Comunicação Social, Arons de Carvalho colocou à discussão dos congressistas aquilo que viria a ser, mais tarde, a solução encontrada em termos legais para o problema das cadeias de rádios.

Disse na altura Arons de Carvalho: (...) “basta uma política de incentivos às rádios locais para impedir esta situação, ou para impedir pelo menos que esta situação se agrave? Ou será também correcto e necessário obrigar todas as rádios a terem programação própria?”.⁸⁰

Esta acabou por ser a solução adoptada no plano legal para travar o aparecimento de novas cadeias de radiodifusão. Primeiro pelas alterações à lei 87/88 de 30 Julho pela lei 2/97 de 18 de Janeiro e depois com a aprovação da lei 4/2001 de 23 de Fevereiro.

Segundo o primeiro diploma as rádios locais ou regionais passam a ter de emitir pelo menos três serviços noticiosos da sua área geográfica, transmitidos entre as 7 e as 24 horas, mediando entre eles três horas.

Quanto à programação, passa a ser obrigatório às rádios locais generalistas a emissão de pelo menos seis horas de programação própria, entendendo-se como tal aquela que é produzida pela estação e que se dirige à área geográfica de cobertura.

Com a aprovação da lei 4/2001 de 23 de Fevereiro, estas medidas são intensificadas. Assim, às seis horas diárias previstas pela lei anterior, este diploma obriga a que haja um mínimo de oito horas a emitir entre as 7 e as 24 horas, obrigando a que cada emissora indique durante o período de programação própria a denominação da rádio bem como a sua localização.

No plano da informação, este diploma mantém o cenário anteriormente previsto, ou seja o de prever a difusão de no mínimo três blocos noticiosos de âmbito local por dia.

Nesta lei opta-se por um meio termo, já que em vez da proibição total de emissão em cadeia, o diploma prevê a sua realização apenas para as estações classificadas como temáticas e segundo determinadas condicionantes. Assim, de acordo com o artigo 30 da Lei da Rádio, só podem emitir em cadeia as rádios que obedeçam a um mesmo modelo específico, num máximo de quatro estações, desde que a distância entre elas não seja inferior a 100 quilómetros.

⁸⁰ - Intervenção do secretário de Estado para Comunicação Social, Arons de Carvalho, durante o V Congresso Nacional de Rádios, promovido pela Associação Portuguesa de Radiodifusão, realizado na Figueira da Foz em 1995.

1. 6.2. - Ordem no sector – um novo enquadramento legal

Com o problema das cadeias de rádios resolvido, pelo menos no plano jurídico, o debate no seio da actividade radiofónica, bem como as iniciativas legislativas que se seguiram na segunda metade da década de 90 viraram-se para outros capítulos, como sejam as novas tecnologias e a clarificação da tipologia das emissoras em território nacional. A par deste novo cenário legal, verifica-se no final da década de 90 um incremento da acção fiscalizadora, que resultou no cancelamento de alguns alvarás por incumprimento da Lei.

No fundo, tentou-se dar alguma ordem ao sector depois de quase duas décadas de confusão e onde a realidade quase sempre se antecipou à lei.

Neste plano, as alterações produzidas no quadro legal da actividade de radiodifusão nomeadamente através da lei 2/97 de 18 de Janeiro e posteriormente da lei 4/2001 de 23 de Fevereiro foram determinantes.

O primeiro diploma acaba por definir com clareza a tipologia das rádios em Portugal, introduzindo a figura da rádio temática. Esta situação constituiu, mais uma vez uma tentativa de adaptar o quadro jurídico à realidade, uma vez que muitas emissoras locais tinham definido claramente os seus objectivos quanto à linha de programação, optando maioritariamente ora por música ora por informação.

Mediante a apresentação de uma candidatura, seria atribuída a classificação de rádio temática, que estava contudo sujeita a algumas regras, nomeadamente desde que no mesmo concelho houvesse uma rádio de conteúdo generalista.

Após o primeiro concurso público para a atribuição de classificação de rádio como temática, obtiveram esse estatuto 16 estações, das quais três são informativas e as restantes musicais.

Entretanto foram aprovados outros diplomas com o objectivo de reorganizar o sector radiofónico. O Decreto-Lei 130/97 de 27 de Maio que regula o Licenciamento e Atribuição de Alvarás de Radiodifusão. Nos termos deste decreto é publicado o Despacho Conjunto 363/98 para o Regulamento do Concurso Público para a Atribuição de Alvarás para a Actividade de Radiodifusão Sonora.

Na tentativa de resolver os eternos problemas financeiros das rádios locais, o governo alarga em 1997 o Sistema de Incentivos do Estado aos Órgãos de Comunicação Social, o que se traduziu na possibilidade das emissoras passarem a dispor de incentivos para a modernização tecnológica. O Governo tinha entretanto assinado protocolos com a Telecom e criou um serviço noticioso na Lusa específico para as rádios locais.

Em 2001 o governo faz aprovar um novo Decreto de lei (56/2001 de 19 de Fevereiro) que regula o Sistema de incentivos do Estado à comunicação social e que adiante desenvolveremos.

A lei 4/2001 de 23 de Fevereiro, aprovada pela esquerda com as abstenções do PSD e CDS-PP, intensifica as preocupações já contidas no diploma que a antecede, mas introduz alguns artigos que pretendem acompanhar a evolução tecnológica que também se faz sentir no meio radiofónico, nomeadamente com as emissões em DAB (Digital Audio Broadcasting) e a Internet.

Continuava, contudo por resolver o problema do financiamento das rádios locais. A proposta de lei, que constituiria a base da lei 4/2001, apresentada pelo Governo, previa no seu artigo 5º que as autarquias locais pudessem estabelecer protocolos de colaboração com operadores radiofónicos da sua área geográfica, desde que essa decisão fosse tomada mediante deliberação da Assembleia Municipal. Trata-se de uma medida recorrente já que em 1983 o projecto de lei de Dinis Alves e Jaime Ramos também propunha essa situação.

Se o governo socialista entendia que esta medida poderia ajudar à sobrevivência das emissoras locais, pois as ajudas financeiras das autarquias, que são indirectas através do pagamento de espaços, passariam a ser transparentes, a oposição entendeu por seu lado que isso poderia conduzir a uma promiscuidade entre poder político e os meios de comunicação social, havendo o perigo de perda de independência editorial. O artigo acabou por ser retirado.

Um artigo alvo de polémica é o 42º que prevê que as rádios que emitem por via hertziana terrestre devem emitir 24 horas por dia, sendo que no caso das emissoras locais, como vimos, devem possuir pelo menos oito horas de programação própria.

O artigo foi contestado pela Associação Portuguesa de Radiodifusão por considerar que prejudica as rádios com menores recursos. De acordo com a APR haveria cerca de 40 a 50 rádios locais a emitir menos de 24 horas e que para cumprir a lei tiveram de fazer investimentos, o que nalguns casos significou um esforço financeiro não previsto.⁸¹

Mas a lei 4/2001 introduz algumas novidades no sector da radiodifusão. Pela primeira vez, uma Lei da Rádio em Portugal prevê a criação de Rádios Universitárias. É claramente a adaptação da legislação à realidade, uma vez que estas rádios sempre existiram, e muitas delas com uma estrutura sólida, como é o caso da Rádio Universitária de Coimbra (RUC). Outra novidade é a obrigatoriedade das rádios terem de elaborar estatutos editoriais.

Um dos artigos que gerou maior polémica foi o 14º, no qual se estabelece a intransmissibilidade dos alvarás das rádios. A discussão foi motivada pelo facto de, segundo a anterior lei, os alvarás poderem ser doados ou vendidos três anos após a data de atribuição, algo que com a nova Lei passa a estar proibido, mas apenas para as cooperativas de radiodifusão, pois não são negociáveis. Para José Faustino, presidente da Associação Portuguesa de Radiodifusão, as rádios passam a ser detentoras de “alvarás sem qualquer valor comercial”.⁸²

Com a Lei 4/2001, a renovação dos alvarás passa a ser automática, caso a Alta Autoridade para a Comunicação Social não se pronuncie num prazo de três meses.

Com o pedido de renovação de alvarás a decorrer, assiste-se a um conjunto de rádios que vêm os seus alvarás cancelados. Entre as razões, está o facto de “se afastarem do cumprimento dos fins específicos das rádios locais generalistas (...) por não terem programação própria (...) por não apresentarem noticiários que expressem qualquer proximidade com os interesses e características das populações em que estão inseridas”,⁸³ violando assim a Lei 87/88 de 30 de Julho com as alterações da Lei 2/97 de 18 de Janeiro.

⁸¹ - Jornal Público, 24 de Agosto de 2001.

⁸² - FERREIRA, Carla Borges e NUNES, Joana Taveira, “Mercado de Rádio: lento mas sem crise”, in Briefing, Junho de 2001, citadas em CÁDIMA, Francisco Rui (Coord.) *Anuário da Comunicação – Os media em tempo de crise 2001/2002* – Observatório da Comunicação, Lisboa, s/d.

⁸³ - Deliberação da AACS, 3 de Outubro de 2001.

I. 6.3. - Consolidação do sector – dos mega-media à Internet

Passada a fase da euforia, o final da década de 90 significa a consolidação dos projectos que entretanto resistiram ao período menos bom das rádios livres em Portugal e que, como vimos, se caracterizou pelo encerramento de um sem-número de estações.

Um estudo elaborado pelo Observatório da Comunicação (Obercom) revela dados curiosos em relação ao cenário das rádios locais em Portugal. A disparidade entre as rádios ditas de província e as restantes, normalmente localizadas nas grandes cidades, acentuou-se.

Essa nota é verificável pelo número de funcionários e pelas receitas de publicidade que representam, naturalmente a maior fonte de receitas para o sector.

O mesmo estudo indica que das 74 rádios que responderam ao inquérito solicitado por aquele organismo, 15 facturaram em 1999 entre 20 mil (100 mil euros) e 30 mil contos (150 mil euros) por ano. Mas, por outro lado, 14 facturaram apenas de mil a 10 mil contos (5 mil a 50 mil euros) por ano. Muitas destas emissoras não têm mais que cinco funcionários e localizam-se nas ilhas ou na província.

Ainda no capítulo da facturação em publicidade, apenas quatro rádios locais indicaram que têm receitas anuais superiores a 100 mil contos (5 milhões de euros) e todas se situam nas grandes cidades, no caso Grande Lisboa e Guimarães.

Um outro indicador referido no estudo do Obercom, o número de funcionários, mostra que um número considerável de emissoras locais, 21 das 74 inquiridas, não tem mais de 10 empregados nos quadros. A média situa-se contudo entre os 11 e os 25 funcionários. Estamos, pois claramente a falar, maioritariamente de pequenas empresas. O estudo revelou também que apenas quatro emissoras tem mais de 45 funcionários.

Ao contrário do que sucedia na primeira metade da década, a esmagadora maioria das rádios locais tem 24 horas por dia de programação própria. Um pequeno número, três em 74, tem menos de 10 horas por dia de

programas feitos na própria estação e mesmo assim todas acima das 6 horas, que era o limite imposto por lei em 1999⁸⁴.

O espaço dado à informação própria foi também considerado no estudo do Observatório da Comunicação que revela que a maior parte das rádios locais produz diariamente entre três a dez blocos de informação, o que as enquadra no disposto legal exigido na altura e que aliás se mantém depois da entrada em vigor da lei 4/2001.

Contudo, o estudo mostrou também que algumas rádios locais apenas emitiam dois blocos diários de informação própria, o que contrariava a lei.

Embora este estudo esteja longe de mostrar com clareza o cenário em Portugal das rádios locais à entrada do século XXI, uma vez que um grande número de estações não respondeu ao inquérito elaborado pelo Obercom, dá-nos uma ideia daquilo que o sector representa em termos de comunicação social e permite-nos concluir que a grande maioria está a anos luz do conforto financeiro.

A segunda metade da década de 90 é a fase de consolidação de projectos. É nesta altura que as emissoras que sobreviveram ao período de crise já referido e que se caracterizou pelo encerramento ou venda de algumas estações emissoras, melhoraram os seus projectos.

Começa a notar-se um maior interesse por parte dos grandes grupos de comunicação social para este sector, com destaque para os grupos Lusomundo e Media Capital, enquanto que à escala regional também se encontram sinergias de forma a rentabilizar os projectos.

É disso exemplo a Cadeia de Informação Regional criada em 1997 e que agregava oito rádios dos distritos de Bragança e Vila Real. Em 99 as rádios Clube de Sintra e de Cascais fizeram a mesma coisa⁸⁵. Pretendiam estas emissoras criar uma cadeia metropolitana de Rádios em Lisboa, segundo a qual duas vezes por dia uma das duas rádios emitia um noticiário alargado em co-produção pelas duas estações. Desta forma chegariam a um auditório mais vasto e as receitas da publicidade que iam para o ar antes e depois do noticiário revertiam a favor de ambas as rádios. De forma esporádica, algumas

⁸⁴ -Em 1999, a Lei em vigor, 2/97 de 18 de Janeiro impunha um mínimo de 6 horas diárias de programação própria. A Lei 4/2001 de 23 Fevereiro aumentou esse período para oito horas diárias.

⁸⁵ - PORTUGAL, Margarida, "Sinergias em antena", Jornal Público, 18 de Dezembro de 1999.

rádios locais do baixo Alentejo (Rádio Sines, Miróbriga, de Santiago do Cacém, são alguns exemplos) colaboram entre si permitindo uma maior cobertura noticiosa dos eventos que ali ocorrem.

O exemplo das rádios do norte é semelhante e circunscrevia-se também à informação. Esta forma de agir traduziu-se em claros benefícios especialmente para as rádios com menos recursos ao nível informativo, mas não foi seguido por outras emissoras no país.

É também o período onde se começa a perceber com clareza o peso das rádios locais no contexto da radiodifusão portuguesa. Em 1999 o jornal Público divulga um estudo da Marktest encomendado pela Secretaria de Estado da Comunicação Social e pela associação Portuguesa de Radiodifusão, segundo o qual as rádios locais lideravam as audiências em 68 concelhos, atrás da Rádio Renascença.

Questões como a colocação de publicidade institucional nas rádios locais, ou os incentivos do Estado, tal como já sucedia com a imprensa regional, começaram a emergir, levando o governo a aprovar o Decreto de Lei 56/2001 que estabelece um pacote de incentivos às rádios locais. É também criado um serviço específico da agência de notícias Lusa para as rádios locais.

Com vista à consolidação dos projectos, a aprovação por parte do Governo do decreto de Lei 56/2001 é a esse nível determinante. O diploma regula o sistema de incentivos aos órgãos de comunicação social regionais, onde se incluem as rádios locais.

O Decreto prevê apoio em quatro grandes áreas com o objectivo de ajudar as rádios locais, com problemas crónicos ao nível financeiro, a acompanhar a modernização tecnológica.

Inovação e desenvolvimento empresarial, criação de conteúdos na Internet, modernização tecnológica, formação e qualificação de recursos humanos são as áreas às quais as rádios locais podem concorrer a incentivos.

De acordo com dados do Instituto da Comunicação Social, desde 1997 já concorreram a incentivos à modernização tecnológica 213 rádios locais num apoio global superior a um milhão de contos (5 milhões de euros). Quanto à criação de conteúdos houve 97 concorrentes em 2001. O número desce para apenas 30 rádios no que diz respeito à inovação e desenvolvimento empresarial, sendo que dessas apenas nove foram contempladas com

incentivos. Quanto à publicidade institucional a cargo do Estado, a portaria nº 209/96 de 12 de Junho estabelece que deve ser canalizada para as emissoras locais 7,5 por cento dessa publicidade. Seguindo a tendência nas rádios de cobertura nacional, o investimento tem, contudo vindo a decrescer desde 1999, de acordo com dados do ICS, também nas rádios locais, de 130 mil contos para apenas 74 mil o que significa uma variação de 43,2 por cento.

Ao invés, as receitas de publicidade comercial subiram ligeiramente nas rádios locais de 1999 para 2000, significando um acréscimo de três por cento.

No campo da Internet, é de registar o cenário das rádios locais que aderiram em número significativo a este meio, através da criação de páginas na World Wide Web. Segundo dados do Obercom⁸⁶, até 2001, 115 rádios locais possuíam página na Internet, disponibilizando a sua programação em directo ou em MP3.

⁸⁶ - CÁDIMA, Francisco Rui (Coord.) *Anuário da Comunicação – Os media em tempo de crise 2001/2002* – Observatório da Comunicação, Lisboa, s/d.

II PARTE - Estudo de Caso - Análise de noticiários das rádios locais do distrito de Setúbal

II. 1. - Objectivos do estudo

Este estudo parte do princípio, assente em pressupostos teóricos que predominaram na intelectualidade europeia conforme foi referido na primeira parte deste estudo, de que as rádios locais têm na sua génese uma função social da qual não se devem afastar e que representa uma ligação umbilical à comunidade, na medida em que foi desta que nasceram, como comprovam os movimentos surgidos em Portugal e em toda a Europa.

Este compromisso consubstanciou-se, no passado, por uma relação de interacção directa com as populações através de diversas formas; utilizando a técnica - abrindo o microfone à comunidade, para esta se exprimir, ou simbolicamente - retractando a cultura, as tradições e os problemas que afectam um determinado grupo de indivíduos.

Este cenário ocorreu em particular no período anterior à legalização, no caso português. Depois do licenciamento, as rádios locais passaram a regular-se por critérios de mercado. As mudanças estruturais que daí advieram, já foram devidamente referidas neste estudo. O que se pretende agora é avaliar (passados pouco mais de dez anos, desde a legalização das rádios locais em Portugal) de que forma estas emissoras se comportam, num quadro condicionado pelas exigências do mercado, perante a comunidade onde se inserem.

O compromisso de interacção foi ou não esquecido? Se não foi, como se relacionam hoje as rádios locais com os seus ouvintes? O mercado publicitário

introduziu uma lógica comercial nestas rádios, normalmente de estruturas débeis. De que forma isso afectou a função social e até de interesse público que esteve na origem da criação das emissoras locais de radiodifusão? São questões a que este estudo pretende, senão responder, pelo menos contribuir para a sua compreensão.

“Os meios de comunicação locais e regionais são muito embrionários (ou como no caso da imprensa regional dependem maioritariamente da Igreja católica) – ou laterais mesmo em relação à sua função social, caso das rádios locais.”, considera Francisco Rui Cádima⁸⁷.

A situação acresce de gravidade para o autor, uma vez que os media nacionais “não cumprem minimamente a sua função de representantes das pulsões regionais, comunitárias e locais, no plano social e político”.

A questão do discurso jornalístico que é feito nos meios de comunicação social regionais é pertinente por poder, em teoria, representar uma forma importante de expressão das realidades sociais e contribuir para a construção de uma sociedade participada.

Seja o jornal, a rádio ou a televisão⁸⁸, a prática de um jornalismo chamado de proximidade permite a emergência de uma comunidade seguramente mais participativa e uma opinião pública mais crítica, contribuindo para o desenvolvimento regional.

Acreditamos, por fim, que as rádios locais, pelas características que possuem, nomeadamente por serem órgãos de comunicação social de proximidade, devem, ou deveriam, possuir um discurso na área da informação, que constituísse uma alternativa à uniformização dos discursos produzidos pelos media nacionais e transnacionais.

Isso significa na prática, a constituição de um espaço público mediatizado no qual o discurso dos diversos actores de uma comunidade pudessem ser reproduzidos. Verificar em que medida os noticiários informativos das rádios locais podem representar esse espaço público para aqueles discursos é o grande objectivo deste estudo.

⁸⁷ - CÁDIMA, Francisco Rui, *Desafios dos Novos Média*, Editorial Notícias, Lisboa, 1999, p. 17

⁸⁸ - Francisco Rui Cádima explica no seu artigo “Os media regionais, face à TV local” publicado no nº2 da revista do Observatório da Comunicação que o ciclo democrático dos media só estará completo em Portugal quando se efectivar a existência das televisões locais/regionais.

II. 2. - Metodologia do estudo

Para determinar os objectivos atrás descritos optou-se pela realização de um estudo de caso, no qual serão analisados os noticiários de quatro rádios locais da Península de Setúbal, uma das regiões do país, conjuntamente com a Grande Lisboa e Grande Porto, onde a criação de rádios locais teve maiores repercussões.

As rádios alvo de estudo foram as seguintes: Rádio Seixal (concelho do Seixal), Rádio Voz de Almada⁸⁹ (concelho de Almada), Rádio Santiago (concelho de Sesimbra) e Rádio Popular FM (concelho de Palmela).

O critério para a escolha destas rádios prendeu-se com o relevo que cada uma das emissoras dá, no contexto da sua programação diária, à informação. Através de uma audição prévia verificou-se que algumas rádios locais localizadas na Península de Setúbal não possuíam noticiários e outras não o faziam regularmente, como foi o caso da Rádio Echo, em Alcochete.

Optou-se, posteriormente, por dar prioridade a rádios generalistas e com implantação em termos de programação nos respectivos concelhos. Este critério excluiu a Rádio Capital, que apesar de ser local é temática e a sua programação dirige-se a um público nacional. É disso exemplo a rede de retransmissores que possui em todo o país.

Restaram cinco rádios locais. As quatro seleccionadas e a Rádio Baía, que acabou por ser excluída por destinar menos tempo à informação (apenas tem quatro noticiários entre as 15 e as 18 horas) quando comparada com a Rádio Seixal, a outra emissora daquele concelho.

O estudo de caso decorreu durante os meses de Outubro e Novembro de 2001 e Janeiro e Fevereiro de 2002. Optou-se por excluir da análise o mês de Dezembro por ser normalmente um período onde a programação da rádio é atípica, podendo isso viciar os dados daí resultantes.

Durante o período do estudo foram gravados e ouvidos 385 noticiários das rádios objecto de estudo entre as 8 e as 19 horas, num total de 1626.36 minutos. Foram registados os simultâneos informativos, quando ocorreram.

⁸⁹ - Em Julho de 2002 mudou a sua programação e passou a designar-se Rádio Radar. Os estúdios foram transferidos de Almada para Lisboa. O estudo que aqui se apresenta foi, contudo, realizado antes deste período.

A gravação obedeceu a um esquema de alternância, ou seja, na primeira semana o dia de gravação foi à segunda-feira, na semana seguinte, à terça-feira e assim sucessivamente até atingir a sexta-feira. No segundo período de análise (Janeiro e Fevereiro de 2002) o esquema foi o mesmo.

Os noticiários de fim-de-semana foram também gravados, mas optou-se pela sua exclusão do estudo, pois, das quatro rádios escolhidas, apenas as rádios Seixal FM (ao Sábado) e a Santiago FM (nas manhãs de Sábado e Domingo) têm noticiários, tornando-se impossível estabelecer qualquer comparação entre elas.

O esquema de gravação de noticiários de forma alternada teve como objectivo evitar as chamadas “running stories”. Temas que merecem por parte dos media noticiosos um enfoque especial durante o longo período de tempo. Este objectivo não foi totalmente conseguido, especialmente durante o primeiro período de análise devido aos acontecimentos decorrentes do atentado ao World Trade Center no dia 11 de Setembro de 2001.

Como adiante se verificará, este tema domina grande parte dos noticiários objecto de estudo durante os meses de Outubro e Novembro.

Durante os períodos de análise foram feitos contactos com os coordenadores das rádios seleccionadas com o objectivo de recolher informações complementares acerca do funcionamento da redacção (número de jornalistas, rotinas de produção etc). Isso só não foi possível no caso da Rádio Seixal, cujo coordenador não respondeu às várias solicitações.

Após a gravação dos 385 noticiários, as 1962 notícias emitidas foram classificadas em dois tipos de acontecimentos: Não Locais (Internacional, Nacional) e Locais e analisadas tendo em conta variáveis como a «duração» e «quantidade».

Cada um dos tipos de acontecimentos foram posteriormente subdivididos em categorias temáticas e feito o seu estudo tendo em conta a variável «quantidade» ou seja, por exemplo, quantas notícias do tipo «Nacional» e categoria temática «Ambiente» foram emitidas nos noticiários de uma determinada rádio.

Trata-se nesta altura da aplicação de um método quantitativo com o objectivo de verificar, em primeiro lugar, qual o tipo de acontecimentos

prioritários para as rádios locais e por outro, verificar que categorias temáticas são privilegiadas nos noticiários do «corpus».

O estudo não exclui os acontecimentos Não Locais, mas privilegia a análise das notícias que versam sobre acontecimentos passados na área de implementação das rádios locais, por se entender que é a sua emissão que permite perceber a proximidade entre a rádio e a comunidade onde se insere, como se referiu, um dos objectivos do estudo.

Por isso, os acontecimentos locais emitidos nos noticiários das rádios locais são analisados mais exaustivamente através da utilização de variáveis como a «polifonia» (discursos da comunidade reproduzidos nas rádios locais), cobertura do concelho-sede e qual o foco dado aos acontecimentos locais tratados em forma de notícia.

O objectivo é o de perceber quais os grupos/indivíduos cujo discurso é mais vezes veiculado nas rádios locais, quais os assuntos prioritários e por fim que jornalismo é praticado nas redacções das rádios locais, procedendo-se aqui a uma análise qualitativa dos dados recolhidos.

II. 3. - A informação na Rádio

Emili Prado (1985:23) considera que “a rádio é o meio mais eficaz de informação existente, em função das suas características”. Prado encontra no facto da rádio ser a primeira a dar a notícia de um determinado acontecimento uma das principais características do jornalismo radiofónico na medida em que este atributo acaba por condicionar toda a lógica produtiva da rádio. A instantaneidade, a simultaneidade e a rapidez são características deste meio de comunicação que levam o autor a considerá-lo como o mais adequado para a transmissão de factos actuais.

O mesmo autor contesta o argumento de que as funções da informação radiofónica se limitariam a “dar a notícia em primeiro lugar”. Prado entende que para além de transmitir em primeiro, a rádio pode aumentar a compreensão pública através da explicação e análise dos acontecimentos actuais.

“Assim, perante a brevidade enunciativa da notícia radiofónica, situa-se a reportagem, a entrevista, a mesa redonda, a explicação; em definitivo a rádio em profundidade” (Prado, 1985:24).

A importância da rádio enquanto meio de comunicação informativo estaria, por esta via, consubstanciada na presença de géneros jornalísticos que contribuíssem a explicação dos acontecimentos. Para Prado, esta função explicativa da rádio está intimamente relacionada com uma outra sua característica: a capacidade de comunicar com um público que não necessita de uma formação específica.

É esta universalidade da rádio que lhe permite “chegar a muitos”, ultrapassando barreiras e desempenhando um papel decisivo na formação da opinião pública contribuindo para o desenvolvimento das comunidades. São vários os exemplos que nos remetem para o papel social da rádio em países subdesenvolvidos onde as populações têm carências ao nível económico até de sobrevivência, mas também culturais.

David Bartlett coloca o acento na ubiquidade da rádio para salientar as suas características enquanto medium essencialmente informativo. “A rádio de notícias está em todo o lado – no carro, em casa, nos escritórios, na rua, nos restaurantes e lojas – em todo o lado”.

A rapidez com que chega ao local do acontecimento e com que transmite a informação, confere à rádio o epíteto de meio de comunicação social por excelência das sociedades modernas, tão ávidas que estão de “saber tudo, o mais depressa possível”.

“Quando há terremotos, quando o trânsito está congestionado, quando as World Trade Towers são bombardeadas, quando o Orioles estão na cidade – dêem à rádio 22 minutos (ou menos) e têm o mundo” (BARTLETT, 1995:31).

De facto, a possibilidade que a rádio tem de estar “em cima do acontecimento” confere-lhe uma significativa vantagem em termos informativos em relação aos restantes media, embora nem sempre esta característica tenha sido aproveitada, em boa parte porque a tecnologia disponível não o permitia.

A mesma ideia é transmitida por Andrew Crisell (1994) quando refere que a principal vantagem da rádio informativa em relação à televisão ou à imprensa é a sua rapidez. O autor sublinha que essa rapidez da rádio pode ser constatada não apenas em “chegar primeiro ao acontecimento”, mas sobretudo por que os ouvintes têm mais facilidade em aceder ao acontecimento no momento em que ele ocorre.

Data de 1925 a emissão regular de jornais radiofónicos⁹⁰. O feito foi conseguido por Maurice Privat, que a partir do posto público da Torre Eiffel colocou em prática o que tinha imaginado quatro anos antes.

Tratava-se de um serviço noticioso onde “são dignas de menção as actividades de reportagem realizadas em condições difíceis”⁹¹ e não era a forma incipiente com que os noticiários eram emitidos que impediu que os jornais sentissem na rádio um perigo ameaçador para as suas vendas, face ao crescente número de aparelhos vendidos.

Os noticiários radiofónicos, no início eram na verdade pouco mais que a transposição das notícias dos jornais para a rádio. Como observa Eduardo Meditsch, citando Gonçalves, “o radiojornal procura em tudo e por tudo reproduzir as características da imprensa”. Trata-se de uma estratégia em que se visava ir ao encontro dos hábitos dos leitores de jornal.

⁹⁰ - LAVOINE, Yves, *A Rádio*, Vega, s/d.

⁹¹ - Idem.

“Títulos quase gritados, com artigos suprimidos, e a ideia de uma paginação rígida com secções fixas e “espaços” limitados por assunto, originam-se neste esforço de transposição fiel da experiência gráfica através do «jornal falado»” (MEDITSCH, <http>).

Com o passar dos anos, a rádio foi-se descobrindo a si própria e percebendo que a utilização de uma linguagem própria e adaptada às características do meio permitiria criar um meio de comunicação com identidade.

A informação radiofónica passou por isso a ser concisa, sintética e fazendo da sua universalidade e instantaneidade duas das suas principais armas aproveitando a ubiquidade que lhe é própria.

É, como refere Adriano Duarte Rodrigues no prefácio que escreveu para o livro de Matos Maia “A Telefonía”. “Assim como o relógio de pulso integra hoje de maneira quase natural a própria experiência da temporalidade e o vestuário faz corpo com a própria experiência sensorial do espaço, a rádio acaba já hoje por se confundir com o invólucro sonoro da nossa experiência total do mundo”.

Ou seja, a rádio está em todo o lado, faz parte do nosso quotidiano e a percepção deste cenário catapultou este meio para um estatuto de «medium» informativo por excelência. As constantes informações sobre o trânsito, o acompanhamento em directo de uma manifestação ou a actualização da informação nos noticiários do dia são exemplos de como a rádio nos permite ter uma percepção total do mundo a “toda a hora”.

A informação na rádio ganhou o seu espaço tornando-se “emissões motoras – não só reúnem à sua volta um público enorme, mas também oferecem um público às emissões que as antecederam e que as seguem” (MAIA, 1995:183).

Com a evolução da técnica e o fim dos monopólios estatais no sector, especialmente na Europa, a informação da rádio, tal como a sua programação, tornou-se mais especializada, não quanto aos temas, mas quanto às audiências. Por outro lado, apareceram rádios dedicadas quase em exclusivo à informação (caso da TSF portuguesa).

Em Portugal, a informação radiofónica está, até à Revolução de 25 de Abril de 1974, relacionada com a conjuntura política de então. Com o sector dividido por três grandes emissoras (RDP, RR, RCP) e com os serviços de

censura portugueses a actuar, pouco restava à rádio que não fosse a divulgação institucional de actos do governo, aqui e ali quebrados pela ousadia de um ou outro jornalista da rádio, como quando a LUAR assaltou o banco da Figueira da Foz. A notícia não podia ser dada assim, ao que um locutor de serviço, depois de dizer o boletim meteorológico finalizou “Então amanhã saiam com gabardinas .Mas felizmente há luar!”⁹².

Mas a norma na informação radiofónica portuguesa era outra, aqui sintetizada por Matos Maia: “A Emissora Nacional era a emissora que estava ao serviço do governo, de apologia ao Estado Novo, com as suas notas do dia. Sobretudo fazia cobertura de situações de carácter oficial: discursos de ministros, viagens de governantes, inaugurações de pontes, de fontes etc.”⁹³

Apesar das limitações impostas à informação, nos anos 60 o jornalista Luís Filipe Costa introduziu alguma frescura nos noticiários da rádio portuguesa ao criar blocos informativos menos «cinzentos» com três minutos de duração e separadores musicais antecidos por *head-lines* (GONÇALVES, 1999: 23).

O primeiro grande passo que possibilitou a criação de uma informação mais isenta e livre dos actos do governo foi naturalmente o fim da censura, em 1974, com a RDP e Rádio Renascença, depois do fim do Rádio Clube Português, a dominarem o sector radiofónico nacional. Desse tempo são de destacar algumas tentativas de descentralização da rádio em relação a Lisboa.

A liberalização do sector ocorrido em 1989 e o surgimento de centenas de rádios locais em todo o país não poderiam deixar de marcar a informação radiofónica portuguesa. As estratégias de aproximação às populações que estas pequenas emissoras adoptaram, obrigaram a Rádio Renascença e RDP a fazerem o mesmo, com a abertura de centros regionais de produção.

Um marco extremamente importante no contexto da informação radiofónica dos últimos anos, é contudo o aparecimento da primeira rádio em Portugal quase exclusivamente dedicada à informação.

A TSF, uma emissora local de Lisboa, inaugurou uma rádio feita em directo. Assumindo-se como um projecto de “jornalismo sem vícios, feito com

⁹² - CRISTO, Dina Isabel Mota, *A Rádio em Portugal e o Declínio do Regime de Salazar e Caetano (1958-1974)*. Policopiado; Tese de Mestrado em Ciências da Comunicação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1999.

⁹³ -GONÇALVES, Rui Fernando Mendes, *Jornalismo e Valores. O Projecto Informativo TSF-Rádio Jornal (1988-1993)*, Edinova, Lisboa, 1999.

entusiasmo, vivacidade e espírito crítico” (GONÇALVES, 1999: 33) a TSF conseguiu montar uma estrutura com profissionais dissidentes de outras rádios e que acreditavam que era possível fazer um jornalismo diferente na rádio portuguesa.

A TSF marcou profundamente a informação radiofónica em Portugal e que Ruy Lima Jorge, citado por Gonçalves sintetiza da seguinte forma: “O aparecimento da TSF mudou o panorama radiofónico português; as alterações registam-se em praticamente todos os aspectos, desde o alinhamento da programação até à selecção da informação”.

II. 4. - Distrito de Setúbal – caracterização do sector radiofónico

Em 2001 existiam 20 rádios locais a emitir no distrito de Setúbal, sendo que apenas uma está classificada como rádio temática musical (Rádio Capital), as restantes são generalistas. As emissoras distribuem-se assim pelos treze concelhos:

Rádio Mirasado (Alcácer do Sal), Voz de Almada e Capital (Almada), Rádio Eco (Alcochete), Sul e Sueste, Margem Sul (Barreiro), Rádio Clube de Grândola (Grândola), Arremesso e Latina (Moita), Popular FM, Luna (Montijo), Rádio Pal (Palmela), Antena Miróbriga (Santiago do Cacém), Rádio Baía e Rádio Seixal (Seixal), Rádio Santiago (Sesimbra), Rádio Azul, Canal Um, Voz de Setúbal (Setúbal), Rádio Sines (Sines).

O distrito de Setúbal foi, paradoxalmente ao seu recorrente atraso estrutural consubstanciado nas taxas de desemprego acima da média nacional e nos constantes investimentos mono industriais (primeiro no sector siderúrgico e depois no automóvel), um dos que registou um maior número de emissoras locais legalizadas (23), ficando atrás de Lisboa e Porto. E se é verdade que noutros distritos do país sobram frequências após o concurso público, em Setúbal tal não se verificou, tendo o número de candidatos ultrapassado os alvarás disponíveis.

As rádios Arremesso, na Baixa da Banheira (Moita) e Azul, em Setúbal são precursoras do movimento até a nível nacional, tendo surgido nos primeiros anos da “pirataria”. Com elas surgiram à semelhança de todo o país, um conjunto de pequenas emissoras locais todas com as mesmas características das restantes que apareciam noutros locais de Portugal: amadorismo, fraca potência dos emissores, carência ao nível de infra-estruturas técnicas e físicas.

A Rádio Azul, ainda hoje a emitir, nasceu da iniciativa de um jornalista da RTP, Jorge Simões, que decidiu apostar num projecto de âmbito local⁹⁴. O primeiro programa foi para o ar em Julho de 1985, depois de Jorge Simões ter recrutado parte do pessoal nas discotecas da cidade. A imprensa da época

⁹⁴ - R.V., “Rádio Azul na Crista da Onda”, Tal & Qual, 15 de Janeiro de 1988.

classifica a Rádio Azul como “uma das melhores emissoras livres de todo o país”.

Antes da legalização, já contava com 24 funcionários e emitia 24 horas todos os dias, apresentando, já na altura, uma facturação que rondava os 2500 contos de publicidade. Programas como “Livro de Reclamações” que dava aos ouvintes a possibilidade de denunciar situações na sua cidade e uma aposta forte no desporto, assegurando os relatos de futebol dos jogos do Vitória de Setúbal, fizeram da Rádio Azul, uma das mais promissoras do distrito de Setúbal e até do país.

Desde o final da década de 90 que a Rádio Azul, tal como a Rádio Voz e a Rádio Jornal, todas de Setúbal se debatem, com problemas ao nível financeiro tendo progressivamente reduzido o número de funcionários. Apesar das dificuldades ainda continuam a emitir⁹⁵.

Mas o distrito de Setúbal tem duas realidades distintas e bem definidas geograficamente. Por um lado, os concelhos alentejanos (Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines) com uma realidade muito mais próxima da ruralidade e onde o panorama das rádios locais sofreu menos alterações. Por outro lado, a Península de Setúbal, mais urbana e próxima de Lisboa.

Este último factor tem tido uma influência decisiva no desenvolvimento da comunicação social nesta zona. Se por um lado contribui, particularmente no caso das rádios, para um maior universo de audiência possível, por outro a proximidade com Lisboa tem significado um território apetitoso para as rádios com melhores recursos se instalarem no distrito de Setúbal, não com o objectivo de o servir, mas sim para adquirirem antenas e assim chegarem mais facilmente à capital do país.

As rádios locais do distrito de Setúbal acabaram por passar pelas mesmas dificuldades sentidas pelas emissoras de outros locais do país a partir da segunda metade da década de 90. Muitas encerraram as portas, outras foram

⁹⁵ - Público, 26 Fevereiro de 2003, “Trabalhadores denunciam falta de salários em rádios de Setúbal”. BONIXE, Luís, “Radialistas despedidos recorrem a governador civil”, Público 2 de Março de 1999. SEVERINO, Rogério, “Rádios - O caso específico de Setúbal”, in *Jornalismo Real, Jornalismo Virtual: Documentos, Teses, Documentos*, Sindicato dos Jornalistas Portugueses, Lisboa, 1998.

vendidas a emissoras com outra estrutura financeira e outras, por fim, foram transformadas numa espécie de rádios gira-discos.

Os concelhos do Barreiro e da Moita foram dos que mais sofreram com esta situação. No primeiro caso, os proprietários da Rádio Margem Sul venderam o seu alvará à Rádio Comercial que ali passou a emitir a Rádio Nostalgia para a zona da Grande Lisboa.

A Rádio Sul e Sueste, uma emissora de menor dimensão acabou por ter o mesmo destino em 1995 quando foi obrigada a vender, por dificuldades económicas, o seu alvará à Rádio Super FM, que aliás já tinha encerrado as portas no Montijo e pretendia voltar a emitir para a Grande Lisboa. Em 2002, o concelho do Barreiro, com cerca de 100 mil habitantes, não possui qualquer emissora local.

O mesmo cenário se verifica na Moita. A Rádio Clube da Moita é em 2002 a rádio Latina FM, apenas emitindo música e a Rádio Arremesso também encerrou as suas emissões.

No Montijo, a Rádio Impacto chegou a ter alguma projecção, tal como a Rádio Super FM que apareceu com uma forte implantação junto das audiências mais jovens. Ambas acabaram por encerrar as suas emissões.

A proximidade com Lisboa e as dificuldades económicas sentidas pelas rádios locais da zona norte do distrito de Setúbal, agravadas pela conjuntura desfavorável da própria Península, condicionaram fortemente o desenvolvimento destas emissoras que perante ofertas aliciantes de outras empresas com maior potencial financeiro acabaram por ceder.

A Rádio Voz de Almada com uma vida conturbada acabou por deixar o concelho no final de 2002 transferindo-se para Lisboa e adoptando a designação de Rádio Radar. Uma outra emissora daquela cidade, a Rede A, acabou por ser transformada na Rádio Capital, que emite, beneficiando da permissividade legal quanto à constituição de cadeias de rádio, para todo o país.

Apesar das dificuldades também sentidas por outras emissoras, a verdade é que o cenário em Setúbal, Seixal, Palmela, Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines não sofreu alterações tão profundas como aquelas acima descritas.

II. 5. - Caracterização do *corpus*

Para o estudo de caso foram seleccionadas quatro rádios locais da Península de Setúbal: Rádio Seixal, Rádio Santiago (Sesimbra), Rádio Voz de Almada e Rádio Popular FM (Palmela).

Qualquer uma das rádios abordadas neste estudo estão classificadas como locais/generalistas e fazem da informação um dos vectores da sua grelha de programação. Não estamos, pois perante rádios temáticas informativas em que a informação seria naturalmente a sua principal vocação preenchendo a esmagadora percentagem de horas de emissão.

Nestes casos particulares, a informação assume duas formas: diária e semanal. No primeiro caso estamos perante informação inserida em noticiários difundidos, normalmente "à hora certa"⁹⁶.

A informação semanal não existe em todas as emissoras estudadas e é difundida normalmente ao fim de semana através de debates, resumos informativos da semana ou programas informativos especializados, como é o caso do Desporto. Esta componente não é, contudo, alvo de análise neste estudo, limitando-se este aos noticiários.

Detenhamo-nos, por essa razão na análise da informação diária produzida pelas rádios que constituem o *corpus* deste trabalho.

Todas as emissoras emitem regularmente de segunda a domingo durante 24 horas por dia. O período de análise é contudo compreendido entre as 8 horas da manhã e as 19 horas, totalizando 12 horas de programação.

As rádios Voz de Almada e Popular FM emitem doze noticiários no período diário de análise. A Rádio Santiago emitia até ao dia 25 de Outubro de 2001, sete noticiários por dia (10,11,12,15,16,17 e 18 horas), passando depois a difundir onze entre as 8h30 e as 18h30; e a Rádio Seixal apenas tem informação às 11, 12, 14, 15, 17,18 e 19 horas.

Em tempo médio⁹⁷, como se constata no quadro I, a rádio Popular dedica 9.71 % da sua programação diária à informação, a Rádio Santiago 5.60 %, a Rádio Seixal 3.80 % e a Voz de Almada 3.45%.

⁹⁶ - Excepção feita à Rádio Santiago que em Janeiro de 2002 passou a emitir a informação às meias horas. O seu coordenador, em entrevista pessoal, explicou que se tratou de uma estratégia que teve a ver com o facto de as "outras rádios não o fazerem".

⁹⁷ - O tempo médio aqui considerado baseia-se no período diário de análise escolhido: das 8 às 19 horas.

Quadro I - Tempo médio diário dedicado à informação (em minutos), tendo como base 12 horas de emissão diárias.

	Popular	Santiago	Seixal	Voz Almada
Total Informação emitida durante o estudo (mn.)	699.41	404.22	274.56	248.57
Tempo médio de noticiários por dia (mn.)	70.04	40.38	27.45	25.25
% da programação diária ocupada com informação	9,71	5,60	3,80	3,45

A programação diária é ocupada com 70,04 minutos de noticiários na Rádio Popular FM, 40,38 minutos na Santiago FM, 27,45 na Seixal FM e 25,25 na Voz de Almada. Refira-se que estes valores representam o tempo de informação em 12 horas e não em 24 horas de emissão.

A duração média de cada noticiário oscila entre os 6 minutos da rádio Popular FM e os 2,20 minutos da Rádio Voz de Almada. Os noticiários da Rádio Santiago têm uma duração média de 5,20 minutos e os da Rádio Seixal 4,30 minutos.

II. 5.1. - As redacções

O apuramento dos dados que a seguir se expõem foi feito mediante a realização de uma entrevista aos coordenadores das redacções das rádios que constituem o *corpus* deste trabalho, bem como através de um inquérito submetido aos mesmos responsáveis. Quanto a este, apenas no caso da Rádio Seixal não foi possível apurar qualquer dado, por não ter respondido ao solicitado.

As rádios locais são constituídas por pequenas redacções que oscilam entre um e os cinco jornalistas, embora todas as rádios objecto deste estudo recorram com regularidade a colaboradores externos à redacção.

Dos doze redactores que constituem o universo das quatro emissoras, onze possuem carteira profissional de jornalista e cinco têm um curso superior na área da comunicação social.

O «corpus» escolhido para este estudo apresenta assim algumas debilidades ao nível do recrutamento de jornalistas, tanto em quantidade suficiente para assegurar uma redacção de uma rádio como quanto à formação dos mesmos.

O mesmo acontece em relação ao ordenado médio dos redactores que se situa entre o salário mínimo nacional e os 498,80 €. Apenas numa única rádio, a média de ordenados situa-se entre os 498,80 € e os 748.20 €.

II. 5.2. - Organização dos noticiários

A análise feita aos noticiários das rádios locais permitiu constatar a sua diversidade quanto à forma como são editados. Uma diversidade verificável através da observação de aspectos como a polifonia, alinhamento da informação e a utilização dos elementos constituintes da linguagem radiofónica (palavra falada, sons, ruídos etc).

Ao contrário da informação impressa, cuja lógica de divulgação assenta na estrutura de uma pirâmide invertida, na rádio isso não se verifica em boa parte devido à organização temporal da informação.

Ou seja, as notícias são lidas e não escritas, o que implica à partida a sua não permanência. Por esta razão os ouvintes não têm a possibilidade de “voltar atrás” como fazem quando lêem uma notícia no jornal e não percebem uma determinada informação.

Esta lógica temporal da informação radiofónica implica a adopção de estratégias de forma a tornar eficaz a informação difundida pela rádio.

A estrutura das notícias e dos noticiários radiofónicos assenta, pois, na capacidade que o meio oferece em termos de gestão daquele tempo, considerando factores como a instantaneidade e brevidade da informação radiofónica.

Debruçando-se sobre a estrutura da notícia radiofónica, Emili Prado (1985) distingue três momentos. O primeiro com a construção de uma abertura cuja função é atrair a atenção dos ouvintes (deixar de ouvir para passar a escutar) por isso é breve e sintética. Assume um paralelismo com os títulos da notícia impressa. Segue-se o desenvolvimento das informações enunciadas na abertura e por fim o fecho da notícia onde são reforçados os principais dados da notícia.

Nesta estrutura está presente a constante repetição de informações, que se na notícia impressa é conveniente ser dispensada, na rádio torna-se

fundamental a sua utilização para, como sublinha PRADO (1985:48) “produzir uma redundância que compense a não permanência das notícias, a descodificação no presente e a falta de assimilação no caso de não se encontrar em condições de escutar”.

Trata-se de colocar em prática uma frase utilizada pelos jornalistas de rádio: «anuncia-se o que se vai dizer; diz-se; e diz-se o que se disse».

Este modelo permite, dado o carácter efémero da informação radiofónica, melhor apreensão dos dados das notícias. Esta estrutura é normalmente adoptada pelas rádios para a construção dos seus noticiários, particularmente os de maior duração.

A primeira fase de construção é neste caso desempenhada pelas linhas de actualidade lidas no início do jornal radiofónico. A segunda fase é representada pelo desenvolvimento daquelas linhas anteriormente enunciadas e pela introdução de novas notícias. Por fim, o noticiário termina com os títulos de fecho, nos quais são reforçados os dados mais importantes das principais notícias que constituíram o alinhamento do noticiário.

Desta forma, a dificuldade de apreensão das informações como consequência da não permanência das notícias é ultrapassada por uma estrutura assente na repetição e não numa lógica de pirâmide invertida.

Apesar da eficácia comunicacional deste modelo, este estudo demonstra que as rádios locais analisadas pouco recorrem a ele.

A Rádio Popular FM é a única que abre os seus noticiários com títulos de abertura. São lidos, sobre um excerto musical, após o sinal horário da estação e do lançamento feito pelo locutor de serviço. Esta estrutura ocorre nas primeiras horas da manhã e no final da tarde, períodos considerados os “prime-time” da rádio.

É também frequente a utilização de um separador entre a leitura dos títulos, a intervenção do locutor e o início do noticiário, propriamente dito.

Vejamos uma sequência, retirada do noticiário das 8 horas do dia 1 de Outubro de 2001.

Sinal horário

Publicidade

Separador

Títulos: Novo código da estrada já está em vigor.

Estados Unidos apoiam a oposição afegã

Separador

Locutor: As notícias com Carla Guerreiro

Dá-se o início da leitura do noticiário

No fecho dos noticiários o processo é idêntico, mas existe mais intervenção por parte do locutor que diz as horas, a meteorologia ou informações de trânsito, no caso de se ter verificado alguma situação anormal na circulação automóvel.

A sequência que se apresenta foi retirada do fecho do mesmo noticiário:

Final do noticiário

Locutor: Manhã de segunda-feira, dia 1 de Outubro. Passam 4 minutos e meio para lá das oito.

*Pivot de informação lê os títulos: Novo código da estrada já está em vigor.
Estados Unidos apoiam a oposição afegã*

Fim de noticiário

A Rádio Santiago apresenta uma estrutura nos seus noticiários que também convém aprofundar. Trata-se talvez do estilo mais clássico, segundo o qual as notícias não são editadas de acordo com a sua importância, mas sim em função de uma pré-selecção determinada pela secção temática a que pertencem.

Independentemente do significado/interesse, a Rádio Santiago abre os seus noticiários sempre com notícias locais. Seguem-se as nacionais, as internacionais e por fim as de desporto. É um estilo rotineiro e que a rádio já não utiliza com frequência.

Para a caracterização dos noticiários do «corpus» optou-se ainda por identificar a voz que «dá» as notícias. No jornalismo radiofónico, a voz assume,

como refere Eduardo Meditsch, um papel de suplemento do conteúdo. Ou seja, é a identificação da voz que na rádio permite estabelecer o contexto comunicativo “sinalizando os diferentes momentos da programação: distingue o que deve ser acreditado enquanto informação jornalística do que deve ser percebido como propaganda ou assumido como pura brincadeira para fins de entretenimento” (MEDITSCH, 1997).

O jogo de vozes intercaladas permite, no jornalismo radiofónico, sinalizar as mudanças de assunto e de procedência das notícias, os diversos timbres e situações acústicas informam sobre a identidade e o contexto dos falantes, salienta o autor.

A voz é assim muito mais para o jornalismo audiovisual e para a rádio em particular, uma vez que depende quase na totalidade daquele elemento sonoro, do que um simples valor estético, como reforça Emma Rodero Antón, investigadora espanhola da Universidad Pontificia de Salamanca⁹⁸.

Com base num estudo em que questionou vários ouvintes sobre qual o tom de voz que entendem ser o mais adequado para a leitura de noticiários de rádio, Antón, concluiu que as vozes graves conferem mais clareza, credibilidade e são mais agradáveis para ler notícias.

Ou seja, o tom de voz acrescenta, no jornalismo radiofónico, uma dose de credibilidade à informação que é dita. Antón esclarece que as vozes graves masculinas – por transmitirem mais segurança e credibilidade - são as mais adequadas para a leitura de questões políticas, informação meteorológica, enquanto que a voz grave feminina – mais ágil e dinâmica - adequa-se à leitura de textos “sobre ideias abstractas e poesia”.

Ainda que esta investigação não esteja focalizada na questão da voz, é curioso referir que o nosso «corpus» contradiz a teoria apresentada, uma vez que a maioria dos noticiários são lidos por vozes femininas e por outro lado, apenas a rádio Santiago utiliza a leitura intercalada de notícias, utilizando vozes masculinas e femininas, como demonstra o exemplo retirado do noticiário das 14 horas do dia 31 de Janeiro de 2002.

⁹⁸ - ANTÓN, Emma Rodero, “El tono de la voz masculina y femenina en los informativos radiofónicos: un análisis comparativo”, Novembro de 2001, [http](http://).

Voz 1 (masculina) – Lê uma notícia local

Voz 2 (feminina) – Lê três notícias de âmbito nacional

Voz 1 (Masculina) – Lê uma notícia de desporto e fecha o noticiário

Como se constata, tal como referia Meditsch, a utilização de vozes alternadamente sinaliza a mudança de assunto (Local, Nacional etc), mas trata-se efectivamente de uma situação única no «corpus» analisado, que em regra utiliza apenas um pivot de noticiário.

II. 5.3. - Rotinas de produção: o peso da organização

Perante o imenso universo de acontecimentos susceptíveis de serem noticiados, os jornalistas estabelecem um conjunto de estratégias que lhes permitem aceder ao maior número de informações possível num quadro de cronometralidade da sua actividade (SCHLESINGER, 1993). Ou seja, os jornalistas tentam nas suas funções diárias encontrar o máximo de informações no menor curto espaço de tempo, para as poderem tratar e divulgar o mais rapidamente possível.

Esta estratégia tem a ver com vários factores como a concorrência entre órgãos de comunicação social ou as características do próprio meio de comunicação. Nos media audiovisuais, a cronometralidade de que fala Philip Schlesinger é mais sentida dada a proximidade dos *deadlines*, de hora a hora ou de meia em meia hora.

Estes factores influenciam e determinam as rotinas de produção dos jornalistas de rádio que têm que preparar, em forma de noticiário, um conjunto de informações em função dos respectivos *deadlines*. É por isso natural que toda a redacção esteja moldada em função daqueles períodos horários, que constituem o climax do trabalho realizado anteriormente pelos jornalistas de rádio.

É em função deste sistema que as redacções se organizam, criando turnos de trabalho, também possíveis de verificar nas emissoras que constituíram o *corpus* deste estudo. Assim, as rádios locais analisadas estão organizadas normalmente em dois turnos: manhã e tarde. O primeiro entre as 7

da manhã e as 13 horas e o segundo entre as 14 horas e as 19 horas. Raramente, as rádios locais têm noticiários durante o período da noite ou aos fins-de-semana, fundamentalmente por funcionarem com pequenas redacções.

Durante os períodos em que são emitidos os noticiários, existe a preocupação de estabelecer uma continuidade sonora, verificável através da mesma voz que apresenta todos os noticiários de cada um dos turnos. Esta aparente estratégia de contiguidade relativamente a uma identificação sonora, esconde a falta de recursos humanos que possibilitaria uma maior diversidade de vozes.

Por causa daqueles constrangimentos é menos vulgar a existência de equipas próprias para produzir momentos diários em que normalmente a informação é mais rica e abundante, situação que se verifica nas rádios com maior dimensão (MEDITSCH, 1999: 93).

Apesar da aparente ordem do fluxo informativo diário, as rádios locais elegem períodos do dia em que os noticiários são elaborados de forma diferente. Acontece normalmente com os blocos de informação emitidos ao final da tarde, quando as informações produzidas durante o dia permitem um tratamento mais aprofundado e contextualizado dos acontecimentos.

Por outro lado, permite contornar o problema da falta de recursos humanos para tratar as informações e a escassez de fontes de informação disponíveis, especialmente se se tratar de um acontecimento de interesse local.

O que se passa é que, uma informação é tratada sem grande detalhe nos primeiros noticiários a seguir à sua produção, para ser desenvolvida, normalmente no noticiário das 18 horas (no caso do *corpus* seleccionado). Nessa altura já houve tempo para ouvir mais reacções ao acontecimento e assim poder aprofundá-lo. Por esta razão, os noticiários das 17 e 18 horas são normalmente mais extensos.

Com esta estratégia, as rádios locais conseguem contornar as deficiências estruturais que possuem, mas ao mesmo tempo reafirmam o potencial de actualização permanente das informações que é uma das características da rádio.

As notícias com maior proximidade temporal em relação ao fecho da edição não deixam de ser divulgadas e são-no normalmente com destaque,

mas remetem para outro noticiário o seu aprofundamento com a valorização da versão final através do tratamento de novas informações entretanto surgidas.

Esta parece mais uma estratégia criadora de uma rotina de produção da informação surgida a partir de constrangimentos organizacionais e menos uma tarefa delineada em função dos momentos informativos mais importantes do dia. Embora tal pareça mais apropriado, não é de desprezar os efeitos secundários que esta estratégia possa criar nos ouvintes, que passam a sintonizar a rádio à hora dos noticiários que sabem ser mais importantes.

Ao contrário do que acontece noutras rádios (MEDITSCH,1999:94), nas emissoras locais não são os momentos informativos em horário nobre que condicionam as rotinas produtivas, mas as rotinas que “criam” esses momentos informativos partindo das estratégias que os redactores encontram para contornar as dificuldades ao nível estrutural das redacções.

A prová-lo está o facto dos noticiários emitidos entre as 7 e as 10 da manhã, período considerado como o horário nobre da rádio, não significar nas rádios locais os noticiários mais ricos em termos informativos.

Há nestes casos um privilégio claro dado aos acontecimentos de rotina, normalmente divulgados pelas agências noticiosas. O fluxo informativo dos noticiários das 8, 9 e 10 horas é na sua essência constituído por informações do dia anterior, em claro contraste com o que ocorre nas rádios com maior dimensão, ou por notícias dos planos Nacional ou Internacional, normalmente disponibilizadas pelas agências noticiosas.

II. 5.4. - A redacção como centro de trabalho

As escolhas feitas pelos jornalistas em geral e os das rádios locais em particular são fortemente condicionadas pelo factor económico. Como refere Nelson Traquina: “O jornalismo tem custos, a começar pela contratação de jornalistas e pelos vencimentos oferecidos aos jornalistas. A análise da imprensa regional portuguesa – em geral, empresas com fracos recursos económicos – aponta para a importância da dimensão económica. Com poucos recursos económicos, muitas empresas jornalísticas regionais têm sérias

dificuldades em contratar profissionais a tempo inteiro e em oferecer vencimentos que sejam atractivos”.⁹⁹

Em função das limitações ditadas pelo excessivo poder do factor económico no «corpus» estudado são impostos constrangimentos ao trabalho dos jornalistas o que implica, nalguns casos, a não valorização de determinados acontecimentos.

O factor económico das rádios locais tem um peso determinante nas rotinas de produção de informação, por um lado e consequentemente na informação que é veiculada por aquelas emissoras, por outro.

Gaye Tuchman¹⁰⁰ reforça a importância da existência de uma rede (*news net*) que simbolizaria o conjunto de decisões que as empresas jornalísticas têm de tomar em ordem a captarem o máximo de informações possíveis. Não é possível estar em todo o lado e como tal, é necessário optar em relação aos acontecimentos que terão, por parte dos *media* noticiosos, um tratamento jornalístico, transformando-os em notícia.

Esta rede é fortemente condicionada pelo factor económico. Esse condicionamento é, naturalmente maior no caso de empresas jornalísticas com recursos financeiros mais modestos, como é o caso das rádios locais.

Em relação a estas, a extensão da rede de recolha de informações é limitada por questões económicas o que implica o reforço do trabalho realizado na redacção, onde se concentram praticamente todos os recursos (mesmo assim insuficientes) de captação de informações.

As rádios locais representam assim o acentuar do centro em detrimento da periferia (GUREVITCH e BLUMER, 1982:195). De acordo com os autores, que estudaram a construção dos noticiários eleitorais, o centro de produção significa o local onde os noticiários são construídos e não onde os acontecimentos se produzem. Esta situação é, segundo os autores, uma inversão da verdadeira ordem.

Ou seja, os noticiários das rádios locais são fortemente condicionados pelas opções que são tomadas nas redacções e em função das rotinas que nelas se estabelecem. Sem possibilidade de “enviar” o repórter ao local, a

⁹⁹ - TRAQUINA, Nelson et al, *O Jornalismo Português em Análise de Casos*, Caminho, Lisboa, 2001, p.45.

¹⁰⁰ - MEDITSCH, Eduardo, *A Rádio na Era da Informação*, Minerva, Coimbra, 1999, p. 97.

maior parte dos noticiários são construídos com base nas agências noticiosas e nas fontes institucionais.

Esta dependência face ao centro, explica a quase inexistência de “directos”, de reportagens gravadas e por outro lado o abundante número de informações estilo “agência de notícias”, onde se privilegiam os factos e menos a interpretação ou a opinião de terceiros, como o recurso a comentadores especializados ou até a testemunhas e protagonistas dos acontecimentos.

As notícias que compõem os noticiários são normalmente decorrentes do trabalho de redacção feito por telefone e raramente no local onde o acontecimento foi produzido. A consequência desta situação é o peso bastante significativo de notícias de rotina nos noticiários.

Da mesma forma, o aproveitamento de um dos recursos mais valiosos da rádio, a polifonia, está claramente subaproveitado. A existência dos chamados registos magnéticos¹⁰¹ é pouco significativa e quase sempre é substituída por uma citação lida pelo pivot em discurso indirecto. Com isto o noticiário perde clareza, dinamismo e diversidade. Ganha em descontextualização e fragmentação da realidade, que a ordem fictícia imposta pela construção narrativa de um noticiário não disfarça totalmente.

¹⁰¹ - São excertos gravados e editados de entrevistas feitas pelos jornalistas de rádio aos sujeitos da notícia e que servem para acentuar, explicar ou contextualizar ou simplesmente transmitir a opinião de terceiros sobre uma determinada informação. Hoje são também designados por registos digitais, uma designação que advém da evolução tecnológica, pois já são editados em suporte digital e não analógico.

II. 6. - Análise e interpretação de dados

Neste capítulo são expostos e analisados os dados resultantes do estudo empírico realizado. A interpretação dos valores será feita da seguinte forma. Em primeiro lugar é feita a distinção entre acontecimentos categorizados nos planos Não Local e Local, determinando-se nomeadamente o peso que cada um destes tipos de informações tem para o nosso «corpus» utilizando as variáveis «tempo» e «quantidade».

O segundo ponto deste capítulo diz respeito unicamente aos acontecimentos categorizados no plano Local. A interpretação terá em conta a tematização da informação, a cobertura noticiosa do concelho-sede e a análise dos principais protagonistas das notícias difundidas pelas rádios em estudo.

Por fim, far-se-á uma análise qualitativa do tratamento jornalístico que as emissoras estudadas praticam, tendo como base os resultados quantitativos atrás expostos.

II. 6.1. - Predomínio do Não Local sobre o Local

É notório o forte predomínio nos noticiários do «corpus» das notícias referentes a acontecimentos categorizados como Não Local (que inclui o Nacional e Internacional) quando comparados com as informações classificadas como Local.

As opções editoriais das emissoras estudadas tendem, «grosso modo», a privilegiar o noticiário com interesse/significado para o país ou, pontualmente para o mundo, embora no caso específico deste estudo, os acontecimentos classificados como Internacional decorram de uma situação atípica, já descrita, e que tem a ver com o número anormal de informações referentes aos atentados do dia 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque.

O predomínio do noticiário Não Local sobre o Local verifica-se quando analisadas as notícias com base em duas variáveis: tempo e unidade. Ou seja, com excepção de uma única rádio (a rádio Popular FM), as restantes emitiram mais notícias Não Locais e disponibilizaram mais tempo dos seus blocos informativos para a sua difusão.

Quadro II - Comparação da difusão de notícias Não Local/Local nas quatro rádios (em minutos)

	Tempo total dedicado à informação (mn.)	Tempo total dedicado às notícias do plano Não Local (mn.)	Tempo total dedicado às notícias do plano Local (mn.)	Peso em % da informação Local nos noticiários das rádios
Popular FM	699,41	282,13	417,28	59,66%
Santiago	404,22	316,15	88,07	21,81%
Seixal	274,56	227,22	47,34	17,24%
Voz Almada	248,57	237,09	11,07	4,29%
Total	1626,36	1062,19	563,36	34,64%

A variável «tempo» representa, na informação audiovisual, o espaço simbólico em que a realidade é interpretada e difundida. Esta função é desempenhada pela noção de espaço, no sentido físico do termo, quando falamos da imprensa escrita. Da mesma forma que a importância de uma notícia pode ser medida em função do espaço que ocupa num jornal, o mesmo sucede, em relação ao tempo (duração) no caso dos media audiovisuais e particularmente da rádio.

Ou seja, é em função do tempo disponível para a difusão de informação que as opções editoriais são tomadas e por isso é natural que quem tome essas opções o faça em função da importância que dá a cada notícia. Por esta razão, a variável «tempo» representa a importância, em proporção, que determinada informação assume para uma rádio. A lógica obedece ao princípio de que «quanto mais tempo dura uma notícia, mais importante ela se assume aos olhos do corpo redactorial».

O quadro II compara o tempo dedicado à edição de notícias categorizadas como Não Local e as emitidas e classificadas como Local. A análise dos valores permite concluir acerca da preferência editorial das rádios locais quanto à emissão de notícias Não Locais (Internacionais e Nacionais) relativamente às notícias do plano Local.

Tal como mostra o mesmo quadro, com excepção da Rádio Popular FM, todas as outras emissoras estudadas disponibilizaram mais tempo para a emissão de notícias categorizadas como Não Local do que para as de âmbito Local, apesar de estarmos perante emissoras locais.

A Santiago FM ocupou apenas 21,81% do seu espaço temporal informativo com notícias dedicadas à região onde está inserida. A Seixal FM

17,24% e a Voz de Almada somente 4,29%. Só as opções da Rádio Popular privilegiaram a informação local em detrimento dos acontecimentos Nacionais e Internacionais, representado 59,66% do total do tempo utilizado para informar e mesmo assim em virtude da mudança editorial verificada a partir de Janeiro de 2002, quando a coordenação editorial da estação decidiu emitir nos seus noticiários mais acontecimentos referentes a acontecimentos locais.

Pretendemos estabelecer uma comparação entre o «corpus» estudado e três rádios do distrito de Setúbal, mas mais afastadas de Lisboa e como tal verificar se a influência da proximidade com a capital e uma maior concorrência entre estações de rádio, seria ou não determinante para as opções editoriais das redacções.

Com esse objectivo foi feito um contacto telefónico com as Rádios Sines, Grândola, Miróbriga (Santiago do Cacém) e Mirasado (Alcácer do Sal). Desta última não obtivemos qualquer resposta. Nas restantes verificou-se que, segundo dados disponibilizados pelos respectivos coordenadores de informação, o peso do noticiário local é semelhante ao do Não Local.

As emissoras de Sines e Grândola referiram que a percentagem de informação local difundidas nos seus noticiários é de 50%, enquanto que a Rádio Miróbriga emitirá cerca de 60 por cento de notícias enquadráveis no Plano Local.

Estes resultados não foram, contudo, confirmados neste estudo com a respectiva audição dos noticiários, mas dão-nos pistas sobre uma eventual prioridade editorial dada pelas rádios mais afastadas de Lisboa aos acontecimentos locais. Aliás, o nosso «corpus» também poderá reforçar esta ideia, uma vez que são as rádios mais próximas de Lisboa aquelas que menos notícias de âmbito local difundem.

Quadro III - Edição de notícias por planos em cada uma das quatro rádios locais (por unidade)

	Popular	%	Santiago	%	Seixal	%	Voz Almada	%	Total	%
Nacional	163	26,50	335	57,46	216	67,71	351	78,88	1065	54,28
Internacional	111	18,05	95	16,29	32	10,03	50	11,24	288	14,68
Local	329	53,49	135	23,16	41	12,85	20	4,49	525	26,75
Local Lisboa	12	1,96	18	3,09	30	9,41	24	5,39	84	4,29

	Popular	%	Santiago	%	Seixal	%	Voz Almada	%	Total	%
Total Notícias analisadas	615	100,00	583	100,00	319	100,00	445	100,00	1962	100,00

Depois de analisada a emissão de notícias quanto à variável «tempo», importa fazer o mesmo quanto à edição de notícias, por planos (Não Local e Local), em termos absolutos, ou seja por unidade.

O cruzamento de ambas as variáveis permite desde logo chegar a conclusões semelhantes e que apontam para o decréscimo de importância que as notícias locais assumem para as rádios locais. Tal como se verificou em relação à variável «tempo», apenas para a Rádio Popular, os acontecimentos locais aparecem em maior número relativamente aos nacionais e internacionais.

Os dados comparativos dos dois períodos de análise permitem-nos concluir, utilizando a variável quantidade, a diferença de tratamento da Rádio Popular em relação aos acontecimentos locais. Nos meses de Outubro e Novembro, as notícias classificadas neste estudo como locais representavam apenas 43,72% do total das notícias emitidas naquele período. Em Janeiro e Fevereiro as notícias referentes a acontecimentos locais representaram 62,5%, uma situação que se ficou a dever à mudança editorial já referida neste estudo.

Daqui resultando uma percentagem de 53,49% na totalidade dos dois períodos de análise e que é visível no quadro III.

Valores que estão muito longe dos verificados nas restantes emissoras locais estudadas. A Rádio Santiago (23,15%), a Seixal FM (12,85%) e a Voz de Almada (4,49%) têm linhas editoriais muito mais viradas para os acontecimentos nacionais, relegando para segundo plano as informações que dizem respeito directa ou indirectamente à Península de Setúbal, onde estão sediadas.

O quadro III mostra-nos também a quantidade de informações emitidas pelas rádios referentes a acontecimentos de abrangência meramente local, mas com interesse/significado para o distrito de Lisboa e não para o de Setúbal, onde todas as emissoras, alvo deste estudo possuem o seu alvará de emissão, estão, nesta investigação, designadas como "Local Lisboa".

A Voz de Almada é quem regista valores percentuais mais elevados em relação à emissão de notícias do distrito de Lisboa (5,39%), acima das notícias referentes à sua área de implantação. A Seixal FM atinge, em relação à mesma categoria, 9,40%. A Santiago (3,08%) e a Popular FM (1,95%) possuem valores residuais nesta matéria. A este assunto voltaremos quando se abordar a questão dos acontecimentos locais e aí será amplamente desenvolvido.

Os acontecimentos decorrentes do dia 11 de Setembro de 2001 acabaram por criar uma situação atípica nos media em geral e que afectou também as rádios locais. O significado do acontecimento conduziu a um elevado número de informações categorizadas como Internacional, uma situação que se constata ser anormal, através da análise do segundo período deste estudo, quando o acontecimento 11 de Setembro deixou de estar na agenda dos media.

Com efeito, os valores apresentados no quadro III respeitantes aos acontecimentos internacionais dizem todos respeito ao noticiário consequente dos ataques às “torres gémeas” e como tal foi, na sua maioria, produzido no primeiro período de análise deste estudo (Outubro e Novembro).

A título comparativo, refira-se que a rádio Voz de Almada incluiu nos seus noticiários de Outubro e Novembro 21,75% de notícias internacionais. Em Janeiro e Fevereiro os valores baixaram para 2,57%.

Se analisarmos o peso das notícias categorizadas como Internacional em cada um dos períodos de estudo verifica-se que dos 34,50% registados em Outubro/Novembro passou-se para 5,37% em Janeiro e Fevereiro.

Esta discrepância de valores justifica-se pela atenção dada pelas rádios locais às informações decorrentes dos acontecimentos de 11 de Setembro. O quadro III mostra que o peso de notícias do Internacional se situa nos 14,67%, atrás das informações categorizadas como Nacional e Local.

As rádios locais ocuparam assim grande parte dos seus noticiários com informações relativas, primeiro à possibilidade de ataques dos Estados Unidos ao Afeganistão, depois ao decorrer desses ataques e à incerteza quanto à localização de Bin Laden. Tratava-se de informações sintéticas e com constantes actualizações ao longo dia, na sua maioria disponibilizadas pelas agências noticiosas.

Em nenhuma notícia se notou a preocupação de tratar a informação como uma “estória” aprofundando-a ou tratando-a na redacção. Contudo, estas notícias representam o tema principal do primeiro período de análise.

Em Janeiro/Fevereiro as informações categorizadas como Nacional predominam em três das rádios estudadas. A excepção é a Rádio Popular FM. Um cenário que se verifica quando se analisam os resultados globais, conforme mostra o quadro III.

Se no primeiro período de análise predominou o tema 11 de Setembro, é menos óbvia a existência de um tema dominante no segundo período de análise do estudo. De qualquer forma, emergem dois temas principais: o início das sessões do julgamento de Vale e Azevedo, e a dissolução da Assembleia da República, ambas do plano Nacional.

A tendência outrora para a difusão de acontecimentos locais nos noticiários das rádios locais parece estar a perder-se. A análise dos dados do quadro III faz-nos crer que as emissoras locais perdem progressivamente o discurso alternativo que possuíam durante a “pirataria” e nos primeiros anos da legalização, aproximando-se cada vez mais da agenda dos media nacionais e dos discursos padronizados.

Tratar-se-á afinal de uma tendência europeia, conforma constata Eduardo Meditsch (1999). “As notícias internacionais recebem um grande destaque no jornalismo europeu, enquanto tendem cada vez mais a ser desprezadas pela doutrina americana do imediatismo. A proporção de notícias internacionais em relação à locais em Portugal era exactamente inversa à utilizada no Brasil. Em contagem realizada em um dia de programação da TSF de Lisboa, registamos 17% de notícias locais, 39% de nacionais e 44% de internacionais”. (MEDITSCH, 1999:128).

Mas se esta tendência europeia se verifica também nas rádios locais, não é menos verdade que contraria os fundamentos de um jornalismo de proximidade, tantas vezes advogado pelos percursores das rádios locais em Portugal. Numa conclusão prematura perde-se a pluralidade do discurso mediático.

No que diz respeito às emissoras locais analisadas estamos em crer que três factores têm uma influência directa sobre a opção editorial de não privilegiar os acontecimentos locais nos noticiários.

Em primeiro lugar a dependência do serviço da agência de notícias Lusa que naturalmente disponibiliza muito mais informações categorizadas como Nacional e Internacional do que Local. Se é verdade que as rádios locais beneficiaram em quantidade de informação com este serviço, o facto de se limitarem a difundir os telex sem o devido tratamento para rádio (gravação de declarações das partes envolvidas ou a sua utilização como ponto de partida para uma reportagem) transformou a diversidade do discurso de outrora na sua uniformização, gerando um “jornalismo de anúncios”, no qual se privilegiam factos e menos os protagonistas dos acontecimentos.

Em segundo lugar, as limitações das redacções quer em material móvel (carros de exteriores) quer em jornalistas, impossibilitam a procura de informação própria.

Por fim, a opção de quase todas as emissoras estudadas em emitirem noticiários de hora a hora, exigindo naturalmente um maior fluxo informativo, quase impossível de obter unicamente a partir de fontes locais, pela própria disponibilidade de matéria “local” ser insuficiente para o “hora a hora”.

Quadro IV - Cobertura de acontecimentos Não Locais (Nacional/Internacional) por temas

	Popular	%	Santiago	%	Seixal	%	Voz Almada	%	Total	%
Ambiente	6	2,18	11	2,55	2	0,80	6	1,49	25	1,84
Cultura	0	0,00	2	0,46	1	0,40	15	3,74	18	1,33
Ciência	0	0,00	4	0,93	0	0,00	0	0,00	4	0,29
Desporto	58	21,16	118	27,44	76	30,64	109	27,18	361	26,68
Economia	16	5,83	41	9,53	29	11,69	50	12,46	136	10,05
Educação	0	0,00	2	0,46	1	0,40	11	2,74	14	1,03
Política	8	2,91	33	7,67	15	6,04	16	3,99	72	5,32
Sociedade	74	27,00	118	27,44	91	36,69	143	35,66	426	31,48
Infor. Úteis	1	0,36	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,07
Europa	0	0,00	6	1,39	1	0,40	1	0,24	8	0,59
Internacional	111	40,51	95	22,09	32	12,90	50	12,46	288	21,28
Total	274	100,00	430	100,00	248	100,00	401	100,00	1353	100,00

As informações do plano Não Local categorizadas como Sociedade, pela diversidade de sub-temas que supõe (tribunais, acidentes, acessibilidades, religião etc) é aquela que regista a maior percentagem de notícias emitidas pelas quatro rádios locais (31,48%).

Um cenário também verificado individualmente em cada uma das rádios estudadas, (com excepção da Popular FM, onde os acontecimentos do

Internacional representam 40,51%) como é possível observar através do quadro IV.

Curioso é notar a importância que os temas de Nacional/desporto assumem para as emissoras locais estudadas, com valores percentuais globais superiores a temas como o Internacional (21,28%), apesar da influência dos acontecimentos do 11 de Setembro verificada na agenda dos media, e a Nacional/economia (10,05%) onde se destaca a entrada em circulação do Euro que aconteceu em Janeiro de 2002.

As notícias classificadas como Nacional/desporto representam na globalidade das quatro estações analisadas 26,68% das informações categorizadas como Não Local. A explicação para este facto prende-se, por um lado pelo interesse geral deste tipo de informações, na sua grande maioria respeitantes ao futebol. Com efeito, as rádios locais passaram a acompanhar com regularidade a vida dos principais clubes de futebol nacionais, ainda que o façam via agência Lusa.

Por outro lado, não deve ser esquecida a mediatização feita em torno do julgamento do ex-presidente do Benfica João Vale e Azevedo, a que as rádios locais não fugiram. Antes pelo contrário, o tema é referido em quase todos os noticiários de Janeiro e Fevereiro e com constantes actualizações ao longo do dia, em função, mais uma vez, do ritmo com que as agências de informação disponibilizavam as informações.

O acompanhamento exaustivo da actualidade desportiva nacional (leia-se futebol) significa, uma vez mais as cedências que as emissoras locais fizeram à uniformização do discurso informativo.

O caso da rádio Voz de Almada é disso exemplo. Não emitiu, durante este estudo, qualquer notícia classificada como Local/desporto, mas as informações de desporto nacional representam a segunda maior categoria temática presente nos seus noticiários, o que reforça a tendência verificada nesta rádio para uma cobertura dos acontecimentos nacionais e menos dos locais.

II. 6.2. - Os acontecimentos locais

Neste ponto é analisada a emissão de notícias referentes a acontecimentos locais, quanto à sua categorização temática, cobertura do concelho-sede, discurso produzido e principais assuntos abordados.

Consideram-se notícias locais aquelas que têm um interesse/significado directo ou indirecto para o Distrito de Setúbal. Excluem-se, pois as notícias de âmbito local de outras regiões do país, mesmo que sejam de cobertura da emissora em causa, como é o caso das informações relativas a acontecimentos locais dos concelhos de Lisboa, Cascais, Amadora ou Sintra, zonas que merecem, especialmente por parte das rádios Voz de Almada e Seixal FM algum destaque.

Procedeu-se ainda a uma classificação temática das notícias emitidas e classificadas no plano Local, como demonstra a coluna mais à esquerda do quadro VI.

Ou seja, as notícias aqui entendidas como Locais, foram subdivididas por categorias temáticas. Temos por isso notícias sobre ambiente local, política local ou economia local. Encontramos ainda informações categorizadas como Local/local. Dizem estas respeito a todas as informações categorizadas no plano local (distrito de Setúbal) e cujo interesse/significado não vai além do concelho ou freguesia onde ocorreram. Como exemplo, a apresentação de um plano de ordenamento do estacionamento em Alfirim, Sesimbra. (Rádio Santiago, 2 de Novembro de 2001)

Com base na classificação atrás proposta, o estudo dos noticiários das rádios locais, permite concluir que só raramente, os acontecimentos locais representam mais de metade da duração total dos noticiários.

Acontece com a Popular FM no segundo período de análise e na globalidade, embora seja conveniente salientar que tal supremacia decorre da estratégia da emissora em dar maior destaque ao noticiário local a partir de Janeiro de 2002.

Pelo contrário, é a Rádio Voz de Almada quem menor tempo dedica aos acontecimentos locais, representando apenas 4,60% do tempo total dos noticiários. Valores que confirmam a tendência cada vez mais acentuada das

rádios locais emitirem notícias nacionais em vez daquelas que directamente estão relacionadas com a sua área de influência.

Quadro V – Duração dos acontecimentos locais nos noticiários (em percentagem)

	1º período (%)	2º período (%)	Total (%)
Popular	39,26	79,88	59,66
Santiago	34,80	18,98	21,89
Seixal	25,61	8,21	17,24
Voz Almada	6,41	3,32	4,29
Total	32,66	27,60	34,64

Uma análise mais detalhada dos dados permite constatar que as rádios locais estudadas apenas pontualmente dedicam mais tempo à difusão dos acontecimentos locais em detrimento dos nacionais ou internacionais.

As notícias categorizados no plano Local têm maior peso nos noticiários da Rádio Popular FM, o que só não acontece em quatro dias. Muito diferentes são os valores alcançados pelas restantes emissoras: a Santiago FM obtém 46,66% no dia 23 de Janeiro e a Seixal nunca passa dos 36,93% no dia 9 de Outubro.

A rádio Voz de Almada nunca passa dos 14,6 %, o que acontece apenas no dia 1 de Outubro de 2001, altura em que o início das carreiras fluviais entre o Seixal, Barreiro e Parque das Nações, em Lisboa, foi a principal notícia daquela emissora. Nos dias 2 de Novembro de 2001, 7 e 23 de Janeiro de 2002, a rádio Voz de Almada não emitiu qualquer notícia local.

Os noticiários daquela emissora são constituídos na sua maioria por temas de interesse Nacional e Internacional. É também de destacar o número de notícias de acontecimentos locais do distrito de Lisboa, especialmente dos concelhos de Cascais, Sintra e Lisboa.

Na totalidade do «corpus» a duração dos acontecimentos locais nos noticiários significa 34,64% do tempo disponibilizado para a emissão de noticiários.

Quadro VI - Tematização do conteúdo informativo local

	Popular	%	Santiago	%	Seixal	%	Voz Almada	%	Total	%
Local/Ambiente	3	0,91	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	0,58
Local/Cultura	33	10,03	11	8,14	10	24,39	3	15,00	57	10,85
Local/Desporto	51	15,50	24	17,77	3	7,32	0	0,00	78	14,85
Local/Economia	10	3,04	5	3,71	0	0,00	0	0,00	15	2,86
Local/Local	100	30,39	61	45,18	15	36,58	9	45,00	185	35,23
Local/Política	61	18,54	26	19,26	4	9,76	1	5,00	92	17,53
Local/Sociedade	51	15,50	8	5,93	9	21,95	7	35,00	75	14,28
Informações Úteis	6	1,83	0	0,00	0	0,00	0	0,00	6	1,15
Temas adaptados de outros planos	14	4,26	0	0,00	0	0,00	0	0,00	14	2,67
Total	329	100,00	135	100,00	41	100,00	20	100,00	525	100,00

As informações classificadas como Local/local representam a maior fatia na globalidade das informações categorizadas no plano Local. Isso acontece com todas as rádios estudadas, podendo isso querer significar que as opções editoriais vão ao encontro dos acontecimentos produzidos numa determinada comunidade e por isso com maior relevância para esta.

As informações com interesse/significado mais alargado, ainda que no plano Local, estão representadas na Sociedade. Distinguem-se das Local/local por terem uma relação de interesse/significado para todo o distrito de Setúbal. É o exemplo das várias manifestações contra os testes de queima de resíduos na cimenteira do Outão, em Setúbal. Embora tenham uma localização específica, por isso situam-se no plano Local, têm um interesse/ significado que ultrapassa aqueles limites geográficos. Neste estudo, as informações classificadas em Local/sociedade representam 14,28% das notícias locais emitidas pelas quatro estações.

As notícias categorizadas como Local/política significam, em termos globais, o segundo grupo temático das informações emitidas pelas emissoras locais com 17,52%. Estes valores podem ser explicados pelo facto deste estudo ter sido realizado em momentos de pré-campanha eleitoral. Primeiro para as eleições autárquicas de Dezembro de 2001 e depois para as Legislativas de Março de 2002.

As rádios Popular FM (18,54%) e Santiago FM (19,25%) são as que mais informações de política local emitiram, sendo que quando se fala em política local, estamos de facto a falar de notícias de apresentação de listas de candidatos a eleições, intervenção de candidatos ou tomadas de posse de

presidentes de câmara (os noticiários de 7 de Janeiro de 2002 foram férteis neste tipo de notícias, em todas as emissoras estudadas)

As notícias de Local/desporto assumem igualmente um papel preponderante nos alinhamentos das rádios locais estudadas. Com excepção da Voz de Almada, que não emitiu qualquer notícia de desporto local, as restantes emissoras fazem deste tema um dos principais no plano local. A Popular FM regista 15,50%, a Santiago FM 17,77% e a Seixal FM 7,31% do total das notícias locais. Estes valores mostram como o desporto e particularmente a actividade dos clubes de futebol locais continuam a ser uma verdadeira aposta para as rádios locais, conscientes da alternativa que podem constituir neste domínio, face às rádios nacionais.

A comprová-lo está também o facto de todas as rádios estudadas fazerem relatos de futebol e de terem regularmente programas inteiramente dedicados ao desporto local.

As notícias de Local/desporto são sobretudo acerca dos resultados das equipas de futebol nos campeonatos onde participam. Curiosamente é no tratamento destas informações que as rádios locais apresentam maior profundidade. Normalmente são ouvidos, com recurso a gravação de declarações, os treinadores e/ou jogadores de ambas as equipas e por vezes os dirigentes.

Isto acontece pelo conjunto de meios que as emissoras colocam ao dispor da cobertura de eventos desportivos, já que durante os jogos de futebol, para além do relator do jogo é também destacado um repórter o que permite o aproveitamento da reportagem para os noticiários regulares da emissora.

O desporto local parece ser assim um dos temas mais aprofundados pelas rádios locais em termos informativos, que para além do acompanhamento já descrito, também noticiam com frequência a agenda desportiva para o fim de semana, contribuindo desta forma para a aproximação às comunidades locais, sabendo-se da popularidade que este tipo de informações possui.

Quadro VII - Valores comparativos de emissão de notícias Não Locais e Locais, por temas, nas quatro rádios

	Popular	%	Santiago	%	Seixal	%	Voz Almada	%	Total	%
Local/Ambiente	3	0,49	0	0	0	0,00	0	0,00	3	0,15
Local/Cultura	33	5,37	11	1,89	10	3,14	3	0,67	57	2,91
Local/Desporto	51	8,29	24	4,12	3	0,94	0	0,00	78	3,98
Local/Economia	10	1,63	5	0,86	0	0,00	0	0,00	15	0,76
Local/Local	100	16,26	61	10,46	15	4,70	9	2,02	185	9,43
Local/Política	61	9,92	26	4,46	4	1,26	1	0,23	92	4,69
Local/Sociedade	51	8,29	8	1,37	9	2,82	7	1,57	75	3,82
Local/Inf. Úteis	6	0,98	0	0,00	0	0,00	0	0,00	6	0,31
Local/Adaptado	14	2,28	0	0,00	0	0,00	0	0,00	14	0,71
Local LX	12	1,95	18	3,09	30	9,40	24	5,39	84	4,28
Ambiente	6	0,98	11	1,89	2	0,63	6	1,35	25	1,27
Cultura	0	0,00	2	0,34	1	0,31	15	3,37	18	0,92
Desporto	58	9,43	118	20,24	76	23,82	109	24,49	361	18,40
Economia	16	2,60	41	7,03	29	9,09	50	11,24	136	6,93
Europa	0	0,00	6	1,03	1	0,31	1	0,23	8	0,41
Educação	0	0,00	2	0,34	1	0,31	11	2,47	14	0,72
Política	8	1,30	33	5,66	15	4,70	16	3,60	72	3,67
Sociedade	74	12,03	118	20,24	91	28,53	143	32,13	426	21,71
Informações Úteis	1	0,16	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,05
Ciência	0	0,00	4	0,69	0	0,00	0	0,00	4	0,20
Internacional	111	18,05	95	16,3	32	10,04	50	11,24	288	14,68
Total	615	100,00	583	100,00	319	100,00	445	100,00	1962	100,00

A interpretação do quadro VII reforça a ideia que tem vindo a ganhar forma ao longo deste estudo: o decréscimo de importância da informação local para as rádios locais, em favor das notícias de interesse/significado nacional.

Uma análise comparativa permite concluir que nas rádios locais analisadas, os temas de Nacional/sociedade (21,70%) são prioritários em relação aos de Local/sociedade (3,82%). O mesmo acontece em relação ao Nacional/desporto (18,4%) quando comparado com o Local/desporto (3,98%).

O cenário é semelhante se analisados os valores em cada uma das rádios estudadas. Verificamos que apenas na Popular FM os temas categorizados como Local/local entram nas três primeiras posições na hierarquização da informação, à frente do Nacional/sociedade (12,00%) e atrás do Internacional (18,00%), embora seja importante referir a situação atípica já descrita anteriormente e que decorre dos atentados do 11 de Setembro em Nova Iorque.

É aliás, esse factor que intervém também nos dados das restantes emissoras locais onde os temas de Internacional estão sempre na terceira posição nas opções editoriais para os noticiários.

A informação categorizada como Nacional/sociedade é a mais difundida pelas rádios Voz de Almada, Santiago FM e Seixal FM, seguindo-se o desporto nacional.

Nestas rádios, as categorias temáticas inseridas no plano Local só aparecem na 6ª posição, no caso da Santiago (Local/política, 4,46%), no 7ª lugar, caso da Seixal FM (Local/local, 4,7%) e na 9ª na Voz de Almada (Local/local, 2,02%).

II. 6.3. - Cobertura noticiosa do concelho sede

Quadro VIII - Percentagem de notícias emitidas por cada rádio referentes ao concelho sede

Rádio	Concelho Sede	% em relação ao total de notícias Locais emitidas pela rádio	% em relação ao total de notícias emitidas pela rádio
Popular FM	Palmela	21,00 %	11,20 %
Santiago	Sesimbra	60,00 %	3,09 %
Seixal FM	Seixal	48,80 %	6,27 %
Voz de Almada	Almada	20,00 %	0,89 %

O estudo tem demonstrado como as rádios locais se têm afastado das comunidades em que se inserem, através das opções editoriais que os jornalistas fazem para os seus noticiários, privilegiando temas de interesse/significado Nacional ou Internacional, adoptando uma lógica contrária ao chamado jornalismo de proximidade.

A análise aos valores apresentados no quadro VIII permite-nos verificar, enquanto valor-notícia a importância que o concelho-sede representa para as rádios locais.

A segunda coluna de valores mostra a percentagem de notícias emitidas por cada rádio local sobre acontecimentos ocorridos ou com interesse/significado directo para o concelho sede, tendo como referência a totalidade das notícias emitidas por cada uma das rádios. Chega-se assim à conclusão acerca do peso que os acontecimentos ocorridos ou com

interesse/significado para o concelho sede representa para cada emissora estudada.

A primeira coluna mostra, por outro lado, a percentagem de notícias emitidas referentes ao concelho sede tendo como base a totalidade de informações categorizadas como Local.

Com excepção da Voz de Almada, que emitiu mais notícias da capital de distrito, Setúbal (30%) e menos de Almada (20%), as restantes emissoras optam normalmente por privilegiar as informações relativas ao concelho sede, quando comparadas com os outros concelhos do distrito.

Embora as percentagens decresçam quando as opções editoriais incluem para além dos acontecimentos Locais, também os Nacionais e Internacionais, (segunda coluna de valores do quadro VIII) constata-se que o concelho sede tem alguma relevância para as rádios Seixal e Popular FM, mas sofre profundas alterações na rádio Santiago (3,09%) e na Voz de Almada, onde a percentagem de notícias referentes ao concelho onde está instalada não chega a um valor percentual.

A confirmar o reposicionamento do conceito de Local para as rádios locais estão os valores obtidos pelas rádios Voz de Almada e Seixal FM quanto à cobertura de acontecimentos locais de concelhos do distrito de Lisboa, onde estas emissoras têm boas condições de receptividade.

5,39% das notícias emitidas pela Voz de Almada diziam respeito àquela zona do país, ultrapassando mesmo os valores obtidos em relação ao concelho sede. A mesma situação verifica-se com a Seixal FM, onde 9,40% das notícias têm um interesse/significado directo em concelhos como Cascais, Sintra e Lisboa, como se verificou da análise do quadro III.

Embora este estudo não permita estabelecer uma relação directa entre níveis de audiência e opções editoriais, a constatação do facto de serem precisamente as emissoras mais próximas de Lisboa aquelas que emitem mais notícias referentes a acontecimentos com interesse/significado para os concelhos da margem norte do Tejo faz-nos supor acerca da importância das audiências nas opções editoriais das rádios locais, conduzindo-as a uma tendência para a escolha de acontecimentos, não em função da sua proximidade, mas sim das potencialidades do seu mercado publicitário.

Quadro IX - Percentagem de noticiários que abrem com notícias referentes ao concelho sede

Rádio	Concelho Sede	Noticiários que abrem com notícias do concelho sede	Valores percentuais
Popular FM	Palmela	19	16,10 %
Santiago	Sesimbra	47	55,95 %
Seixal FM	Seixal	1	1,49 %
Voz de Almada	Almada	1	0,84 %
Total		68	74,38 %

O tratamento diferenciado que as rádios alvo deste estudo dão às notícias referentes a acontecimentos ocorridos no concelho sede pode ser confirmado através do quadro IX que mostra o número de noticiários cuja abertura é feita com informações de interesse/significado directo para os concelhos onde as emissoras estão sediadas.

Para as rádios Popular FM e Santiago FM o valor notícia proximidade ganha aqui grande importância, já que respectivamente 16,10 % e 55,95% dos noticiários destas rádios abrem com notícias referentes a Palmela e Sesimbra. Pelo contrário, as emissoras mais próximas de Lisboa privilegiam as notícias da margem norte do Tejo para abrir os seus noticiários. As informações referentes aos concelhos sede da Voz de Almada e Seixal FM apenas abrem um noticiário em cada uma destas rádios, representando respectivamente 0,84% e 1,49% das aberturas de noticiários.

II. 6.4. - A polifonia: um recurso subaproveitado

A possibilidade que a rádio tem de emitir uma multiplicidade de vozes é um dos recursos mais ricos ao dispor daquele meio de comunicação e representa muito mais que um simples valor estético.

O registo magnético (ou registo digital), tal como é conhecido no meio do jornalismo radiofónico, significa a emissão de um excerto de uma conversa, tida previamente e que sofre um tratamento editorial de forma a ser incluído numa peça jornalística contendo as declarações mais relevantes para as informações em causa.

Tem a vantagem relativamente à citação escrita de se poder ouvir a voz e como tal ser carregado de mais informação que o próprio som transmitido

implica. É mais fácil à rádio transmitir informação sobre o estado de espírito de um interlocutor, se emitir a sua voz.

Por outro lado, segundo a perspectiva de Bakhtine¹⁰² “o jornalismo será um género entre os discursos secundários (ideológicos) que circulam em comunidades culturais organizadas (artísticas, científicas, sociopolíticas), mais complexos que os discursos primários ligados a experiências concretas, cujas características absorvem e assimilam”.

Para a rádio e especificamente para as rádios locais, a edição de som e a sua inclusão nos noticiários, significa a abertura da sua antena à comunidade envolvente e também a possibilidade de expressão por parte dos agentes daquele grupo de indivíduos através de um meio de comunicação social.

Uma das principais inovações que as rádios locais trouxeram, como se viu na primeira parte deste estudo, foi a abertura dos seus microfones à comunidade envolvente. O que se verifica, contudo é que as rádios locais de hoje desaproveitam em boa parte este recurso, fechando-se sobre si mesmas e perdendo-se a boa dose de interacção com a comunidade que as caracterizou no passado.

Quadro X - Percentagem de notícias locais com emissão da gravação do interlocutor

	Popular	%	Santiago	%	Seixal	%	Voz Almada	%	Total	%
Autarcas	21	15,91	3	18,75	1	7,70	1	50,00	26	15,95
Artistas locais	5	3,79	0	0,00	2	15,38	0	0,00	7	4,29
Artistas Nacionais	0	0,00	0	0,00	1	7,70	1	50,00	2	1,23
Associações locais	12	9,09	2	12,50	1	7,70	0	0,00	15	9,20
Associações Reivindicativas	6	4,55	0	0,00	0	0,00	0	0,00	6	3,68
Bombeiros	0	0,00	0	0,00	2	15,38	0	0,00	2	1,23
Candidatos Políticos	26	19,70	0	0,00	0	0,00	0	0,00	26	15,95
Desportistas Locais	25	18,94	3	18,75	0	0,00	0	0,00	28	17,18
Desportistas Nacionais	2	1,52	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	1,23
Dirigentes Desportivos	2	1,52	1	6,25	0	0,00	0	0,00	3	1,84
Empresários locais	1	0,76	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,61
Escritores Locais	1	0,76	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,61
Forças de Segurança	0	0,00	0	0,00	2	15,38	0	0,00	2	1,23
Governantes	3	2,27	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	1,85
Organização Eventos	15	11,36	0	0,00	2	15,38	0	0,00	17	10,43
Peritos	1	0,76	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,61
Políticos (Não autarcas)	1	0,76	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,61

¹⁰² - Citado por PONTE, Cristina, in TRAQUINA, Nelson et al., *O jornalismo Português em Análise de Casos, Caminho*, Lisboa, 2001, p.268.

	Popular	%	Santiago	%	Seixal	%	Voz Almada	%	Total	%
Populares	0	0,00	7	43,75	0	0,00	0	0,00	7	4,30
Religiosos	1	0,76	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,61
Sindicalistas	10	7,58	0	0,00	2	15,38	0	0,00	12	7,36
Total	132	100,00	16	100,00	13	100,00	2	100,00	163	100,00

Estamos pois perante um jornalismo pobre quanto à diversidade de discursos e que nos coloca dúvidas acerca do papel das rádios locais enquanto entidades representativas dos discursos dos grupos e indivíduos constituintes das comunidades onde se inserem.

Esta situação induz a um subaproveitamento das potencialidades do jornalismo radiofónico e por outro lado do próprio jornalismo audiovisual que por necessitar de gravações ou imagens (no caso da televisão) utiliza menos as informações veiculadas através das agências noticiosas (VILLAFANE et al., 1987:64).

Estas são normalmente o ponto de partida para um tratamento mais alargado e profundo do tema que em regra inclui declarações gravadas de vários intervenientes, não é, como se constatará a prática no «corpus» deste trabalho.

As rádios locais emitiram 163 notícias com recurso a registo magnético, todas elas categorizadas no plano Local, representando 31% da totalidade das informações locais emitidas.

Um valor extremamente baixo e que reforça a ideia de um jornalismo dependente das agências noticiosas e das fontes institucionais, na medida em que o contraditório raramente existe, optando-se em regra pela divulgação de um press-release ou de um comunicado de imprensa.

O quadro X analisa em pormenor quais os interlocutores privilegiados nas notícias. Estes foram englobados quanto à função com que prestam declarações e contabilizadas as vezes que as suas declarações foram inseridas no tratamento das notícias.

Pretendeu-se com esta análise avaliar qual ou quais as categorias/grupos de interlocutores de uma comunidade que são chamados a produzir o seu ponto de vista sobre determinado acontecimento.

Verificou-se que em todos os casos os interlocutores são intervenientes directos nos acontecimentos. O candidato político, que apresenta a lista às

eleições, ou o treinador da equipa que jogou naquele fim de semana. As rádios locais não recorreram em caso algum, no período em que decorreu este estudo, a comentadores ou a peritos para explicar determinados acontecimentos.

A análise do quadro X sublinha as teorias já antes demonstradas por outros autores do fascínio dos jornalistas pelo poder que decorre em boa parte devido à sua convivência diária com os poderosos. À escala local, nota-se por isso o recurso frequente ao discurso produzido pelos autarcas e candidatos políticos que juntos representam 32%. A categoria cujo discurso é mais ouvido nas rádios locais estudadas é contudo a dos desportistas locais (17,2%).

Num estudo elaborado por Villafañe, Bustamante e Prado (1987) acerca das rotinas produtivas em rádio e televisão, constata-se que as rádios RNE e Cadena SER e as televisões TVE e TV1 privilegiam na sua informação as notícias cuja fonte é governamental, representando 44,8% do total das notícias emitidas nos quatro media analisados.

Também Meditsch constata que as redes de captação de informações criadas pelos media noticiosos privilegiam as fontes institucionais. O autor encontra nesse facto razões de ordem pragmática, embora não coloque de parte o fascínio pelo poder tendo em conta a proximidade entre jornalistas e poderosos.

“O Estado, por suas funções de serviço público, sustenta uma imensa estrutura de recolha de informações sobre a sociedade, que são fornecidas aos órgãos de comunicação gratuitamente. Os governantes e funcionários dirigentes têm interesse em fornecê-las, obtendo assim publicidade, também gratuita, para figurarem no jogo político” (MEDITSCH, 1999:98).

A ideia de cão de guarda, metáfora atribuída ao jornalismo entendido como vigilante dos poderes públicos, pode também explicar o facto dos jornalistas privilegiarem as informações vindas de fontes do poder.

Naturalmente que esta prática tem consequências na percepção que os media noticiosos nos dão do mundo. “Em consequência, dois terços da população brasileira e o que com eles ocorre não são considerados notícia, a não ser eventualmente quando afectam a vida da elite de maneira mais imediata” (MEDITSCH, 1999:129).

A mesma ideia é partilhada por Nelson Traquina quando se refere a dados de 1988 do Sindicato dos Jornalistas segundo os quais 72 por cento dos jornalistas portugueses exerciam a sua actividade em Lisboa, o que quer dizer que o resto do país só é notícia quando ocorre desordem, utilizando uma expressão de Herbert Gans (TRAQUINA et al., 2001:61).

Marilyn Lester e Harvey Molotch (1993) defendem que os media noticiosos ao sustentarem esta prática de preferência pelo poder, mantêm o status ao divulgarem o discurso dos poderosos. A realidade nos media é construída a partir daquele discurso que resulta do acesso mais ou menos facilitado que determinados indivíduos ou grupos têm aos media.

No caso das emissoras locais, o recurso privilegiado aos autarcas, aos desportistas locais e aos candidatos políticos resulta também desse acesso facilitado aos media.

Qualquer uma destas categorias podem ser inseridas naquilo que os autores citados designam como “acesso habitual”, ou seja quando as actividades de um grupo ou de um indivíduo isolado coincidem com a actividade jornalística (MOLOTOCH et MARILYN, 1993).

Isso é particularmente verificável no caso dos candidatos políticos, que por se encontrarem em período eleitoral, têm uma produção de actividades susceptíveis de captar a atenção dos media muito acentuada e como tal estão em regra mais disponíveis para “falarem” aos jornalistas.

A facilidade de acesso às fontes camarárias por um lado, o desejo de publicidade gratuita por parte daquelas entidades consubstanciada na panóplia de informações diariamente veiculadas para as redacções, ajudam a explicar os números revelados por este estudo.

Por outro lado, os jornalistas das rádios locais vêem as câmaras municipais como a instituição com maior influência na vida pública de uma comunidade.

Eduardo Meditsch aponta razões de ordem prática para o frequente recurso dos jornalistas às fontes dos “poderosos” e que se prendem com o facto dessas instituições desempenharem funções que implicam “uma imensa estrutura de recolha de informações sobre a sociedade, que são fornecidas aos órgãos de comunicação gratuitamente”.

No caso deste estudo, o Estado (assim designado por Medisch) é substituído pelas câmaras municipais e juntas de freguesia com os quais os media têm uma proximidade diária que resulta da estrutura que fazem da sua rede de informações. O mesmo se passa em relação aos candidatos políticos em função da proximidade dos jornalistas aos partidos políticos e por fim com os desportistas em relação aos clubes desportivos locais.

Recorrendo ainda à contribuição teórica de Molotch e Marilyn, o quadro X mostra como aqueles que necessitam de praticar acções que quebrem a rotina (acesso disruptivo) têm uma baixa percentagem de emissão do seu discurso nas rádios locais. A população em geral (onde se incluem as testemunhas de acidentes, os moradores que reivindicam melhorias na sua rua etc) são ouvidas ao longo deste estudo apenas pela Rádio Santiago, representando 4,29% da totalidade das notícias com recurso a declarações gravadas.

O acesso disruptivo é ainda possível verificar nas categorias “Sindicalistas” (7,36%), normalmente ouvidos a propósito de greves ou problemas laborais nas empresas da região, e na categoria “Associações Reivindicativas” (3,68%) cujas declarações versam sobre acções de protesto contra medidas governamentais (co-incineração na Serra da Arrábida ou melhores condições no troço da auto-estrada do sul entre o Seixal e a Ponte 25 de Abril).

A proximidade entre a rádio local e a comunidade parece assim esbatida e reduzida cada vez mais ao valor notícia «desordem».

A integração em associações locais ou reivindicativas parece ser a única forma das rádios locais produzirem o discurso da comunidade que não faz parte da elite.

Quadro XI - Acontecimentos locais com cobertura noticiosa

	Popular	%	Santiago	%	Seixal	%	Voz Almada	%	Total	%
Acidentes/catástrofes	1	0,30	3	2,22	4	9,76	1	5,00	9	1,71
Acção Policial	5	1,52	5	3,70	0	0,00	0	0,00	10	1,90
Actividades de Câmaras	62	18,84	31	22,96	15	36,59	2	10,00	110	20,95
Actividades de Empresas locais	0	0,00	4	2,96	0	0,00	0	0,00	4	0,76
Actividades de Empresas Nacionais	2	0,61	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,38
Camaval	18	5,47	3	2,22	1	2,44	0	0,00	22	4,19

	Popular	%	Santiago	%	Seixal	%	Voz Almada	%	Total	%
Clube Local	45	13,68	22	16,30	0	0,00	0	0,00	67	12,76
Comemorações Locais	8	2,43	17	12,59	1	2,44	0	0,00	26	4,95
Comemorações Nacionais	4	1,22	8	5,93	0	0,00	0	0,00	12	2,29
Emigrantes	4	1,22	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	0,76
Escolas Locais	4	1,22	2	1,48	0	0,00	0	0,00	6	1,14
Espect./Inic. Culturais	37	11,25	6	4,44	5	12,20	3	15,00	51	9,71
Greves/Problemas Laborais	24	7,29	2	1,48	2	4,88	0	0,00	28	5,33
Justiça	0	0,00	0	0,00	4	9,76	0	0,00	4	0,76
Património Local	9	2,74	0	0,00	0	0,00	0	0,00	9	1,71
Partidos Políticos	49	14,89	13	9,63	2	4,88	1	5,00	65	12,38
Projectos locais	25	7,60	7	5,19	3	7,32	0	0,00	35	6,67
Protestos/Manifestações	17	5,17	0	0,00	3	7,32	8	40,00	28	5,33
Religião	0	0,00	5	3,70	0	0,00	0	0,00	5	0,95
Transportes/Acessibilidades	15	4,56	7	5,19	1	2,44	5	25,00	28	5,33
Total	329	100,00	135	100,00	41	100,00	20	100,00	525	100,00

O quadro XI confirma a ideia anteriormente expressa de que as câmaras municipais assumem para as rádios locais a principal fonte de informação. Os valores apresentados dizem respeito à forma como os assuntos são abordados pelas rádios locais em relação ao seu foco principal.

Ou seja, não está em causa o promotor do acontecimento, mas sim a abordagem que a redacção da rádio faz desse evento. Por exemplo, o assunto “co-incineração na Serra da Arrábida” foi, ao longo deste estudo, um tema abordado de diversas perspectivas. Quando a notícia está tratada com base nas declarações proferidas por candidatos políticos às eleições legislativas ou autárquicas, aparece neste quadro incluída na categoria “Partidos Políticos”. Se foi tratada com base numa acção de protesto organizada por uma associação local, fará parte das notícias classificadas como “Protestos/Manifestações”.

O que se pretende analisar com este quadro são os valores-notícia prioritários para as rádios locais.

Nesse prisma, são as actividades camarárias (21%) que por mais vezes são objecto de notícia nas emissoras locais estudadas. Os principais assuntos têm a ver com tomadas de posição das diversas câmaras do distrito de Setúbal, quer políticas quer de ordem mais prática e que levem à acção e como tal susceptíveis de interferir na vida dos cidadãos. Para os valores obtidos nesta categoria contribuem muito duas situações: a primeira tem a ver com a divulgação de actividades e eventos culturais por parte das câmaras municipais

e a outra com as tomadas de posse dos novos presidentes de câmara, ocorridas na primeira semana de Janeiro de 2002.

Na categoria “Clube Local” inserem-se todas as notícias que se centralizam na actividade desportiva dos clubes do distrito de Setúbal. O facto de representar 12,8% da totalidade das notícias emitidas, faz-nos crer na importância em termos de valor notícia que as questões de desporto representam para as rádios locais. Aqui são incluídas todas as notícias que abordam os resultados desportivos, e as iniciativas desportivas que não sejam promovidas pelas câmaras municipais. Estes valores reforçam a tese de que o desporto local continua a ser uma das principais apostas em termos informativas nas rádios locais.

A categoria “Partidos Políticos” aparece na terceira posição quanto à focagem das notícias locais. Isto acontece pela situação atípica criada pelas campanhas eleitorais primeiro para as autárquicas e depois para as Legislativas. As 65 notícias encontradas neste estudo e que fazem dos partidos políticos o seu tema central, dizem todas respeito aos períodos eleitorais descritos. Estas informações são normalmente tratadas com base nas declarações dos candidatos políticos, embora versem na sua maioria sobre problemas da região e menos sobre questões de luta política, que seria normal em períodos pré-eleitorais. A questão da co-incineração na serra da Arrábida é o melhor exemplo que se pode dar nesta matéria.

O tratamento de notícias sobre espectáculos e iniciativas culturais é normalmente focado no evento em si mesmo e não em quem o promove ou organiza. Das 9,71% das notícias inseridas nesta categoria, uma parte significativa, na nossa estimativa, são apoiadas pelas câmaras municipais, contudo isso não é visível na leitura da notícia. Ou seja, o valor notícia tomado em linha de conta para o tratamento daquelas informações foi o acontecimento e não o seu promotor. A realização de espectáculos musicais, exposições, e lançamentos de livros são os temas mais recorrentes nesta categoria.

O anúncio de projectos locais, cujo tratamento noticioso é focado no projecto e não no seu promotor representa 6,67% do total de notícias emitidas. São os exemplos da criação de um Banco do Tempo no Montijo, que embora tendo o apoio da junta de freguesia local, não é promovido por esta entidade, mas sim por uma instituição internacional.

Greves e problemas laborais, protestos contra medidas governamentais ou camarárias e notícias sobre transportes e acessibilidades representam cada uma das categorias 5,33%, ligeiramente acima das notícias focadas no Carnaval, uma categoria que aparece quase em exclusivo no dia 8 de Fevereiro, quando ocorrem os desfiles carnavalescos levados a cabo pelas escolas do distrito.

II. 7. - O tratamento da informação

II. 7.1. – As aberturas dos noticiários

A informação radiofónica está, como vimos, intimamente condicionada pelas características do próprio meio de comunicação que devido à apresentação temporal das notícias implica a sua não permanência e dificulta a sua memorização.

Estudos demonstram que são as primeiras e as últimas notícias difundidas num noticiário radiofónico que são melhor retidas pelos ouvintes. É por isso que a abertura dos noticiários das rádios reflecte a importância que as redacções atribuem a determinados acontecimentos.

Os valores que a seguir se apresentam, por nos permitirem aferir acerca dos valores-notícia prioritários para o «corpus» estudado, assumem importância no contexto deste estudo que pretende contribuir para a compreensão do posicionamento dos acontecimentos locais no contexto da informação das rádios locais.

Quadro XII - Abertura dos noticiários por secção

	Popular	%	Santiago	%	Seixal	Voz	%	Almada	%	Total	%
Internacional	7	5,94	0	0,00	8	11,94	9	7,56	24	6,19	
Nacional	24	20,35	20	23,81	45	67,26	95	79,83	184	47,41	
Local Lisboa	6	5,09	0	0,00	8	11,94	14	11,76	28	7,21	
Local	81	68,61	64	76,19	6	8,95	1	0,85	152	39,19	
Total	118	100,00	84	100,00	67	100,00	119	100,00	388	100,00	

As notícias com interesse/significado Nacional assumem um forte predomínio também quanto à abertura dos noticiários. Representam 47,40% das aberturas dos 388 blocos informativos analisados.

Há contudo, que acrescentar o diferente tratamento que este tipo de informações assume para as diferentes estações de rádio estudadas. Mais uma vez, são as emissoras mais próximas fisicamente de Lisboa que privilegiam as notícias categorizadas como Nacional e são as mesmas rádios cujas opções editoriais, quanto à abertura dos seus noticiários, não passam pelos acontecimentos classificados como «Local».

Pelo contrário, esta categoria é a mais escolhida para abrir os noticiários das rádios Popular FM e Santiago FM.

Os acontecimentos locais abrem 152 dos 388 noticiários analisados, o que representa 39,20 %. É ainda significativa a influência que o noticiário que decorre dos atentados do 11 de Setembro tem nos alinhamentos informativos das rádios locais, criando, como se disse, uma situação atípica, uma vez que as 24 aberturas com temas internacionais referem-se todas a informações relacionadas com os ataques terroristas a Nova Iorque.

As informações de interesse nacional, onde se incluem os temas de Política, Ambiente, Cultura e Sociedade dominam 47,40 % das aberturas dos noticiários analisados.

Um bom exemplo da importância dada aos acontecimentos nacionais é o dia 8 de Fevereiro quando os noticiários das rádios Seixal FM e Voz de Almada e por vezes a Santiago FM abriam invariavelmente com a cerimónia do fecho das comportas da Barragem do Alqueva. Tema que foi tratado por todas as emissoras da mesma forma, citando os mesmos intervenientes (o então primeiro ministro, António Guterres, associação ambientalista e o presidente da Junta de Freguesia da Aldeia da Luz que em protesto não compareceu na cerimónia).

A percentagem de noticiários que abrem com acontecimentos locais varia entre os 76,20% da rádio Santiago e os 0,84 % da Voz de Almada. A Popular FM regista uma percentagem de 68,60 % e a Seixal FM de 8,96 %.

As elevadas médias percentuais registadas pelas emissoras de Palmela e de Sesimbra têm justificações diferentes. Enquanto que a Rádio Popular FM adoptou uma linha editorial baseada na difusão de notícias referentes a acontecimentos locais, a Santiago FM tem uma estrutura dos seus noticiários que subverte os dados apresentados.

Ou seja, o princípio de que a notícia mais importante é a que abre o noticiário não é aqui totalmente válido, uma vez que aquela emissora privilegia o critério de proximidade no que diz respeito à hierarquização da informação nos noticiários, o que equivale a dizer que sempre que exista uma notícia local, abrirá invariavelmente o noticiário, independentemente do seu interesse/significado em relação às restantes informações.

A lógica estereotipada utilizada pela Santiago FM, segundo a qual o noticiário abre sempre com notícias locais, depois nacionais, internacionais, desporto e cultura, justifica a elevada percentagem de noticiários que abrem com informações de âmbito local, mas tal não nos permite retirar qualquer valoração da informação.

Por oposição, as rádios Seixal FM e Voz de Almada raramente abrem os seus noticiários com notícias locais. A emissora almadense fê-lo por uma única vez ao longo deste estudo e a Seixal FM apenas por seis vezes.

Há, contudo, um dado curioso acerca destas duas emissoras no que diz respeito às aberturas dos noticiários. Se no que toca a temas do Internacional ou Nacional não apresentam novidades, os dados disponíveis no quadro XII permitem-nos aferir da importância que estas rádios dão a informações resultantes de acontecimentos ocorridos ou com interesse/significado na margem norte do rio Tejo.

Os acontecimentos locais ocorridos nos concelhos de Lisboa, Sintra e Cascais representam a segunda opção (a seguir aos Nacionais) para a abertura dos noticiários nas rádios Voz de Almada (11,80 %) e Seixal FM (11,90%).

São exemplos a inauguração de um conjunto de equipamentos em Cascais (Seixal FM – 7/01/2002 às 14 horas) ou o pedido do presidente da câmara de Lisboa para que os partidos políticos retirem a propaganda eleitoral das ruas da cidade (Voz de Almada – 15/01/2002 às 16 horas).

Estes dados permitem-nos reflectir acerca de um reposicionamento do conceito de rádio local. Com efeito, a cobertura jornalística já não tem a ver unicamente com a zona ou comunidade onde a rádio está inserida, mas sim com os índices de audiência e potencialidades do mercado publicitário.

Como se verifica, são as emissoras mais perto geograficamente de Lisboa que procuram fazer uma cobertura mais intensa da actividade daquele concelho e outros nas proximidades.

Naturalmente que esta estratégia faz-nos pensar acerca das funções iniciais das rádios locais que apontavam para o estabelecimento de relações de interactividade com as comunidades onde se inserem. Um princípio que parece ameaçado pela lógica comercial das emissoras de rádio.

Com efeito, a linha editorial das rádios locais acaba por sofrer um reposicionamento geográfico, optando por fazer uma cobertura mais exaustiva das localidades onde têm mais audiência, independentemente de aquelas serem ou não o concelho-sede da emissora.

Esta situação torna-se ainda possível devido a questões técnicas, pois cada vez mais as rádios locais possuem emissores que permitem uma receptividade muito para além dos limites do seu concelho ou até do distrito.

Isso explica que a Voz de Almada tenha uma programação/informação mais virada para Lisboa, apesar de estar sediada num concelho do distrito de Setúbal, o mesmo acontecendo em relação à Seixal FM.

Com esta estratégia é legítimo questionar a função social e de ligação às comunidades locais que as rádios locais em Portugal ainda hoje possuem, especialmente na Grande Lisboa.

Ou seja, o quadro XII reforça o decréscimo de importância dos acontecimentos locais para as rádios locais. Tal como se verificou em relação às variáveis duração e quantidade, também quanto às aberturas, as rádios locais privilegiam os acontecimentos não locais.

Quadro XIII - Abertura de noticiários por categorias temáticas

	Popular	%	Santiago	%	Seixal	%	Voz Almada	%	Total	%
Local/Ambiente	7	5,93	0	0,00	0	0,00	0	0,00	7	1,80
Local/Desporto	5	4,24	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5	1,29
Local/Economia	0	0,00	2	2,38	0	0,00	0	0,00	2	0,52
Local/Local	25	21,19	55	65,48	5	7,46	1	0,84	86	22,16
Local/Política	16	13,56	3	3,57	2	2,99	0	0,00	21	5,41
Local/Sociedade	28	23,73	2	2,38	0	0,00	0	0,00	30	7,73
Local/Adaptado	0	0,00	2	2,38	0	0,00	0	0,00	2	0,52
Local LX	6	5,08	0	0,00	8	11,94	14	11,76	28	7,22
Ambiente	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,84	1	0,26
Cultura	1	0,86	0	0,00	2	2,99	1	0,84	4	1,03
Desporto	3	2,54	0	0,00	5	7,46	11	9,24	19	4,90
Economia	6	5,08	1	1,19	8	11,94	25	21,01	40	10,31
Europa	2	1,69	3	3,57	0	0,00	0	0,00	5	1,29
Educação	0	0,00	0	0,00	2	2,99	6	5,04	8	2,06
Política	3	2,54	5	5,95	7	10,45	2	1,68	17	4,38
Sociedade	9	7,63	11	13,10	20	29,85	49	41,18	89	22,94
Internacional	7	5,93	0	0,00	8	11,94	9	7,56	24	6,19
Total	118	100,00	84	100,00	67	100,00	119	100,00	388	100,00

Os temas de Nacional/sociedade são aqueles onde recaem as opções editoriais para a abertura dos noticiários. A redução da taxa de alcoolemia dos condutores de 0,5% para 0,2, os problemas sociais como o encerramento de um lar para idosos, por falta de condições ou as questões de justiça como a introdução de pulseiras electrónicas nos presos, foram alguns dos temas categorizados como Nacional/sociedade que abriram os noticiários das rádios.

Ainda no plano nacional, as notícias referentes à introdução do euro, aqui categorizadas como Nacional/economia representam a segunda categoria que mais noticiários abre.

No plano Local, o predomínio das opções editoriais vão para os problemas categorizados como Local/local e que, como se viu, têm um interesse/significado muito restrito à zona onde ocorreram. São, contudo estas “pequenas” notícias, normalmente relacionadas com o quotidiano dos cidadãos que abrem mais noticiários no plano Local, e a segunda categoria, quando contabilizados todas as aberturas, com 22,20 %.

A suspensão dos passes combinados CP/Soflusa para os utentes da Linha do Sado (entre o Barreiro e Setúbal), a construção de uma polémica urbanização na localidade de Fonte da Senhora, em Alcochete, ou os desfiles de carnaval das escolas do distrito são três exemplos de aberturas de noticiários com notícias classificadas como Local/local.

No plano Internacional, as notícias que abrem noticiários dizem todas respeito aos ataques dos Estados Unidos ao Afeganistão. De salientar, por fim, a importância dada às notícias do distrito de Lisboa que abrem 8 noticiários na Seixal FM e 14 na Voz de Almada, reforçando a estratégia de aproximação destas emissoras aos ouvintes daquela zona do país.

É curioso ainda verificar como os temas de desporto, quer Local, quer Nacional raramente abrem os noticiários radiofónicos, apesar de representarem, como vimos perto de 25% do total das notícias emitidas pelas rádios locais, o que prova algum conservadorismo no alinhamento dos blocos de informação, privilegiando temas como a Sociedade, a Economia ou a Política, este último devido em grande parte aos períodos eleitorais que o estudo atravessou.

Os critérios de selecção das notícias para abertura parecem basear-se na «actualidade», «interesse» e «proximidade», não sendo possível verificar se a

forma de tratamento das informações tem alguma relevância para a abertura dos blocos de informação. Ou seja, a lógica temporal, duração da informação, não parece ser facilmente aplicável, pois foram encontradas notícias de abertura com 20 segundos e com 2 minutos.

A criação de uma “estória” também não parece ser relevante, se atentarmos ao facto de não haver qualquer tratamento complementar às notícias de abertura categorizadas como Nacional, Internacional ou Local/Lisboa: não existe gravação ou citação das partes envolvidas. O tratamento como informação própria só acontece em relação às notícias Locais.

A notícia de abertura é assim transmitida em função da sua actualidade, interesse ou proximidade, não recebendo qualquer tipo de tratamento mais aprofundado, como comentários, ou até mesmo actualizações ao longo do dia. Nalguns casos, a notícia de abertura dos noticiários da manhã, é precisamente a mesma que abre os últimos informativos da tarde, depois de ter estado ausente durante algumas horas (Notícia sobre a redução da Taxa de alcoolemia, Voz de Almada, 7/01/2002).

A influência das audiências também parece ter algum peso nas opções editoriais para a abertura dos noticiários. Isso é verificável se tivermos em linha de conta a percentagem de notícias de áreas geográficas distantes do concelho-sede mas onde a rádio é perfeitamente audível.

Há, porém a tendência de escolher para notícias de abertura, as que são emitidas com um directo do exterior, ou em reportagem, embora estas duas formas, como adiante se verá, não terem sido muito utilizadas.

II. 7.2. - O predomínio dos factos sobre a opinião; o mimetismo das agências noticiosas

O tratamento informativo das notícias nas rádios locais tende claramente para a apresentação dos factos e menos para a sua discussão. A forte dependência das agências noticiosas, marcada por um mimetismo constante da agência dos media nacionais, aliada à escassez de recursos físicos e humanos conduzem ao predomínio excessivo de notícias referentes a

acontecimentos de âmbito Nacional e Internacional, aos quais os jornalistas, pelas razões apontadas, dificilmente conseguiriam aceder, se não fossem as agências noticiosas.

Prevalece a difusão de informações em detrimento do seu aprofundamento. Este método é muito utilizado na rádio em países como o Brasil (MEDITSCH, 1999:125) onde a rapidez e diversidade da informação são atributos explorados ao máximo, como tal as informações são constantemente actualizadas ao longo do dia.

Não é o que se constata após a análise do «corpus». As suas notícias são breves, mas a sua actualização raramente acontece. A mesma informação, lida contudo com pequenas alterações ao nível da sua estrutura, percorre uma manhã informativa inteira e por vezes é difundida nos noticiários da tarde, sem que tenha havido qualquer dado novo que justifique a sua difusão.

Por exemplo, no dia 7 de Janeiro de 2002, a notícia sobre a reposição naquele dia da taxa de alcoolemia de 0,2 para 0,5 por cento abriu os noticiários da Voz de Almada entre as 8 e as 14 horas. Às 15 horas foi a segunda notícia. Às 17 e 19 horas voltou a abrir os respectivos noticiários.

Este método é também utilizado, embora não de forma tão excessiva pelas restantes rádios analisadas e contradiz a lógica informativa da rádio portuguesa que prefere o aprofundamento da informação em detrimento da rapidez na sua divulgação.

“Em Lisboa, todas as informações servem de ponto de partida para um trabalho que sempre passa pelo repórter, que vai apurar mais dados, ouvir mais fontes e construir uma “estória”, com começo, meio e fim” (MEDITSCH, 1999:125).

Prossegue o autor: “No mesmo tempo em que a TSF de Lisboa divulga 40 notícias novas, produzidas segundo seus critérios, uma rádio brasileira é capaz de divulgar 200 notícias novas, ou seja cinco vezes mais notícias. Em compensação, estas notícias serão mais resumidas, menos completas, mais padronizadas e menos criativas quanto à forma e à linguagem”.

Este estudo mostra, contudo que os noticiários das rádios locais não se englobam nas categorias descritas por Eduardo Meditsch. Se por um lado, nem sempre utilizam a técnica de construção de uma “estória” privilegiando a difusão rápida da informação, por outro não diversificam no que diz respeito à

obtenção de notícias novas, algo que a rapidez de difusão poderia permitir, tal como acontece no Brasil.

Ao contrário do jornalismo radiofónico, que tende a utilizar o telex de agência como ponto de partida para a criação de uma “estória”, implicando isso o tratamento em reportagem, o cruzamento de fontes de informação ou de protagonistas, ou ainda a inclusão de opinião de peritos ou comentadores, o jornalismo que é praticado nas rádios locais, ao não ter acesso aos intervenientes do maior número de notícias que emitem (Nacional e Internacional), colocam no ar informações que nada acrescentam aos telex recebidos das agências noticiosas.

Aquilo que os ouvintes das rádios locais ouvem é pouco mais que a exposição breve, concisa, simples e sucinta dos factos que compõem um determinado acontecimento.

A prática de um jornalismo de proximidade, aqui entendido como um registo enquadrador no qual os assuntos aquando dos planos Nacional ou Internacional, são direccionados em função da sua influência numa comunidade local, é totalmente inexistente. Em sua substituição, o jornalismo praticado no «corpus» estudado é mimético das agências noticiosas e da agenda dos media nacionais.

Esta aparente normalidade do jornalismo radiofónico local, só é quebrada com o tratamento das notícias classificadas neste estudo no plano Local. Aqui, pelo facto do acesso aos protagonistas e fontes de informação ser mais facilitado pela proximidade física, os temas são normalmente tratados com mais profundidade, por vezes com o cruzamento de fontes de informação, que resulta da elaboração de pequenas reportagens no local do acontecimento.

Mas nem por isso, o recurso à opinião de terceiros, peritos ou comentadores, é uma prática corrente, daqui resulta a imagem de uma realidade simplificada com base em factos e menos na interpretação e explicação destes. A rádio local é sem dúvida mais informativa que explicativa. Mais objectiva que subjectiva. Mais simples, menos estética..

Quadro XIV - Géneros jornalísticos utilizados nos noticiários

	Popular	%	Santiago	%	Seixal	%	Voz Almada	%	Total	%
Noticias	611	99,35	574	98,46	319	100,00	445	100,00	1949	99,34
Reportagens	3	0,49	9	1,54	0	0,00	0	0,00	12	0,61
Entrevistas	1	0,16	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,05
Opinião	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	615	100,00	583	100,00	319	100,00	445	100,00	1962	100,00

O quadro XIV mostra como a notícia é claramente o género jornalístico mais utilizado pela rádio. Estamos em crer que os valores apresentados (99,3%) se devem sobretudo à dependência das agências noticiosas e à não utilização dessa informação como ponto de partida para a elaboração de reportagens, que aparecem apenas por doze vezes nos noticiários do «corpus». Menos ainda a entrevista enquanto género jornalístico, tendo em conta que é utilizada apenas por uma vez. Os géneros jornalísticos de opinião não foram utilizados pelas rádios locais estudadas.

Quadro XV - Tratamento da informação quanto à forma

	Popular	%	Santiago	%	Seixal	%	Voz Almada	%	Total	%
Noticias lidas pelo Pivot	606	98,5	576	98,8	317	99,4	433	97,30	1932	98,47
2ª Voz em Estúdio	7	1,14	2	0,34	2	0,63	12	2,70	23	1,17
Directos	2	0,33	5	0,86	0	0,00	0	0,00	7	0,36
Total	615	100,00	583	100,00	319	100,00	445	100,00	1962	100,00

Quanto à forma de tratamento da informação, optou-se por criar três categorias. As informações tratadas em forma de “Directo”, representando este o directo feito a partir do exterior do estúdio e as informações tratadas com segunda voz, ou seja aquelas notícias em que o pivot do noticiário faz um lançamento para que outro jornalista desenvolva o tema e por fim as notícias lidas na íntegra pelo pivot de informação, que constituem a maior percentagem (98,5%).

O directo do exterior é utilizado apenas por sete vezes, e unicamente por duas rádios. A rádio Popular FM durante a realização dos desfiles de Carnaval pelos alunos das escolas da freguesia do Pinhal Novo, concelho de Palmela e pela Santiago FM que fez directos também pela mesma situação e ainda para o acompanhamento de uma reunião pública do executivo da câmara de

Sesimbra. Também aqui se demonstra a relação causa-efeito da informação das rádios locais.

Ou seja, tendo em linha de conta que o directo representa uma opção editorial da redacção associada à importância de um acontecimento, e que uma das características vantajosas da rádio informativa “é chegar primeiro”, verifica-se contudo que as emissoras locais recorrem muito pouco a esta forma, em boa parte devido à falta de recursos humanos que possibilitem a deslocação de um repórter para o local do acontecimento.

A causa (falta de meios) traduz-se num efeito (subaproveitamento dos recursos do media).

A utilização de uma segunda voz na leitura das notícias é mais frequente que a utilização de directos. A rádio Voz de Almada é a emissora que mais utiliza este método de diversidade polifónica que a rádio oferece.

II. 7.3. - A importância do Desporto e a manutenção do «status»: o declínio do discurso alternativo

A informação tem desempenhado um papel importante no contexto das rádios locais. Desde logo por se ter constituído como uma alavanca para o desabrochar do movimento na Europa. Recordemos os exemplos de Itália e França só para citar alguns, onde a necessidade de uma informação de proximidade foi o pretexto para o aparecimento de inúmeras emissoras piratas.

Em Itália, a Rádio Alice pela sua irreverência e originalidade postas ao serviço do entretenimento, mas também da informação representa um excelente exemplo de como o papel dado ao sector informativo das rádios livres não foi discipiente.

Umberto Eco (1981) lembrava que as rádios independentes mudaram a noção de informação, na medida em que contribuíram para o debate público de questões sociais.

Em Portugal, o estilo centralizador da emissora nacional, que a criação dos seus emissores regionais pouco ou não resolveu neste capítulo, foi também o mote para o aparecimento de rádios-piratas, fora dos grandes centros urbanos, como Lisboa e Porto, desejosa que estava a população portuguesa de se ver retractada na informação radiofónica.

Lembremos os casos das rádios Botaréu, Vila Nova de Ourém, que cobriu em directo, em 1986, a acção dos bombeiros que combatiam um incêndio e o caso da Rádio Antena Livre de Abrantes que viu nas cheias do rio Tejo em 1983 a oportunidade para criar uma estação local. Os clubes do concelho de Almada, juntos, protestaram em Março de 1998 contra a decisão da estação em deixar de fazer os relatos de futebol das colectividades daquele concelho.

São três exemplos que ilustram o papel importante em termos informativos que as rádios locais podem desempenhar, enquanto meios de comunicação de proximidade.

A alteração do discurso jornalístico em rádio é outro contributo das rádios locais. Para além do uso permanente do directo, no exemplo português inaugurado pela TSF, mas que a Rádio Alice já havia praticado em Itália, embora com contornos diferentes, as rádios locais aproximaram a informação dos cidadãos. Criou-se um verdadeiro jornalismo de proximidade, particularmente nos anos da “pirataria”. Os pequenos problemas dos cidadãos como o buraco da rua que teima em ser tapado, os frequentes cortes de água nos dias de Verão ou as lutas políticas entre autarcas locais, passaram a fazer também parte do discurso mediático ao serem transportados para os microfones de centenas de rádios em todo o país.

O recurso ao “microfone aberto” permitiu, por outro lado que a denúncia de situações preocupantes para os cidadãos de uma determinada localidade passassem a ser discutidos publicamente, algo impossível de ocorrer nas rádios de cobertura nacional.

Warren Bareiss¹⁰³ (1998) considera que “a rádio local constitui um meio ideal para o estudo do localismo e da identidade”, na medida em que é um meio “baseado no lugar”.

A prática de um jornalismo que aproxime os cidadãos do meio de comunicação social pode ser, por esta razão e tendo em conta o percurso teórico seguido ao longo deste estudo, a principal vantagem das rádios locais.

Estaremos, pois a falar de um jornalismo que complemente o chamado jornalismo tradicional e que não se oponha a ele. Estamos pois, em desacordo

¹⁰³ - Citado por REIS, Filipe, “Algumas Observações sobre o Localismo”, in, CÁDIMA, Francisco Rui (Coord.) *Anuário da Comunicação – Os média em tempo de crise 2001/2002* – Observatório da Comunicação, Lisboa, s/d.

com o pressuposto teórico defendido por autores como Raquel Paiva¹⁰⁴ que considera o jornalismo comunitário como uma forma de contribuição para a coesão social e de participação nos problemas da comunidade.

Para a autora o jornalismo comunitário recusa o jornalismo vigilante assemelhando-se a um jornalismo de trincheira no que se refere ao seu compromisso com a comunidade a que está ligado. O jornalista transforma-se num «comunicador social». A sua função é «provocar a participação».¹⁰⁵

A concepção teórica do jornalismo seguida neste estudo aproxima-se mais dos contributos dados por João Carlos Correia que defende a existência de um “novo jornalismo regional”¹⁰⁶ no qual os “profissionais novos que, sem deixarem de estar implicados num compromisso de desenvolvimento regional, estejam despertos para a concretização de um produto de qualidade”.

O que o autor propõe é que aqueles profissionais sejam dotados de conhecimentos técnicos e que conciliem a prática de um jornalismo de qualidade com a sensibilidade para com as especificidades.

Esta linha teórica, não pressupõe uma ruptura com as exigências de uma comunidade participativa nos media, mas faz mais do que isso, pois rejeita a ideia de discursos hegemónicos, apelando para o pluralismo e discussão dos temas públicos de um lugar. João Carlos Correia conclui: “torna-se, pois, claro que esse lugar aberto à comunidade de saberes que o campo dos media regionais pode configurar é tanto mais possível quanto os media se encontrem próximos dos seus públicos”¹⁰⁷.

A informação nas rádios locais, pode certamente contribuir para aquela aproximação de que fala o autor. Uma ideia sublinhada por Andrew Crisell (1994: 124) que constata que a rádio local alterou a informação ao dar a pequena notícia que os jornais ignoravam.

Numa outra perspectiva, Rudolf Arnheim (1936: 242) lembra-nos que a rádio contribuiu no início do século XX para a pluralidade de vozes e para o livre pensamento. O autor dá o exemplo da American Worker's Guild que fundou em 1932, uma pequena rádio que concedeu aos trabalhadores negros

¹⁰⁴ - Citada por CAMPONEZ, Carlos, *Jornalismo de Proximidade*, Minerva, Coimbra, 2002, pp.152-153

¹⁰⁵ - Idem.

¹⁰⁶ - CORREIA, João Carlos, *Jornalismo e Espaço Público*, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 1998, p.166.

¹⁰⁷ - Idem, p.172.

algumas horas de programação. Este exemplo ilustra o carácter não hegemónico da rádio e que as emissoras locais, pelas suas características podem muito bem levar à prática.

A análise quantitativa que resultou deste estudo, permite-nos lançar algumas pistas para compreender o jornalismo que é hoje praticado nas rádios locais em Portugal, partindo de um «corpus» localizado na Península de Setúbal.

A primeira ilação a retirar do cruzamento dos dados anteriormente apresentados é a colagem do discurso informativo das rádios locais à agenda dos media de cobertura nacional. Verificou-se como os acontecimentos de interesse/significado Nacional representam a maior parte da informação emitida pelas rádios locais, o que tem como consequência prática a uniformização daquele discurso, mas que coloca à superfície as enormes dificuldades estruturais das rádios locais no sentido de obterem informação local, que implica necessariamente mais recursos técnicos e humanos, na medida em que as agências noticiosas não disponibilizam com tanta frequência este tipo de informação.

Por outro lado, são as informações locais que merecem das rádios locais um tratamento mais aprofundado, embora a excessiva dependência dos acontecimentos de rotina nos noticiários, reduza esse tratamento, quase na sua maioria, a notícias nas quais, quando muito, são ouvidos os protagonistas directos nesses acontecimentos. A opinião e a explicação dos factos é quase sempre omitida.

Também se verifica que as rádios locais, apesar de não levarem a cabo um jornalismo de proximidade tal como foi teorizado neste estudo, constata-se que as informações categorizadas como «Local local» abrem frequentemente os noticiários, apesar de não serem os acontecimentos mais divulgados pelas emissoras do nosso «corpus».

Os temas de desporto (particularmente o futebol), tal como no tempo da «pirataria», continuam a representar a melhor forma de aproximação às comunidades locais. O clube local e os seus sucessos ou insucessos desportivos fazem parte do dia a dia da informação das rádios locais, que possuem, pelo menos no «corpus» estudado, equipas de jornalistas de desporto com alguma relevância. Essa informação é depois aproveitada para

os noticiários, podendo-se considerar, que no plano local esta é a área com melhor cobertura em termos informativos.

O facto dos acontecimentos de rotina, consubstanciados em temas como as iniciativas locais, os espectáculos ou actividades das câmaras constituírem assuntos recorrentes nos noticiários, remete-nos para um jornalismo de consensos, onde o debate de temas públicos para a comunidade é praticamente inexistente. O estilo no tratamento é quase sempre reverente, e nalguns casos de simples divulgação de actividades.

Ao longo deste estudo o tema, no plano local, que mereceu mais importância por parte das redacções do «corpus» foram os desfiles de Carnaval.

A forma como este tema foi tratado transforma-o, curiosamente, no principal *happening* do dia 8 de Fevereiro nas rádios locais alvo deste estudo, algo que nem o início dos testes de queima de resíduos na cimenteira do Outão, em Setúbal, conseguiu.

Naquele dia, com excepção da Voz de Almada, as restantes rádios abriram os seus noticiários e fizeram frequentes directos dos locais de desfile de Carnaval. Outros temas (excepção feita ao desporto local), relacionados com o património local, projectos de luta contra a pobreza ou questões de mobilidade, um dos principais problemas com que se debatem as populações da Península de Setúbal, nunca foram alvo de um tratamento tão privilegiado naquelas variáveis (abertura de noticiários e directos) fazendo-nos crer da sua menor importância para as rádios locais estudadas.

Por outro lado, prática de um jornalismo de proximidade que caracterizou as rádios locais durante a «pirataria» foi nalguns casos esquecida.

As populações locais estão cada vez mais afastadas do espaço público mediatizado que as rádios locais em tempos representaram. Pelo contrário, hoje são os representantes das elites da comunidade local que, mercê do acesso facilitado aos media, vêem o seu discurso mais frequentemente reproduzido mediaticamente.

Acreditamos, pois, face aos objectivos que este estudo pretendeu perseguir, legítimo questionar o papel das rádios locais na formação da opinião pública local, ainda para mais, se tivermos em linha de conta que o jornalismo

praticado nestas emissoras parte do princípio de que a aproximação àquelas comunidades é feita às suas elites e não à população em geral.

III. Conclusão

Depois dos anos «quentes» caracterizados pelo aparecimento de inúmeras estações de rádio locais em todo o país, o debate em torno destes meios de comunicação social, deixou praticamente de existir. Em termos académicos, o cenário é ainda mais desolador, não havendo, até à data modelos teóricos/empíricos que permitam estabelecer uma comparação entre o estudo que aqui se apresentou e a teoria produzida.

Por esta razão, as ilações a retirar da investigação agora realizada, devem ser enquadradas num registo de caracterização deste sector em Portugal, tendo a consciência de que os resultados do estudo estão fortemente relacionados com o «corpus» escolhido, sendo difícil a sua extrapolação para um cenário mais generalizado.

Algumas constatações são, contudo, possíveis de fazer e que confirmam as linhas de debate anteriormente invocadas quando o tema se reduzia às consequências do aparecimento, em Portugal, de um sem-número de estações de rádio locais.

Uma dessas constatações tem a ver com o eterno atraso estrutural das empresas locais de radiodifusão. Tal como há dez anos, este estudo reforça as debilidades de ordem financeira e das empresas de radiodifusão local.

A questão, continua, por isso na primeira linha do debate acerca das funções sociais das rádios locais, na medida em que aquela situação tem condicionado de uma maneira que nos parece determinante, o levar à prática das ideias que estiveram na base do desabrochar do movimento das rádios livres/locais em toda a Europa, Portugal incluído.

Lembremos a este propósito autores como Guattari, Eco ou Diaz Nosty cujas linhas de pensamento atribuíam ao conceito de rádios locais uma ideia incorporada de partilha do espaço público mediatizado, levando para este o discurso dos vários actores sociais.

Uma linha de pensamento que confrontava a prática exercida pelas rádios de cobertura nacional, mais viradas para a reprodução dos discursos das elites políticas, até pelo facto de pertencerem, na sua maioria, aos Estados.

As rádios locais representariam assim um meio de comunicação social voltado para as populações, consubstanciado no acompanhamento das

pulsões sociais das comunidades, na efectiva realização de uma grelha de programação onde a tradição e a história locais seriam pontos fortes tal como a prática de um jornalismo de proximidade.

O percurso teórico adoptado neste estudo insere o movimento das rádios livres na Europa numa lógica que é atribuída aos meios de comunicação social de se constituírem como um palco privilegiado para a pluralidade dos discursos produzidos numa comunidade. Lembremos a propósito Umberto Eco (1982) quando refere que as rádios livres abriram uma nova era na liberdade de expressão baseada na palavra directa e de livre acesso.

Esta nova era, de que fala o autor italiano, remete-nos para os exemplos práticos que a história nos deu a propósito da criação das rádios livres um pouco em toda a Europa. Recordem-se os exemplos espanhol, onde o movimento foi fortemente marcado pela acção de grupos até então sem voz na comunicação social, como homossexuais ou feministas. Em França foram os ambientalistas e as lutas estudantis que impulsionaram o movimento, enquanto que em Itália a rádio Alice aparece como uma espécie de paradigma da irreverência que representou, em grande medida, uma das imagens de marca dos períodos iniciais das emissoras livres de radiodifusão.

Felix Guattari (1982) salienta que o surgimento das rádios livres na Europa se deveu à vontade popular que sentiu a necessidade de se expressar na cena mediática. É nesta ideia genérica que se pode enquadrar o caso português que nasceu menos da iniciativa de grupos sociais ou políticos e mais da consciência popular de comunidades que não se reviam no discurso produzido pelas emissoras nacionais. É preciso, contudo, lembrar que o movimento das rádios locais em Portugal teve um forte apoio das autarquias locais, nomeadamente como forma de pressão do poder político com vista à necessária alteração legislativa.

O princípio das rádios livres significa, de certa forma, a expressão prática de uma nova cultura de comunicação e informação de que fala Juan Galindo (1998) consubstanciada no direito dos cidadãos a, não só terem acesso aos media enquanto receptores, mas também enquanto participantes activos no discurso mediático.

A dialéctica entre o local e o global assume também um papel importante, na medida em que alguns contributos teóricos, como vimos ao longo deste

estudo, assentam na ideia de que os meios de comunicação social local e regional representam uma alternativa ao discurso dos mega media.

O que nos parece ser importante salientar é que não se entende, no contexto deste estudo, o espaço local como uma resistência ou oposição ao espaço global. O local significa antes demais uma nova forma de entender o mundo, como refere Joan Dominguez.

Numa linha de pensamento semelhante, Francisco Rui Cádima (1999) lembra Lévy-Strauss quando este alertava para a importância das culturas locais receberem de fora novos aspectos da cultura universal, para assim serem “capazes de compreender a sua própria identidade, enfim, a especificidade que lhes dá a sua diferença”.

Esta ideia é aliás, fundamental para se perceber o modelo teórico que pretendemos seguir para a realização deste estudo e que poderemos sintetizar em três pontos. Primeiro, o carácter eminentemente popular dos movimentos das rádios locais, enquanto geradores de um discurso identitário próprio, plural e catalisador do debate público das pulsões sociais de uma comunidade.

Em segundo lugar, a dimensão democrática dos meios de comunicação social local e regional, onde naturalmente se inserem as rádios locais, consubstanciada no acesso dos cidadãos ao espaço mediático.

Por fim, em terceiro lugar, o papel do espaço local como terreno específico para a criação de uma identidade própria, significando isso o sublinhar das diferenças face ao global e contribuindo para olhar o mundo de forma distinta dos media globais.

Pretendeu-se, seguindo este modelo teórico, perceber como as rádios locais portuguesas enfrentaram as primeiras duas décadas de existência, nomeadamente na forma como conseguiram gerir a passagem de uma fase onde imperou um certo romantismo e no qual foi visível a preocupação pela preservação dos princípios atrás enunciados, para um período caracterizado por um contexto de lógica de mercado.

Uma primeira constatação que resulta do «corpus» estudado é que aqueles atributos teóricos parecem ter esbarrado na necessidade de sobrevivência das próprias empresas locais de radiodifusão.

O caso português caracterizou-se por uma «febre» que se traduziu no licenciamento desenfreado de emissoras em zonas do país sem condições de

mercado favoráveis a esse cenário. Esperava-se que tal tivesse sido corrigido pelos anos «negros» das rádios locais em que muitas tiveram de encerrar e outras foram vendidas a igrejas, no início da década de 90.

Pelo contrário, isso não aconteceu e o mercado acabou por «endireitar» aquilo que as alterações do plano legislativo ainda não conseguiram fazer, embora se deva registar algumas melhorias, por exemplo, na recuperação da identidade das rádios locais, com as limitações impostas à constituição de cadeias radiofónicas.

Este estudo demonstra que o desempenho das funções das rádios locais em Portugal está ainda fortemente condicionado pelas limitações impostas pelos condicionalismos organizacionais das empresas. Esta parece-nos ser uma das conclusões a retirar da investigação efectuada.

A excessiva dependência das agências noticiosas - consequente dos poucos recursos das redacções - que este estudo demonstrou existir para a construção dos noticiários informativos, contribuiu definitivamente para o declínio de um discurso informativo alternativo, mais próximo dos cidadãos.

Num artigo, já citado ao longo deste estudo, de autoria de Bernardo Diaz Nosty (1997), intitulado “El futuro de los canales autonómicos y los Medios locales públicos”, o autor confronta os media globais com os locais quanto ao discurso utilizado. Nosty defende que os media locais, particularmente os públicos (uma realidade que não existe em Portugal) devem apostar num discurso alternativo consubstanciado na especialização geográfica.

Diz Nosty que os media de proximidade devem criar espaços/discursos direccionados para a audiência específica e não se afastarem das realidades próprias de uma comunidade, como forma de incrementar valores de cidadania e de democracia. É esta especialização do discurso mediático próprio dos media locais que constitui, para o autor, a mais-valia relativamente aos media globais.

É pois, importante salientar que o jornalista de uma rádio local, é em primeiro lugar jornalista, mas é um jornalista especializado. Não ao nível temático, como o desporto ou a cultura, mas ao nível geográfico e como tal é nessa condição que representa um valor acrescentado para o discurso informativo dos media locais. Por esta razão, faz todo o sentido que o território local signifique a principal área de intervenção dos jornalistas das rádios locais,

como forma, por um lado, de sublinhar a sua diferença e por outro para contextualizar, tendo em conta o seu público, os acontecimentos que chegam “de fora”.

Este estudo revela, contudo, que o tratamento noticioso das rádios locais do nosso «corpus» passou a caracterizar-se pela emissão de acontecimentos do plano Nacional – dada a abundância de informações disponibilizadas pelas agências – e deixou de parte o tratamento de informação própria, recolhida no território local, que contribuiria muito mais para o debate das questões públicas das comunidades locais.

O serviço público desempenhado pelas rádios locais – defendido por alguns – levanta-nos, por isso, sérias dúvidas, dada a uniformização, padronização e colagem cada vez mais acentuada das rádios locais, à agenda da generalidade dos meios de comunicação social de cobertura nacional.

Mas é necessário precisar que a dependência das agências noticiosas que se traduz num mimetismo dos telex e num “jornalismo de anúncios” radica na impossibilidade das empresas de radiodifusão local procurarem a informação por meios próprios. Limitação essa provocada pelos constrangimentos de ordem financeira.

Como refere Nelson Traquina (2001:45), “o jornalismo tem custos, a começar pela contratação de jornalistas e pelos vencimentos oferecidos aos jornalistas”. O estudo conclui a influência que o factor económico tem na determinação dos conteúdos jornalísticos das rádios locais portuguesas.

Com efeito, mostrou-se, através da análise do «corpus» deste estudo, que o corpo redactorial das emissoras locais tem uma média de dois a três jornalistas, limitando muito a procura de informação própria. Será normal, neste contexto, que as redacções se apoiem nas informações «a la carte» disponibilizadas pelas agências noticiosas.

Mas parece-nos também que a quantidade de noticiários (por vezes onze diários, com apenas dois jornalistas) emitidos pelas rádios locais contribui, em termos práticos, para este cenário. Será fácil de entender, neste quadro, que a informação local - condicionada pela pouca diversidade de fontes - não é suficiente para ser parte maioritária dos alinhamentos dos noticiários.

Estaremos, por esta razão, perante um jornalismo que reflecte as próprias dificuldades das empresas e que se caracteriza pela escassez de debate das questões públicas locais.

O declínio do discurso alternativo das rádios locais verifica-se ainda através do tratamento que fazem dos acontecimentos Locais. Ao optarem pela reprodução do discurso das elites de uma comunidade, os jornalistas estão a contribuir para a manutenção do «status» e fechando as portas a outros grupos representativos da comunidade de se expressarem, senão através da quebra da rotina; acesso disruptivo segundo Molotch e Lester.

É, contudo, necessário ressaltar o facto dos resultados apurados neste capítulo, que privilegia o discurso produzido pelos actores políticos locais, estar fortemente condicionado pelo momento em que decorreu o estudo, que atravessou dois períodos eleitorais. De qualquer forma, a voz dos grupos sociais em regra com mais dificuldade de acesso aos media, apenas é reproduzida quando ocorre o valor-notícia «desordem».

Assim sendo, estaremos perante um jornalismo pouco plural no que diz respeito à diversidade de discursos, e menos explicativo no que concerne à participação do debate público local, prova disso é a esmagadora percentagem de notícias de rotina emitidas nos noticiários e o facto de falarmos de um “jornalismo sem opiniões”, já que o recurso a comentadores especializados ou outros é inexistente.

Através da análise dos noticiários das rádios locais do distrito de Setúbal, a sua função social parece esbatida na necessária sobrevivência económica das empresas que as suportam. É este condicionalismo organizacional que acabou por transformar uma lógica de discursividade alternativa seguida pelas emissoras locais nos primórdios do fenómeno, numa estratégia comercial abdicando, em muitos casos, dos valores e princípios fundamentais da comunicação social local: criar instrumentos para a participação efectiva das comunidades no debate público.

Mas este estudo, baseando-se apenas na análise dos noticiários, comprova a aptidão das rádios locais para os acontecimentos ocorridos no território local. Como se verificou, são as notícias categorizadas no plano Local as que melhor tratamento jornalístico receberam. Apesar de não muito frequente, é neste plano que podemos ouvir os intervenientes e protagonistas

dos acontecimentos, os directos e as reportagens. Pelo contrário, as notícias categorizadas nos planos Nacional e Internacional foram tratadas de duas formas: ou transcrições mais ou menos fiéis aos originais das agências noticiosas ou como simples anúncios de actividades.

Concluimos, pois, que a verdadeira vocação das rádios locais não se alterou, o que acontece é que o período de desordem no sector ainda não se esvaneceu e que tal está a condicionar fortemente as opções editoriais das redacções, que têm recaído numa colagem a uma agenda determinada pelos media nacionais e agências noticiosas e produzindo por essa razão um discurso que tem muito pouco de proximidade com os seus ouvintes.

A devolução às rádios locais do seu espaço próprio de acção será feito através de um registo de proximidade com os cidadãos, utilizando-se para tal das potencialidades que o campo jornalístico oferece nesta matéria.

João Carlos Correia (1998) propõe um «novo jornalismo regional» “com profissionais novos que, sem deixarem de estar implicados num compromisso de desenvolvimento regional, estejam despertos para a concretização de um produto de qualidade”.

Neste capítulo poderemos, a título meramente enunciativo, encontrar uma outra proposta. O jornalismo cívico, na perspectiva de autores como Jay Rosen, entendido como um elemento de mais valia para o jornalismo e no qual os jornalistas poderão criticamente alimentar uma compreensão das sociedades onde os cidadãos têm um papel activo de participação para o debate público no espaço mediático.

A discussão em torno do modelo ou modelos jornalísticos a seguir não cabe neste estudo, o que nos parece importante sublinhar é que às rádios locais portuguesas urge construir um discurso que tenha em conta as diversas especificidades locais das comunidades.

A aproximação aos indivíduos será, quanto a nós, uma espécie de tábua de salvação das emissoras locais apostando em registos jornalísticos que tenham em conta a explicação e interpretação dos acontecimentos. Estas estratégias devem ser, contudo, adoptadas afastando-se de um plano caracterizado pelo romantismo e uma certa dose de «amadorismo» que caracterizou as rádios locais no passado.

Enfrentando novos desafios como os grandes grupos económicos e a aplicação das novas tecnologias à rádio (Digital Audio Broadcasting e Internet), as empresas de radiodifusão local terão certamente um potencial de afirmação próprio que as distinga das restantes e que por isso as valorize. Mas estamos também em crer que esta mudança não pode ser feita sem o devido enquadramento legal que tenha em conta as debilidades estruturais destas empresas, na certeza porém que é a estas que compete, em primeiro lugar, optar por medidas que privilegiem a lógica empresarial, adaptada ao mercado onde se inserem, à formação profissional e tecnológica.

Este estudo, acreditamos, poderá ser o ponto de partida para futuras reflexões acerca das rádios locais em Portugal, sendo certo que os resultados aqui expostos revelaram uma forte dependência destas empresas de radiodifusão da lógica comercial e sendo certo também que em alguns países da Europa, muitas rádios livres/locais acabaram por se transformar em empresas sem fins lucrativos: as emissoras municipais (Espanha) e as associativas (França).

IV- Bibliografia

Livros

- AAVV, *60 Anos de Rádio Em Portugal*, Vega, Janeiro de 1986.
- AAVV, *O Processo Informativo na Comunicação Social Regional e Local*, Alta Autoridade para a Comunicação Social, Lisboa, Dezembro 1997.
- AAVV, *Colóquios sobre Rádio*, Sociedade Portuguesa de Autores, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1996.
- AAVV, *A Administração Local e a Informação*, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa, 1987.
- AGEE, Warren K., TRAQUINA, Nelson, *O Quarto Poder Frustrado*, Vega, Lisboa, 1988.
- ALBERT, Pierre e TUDESQ, A. J., *História da Rádio e Televisão*, Editorial Notícias, Lisboa, 1981.
- ARNHEIM, Rudolf, *Radio*, Ayer Company Publishers, New Hampshire, 1936, Reprint edition, 1986.
- BASSETS, Lluís, *De las ondas rojas a las rádios libres*, Gustavo Gili, Barcelona, 1982.
- BAUDRILLARD, Jean; *A Sociedade de Consumo*, edições 70, Lisboa, S/D.
- CÁDIMA, Francisco Rui (coord.), *Revisita Observatório – Para a História da Rádio em Portugal*, nº 4, Observatório da Comunicação, Lisboa, Novembro de 2001.
- CÁDIMA, Francisco Rui, *História e Crítica da Comunicação*, Século XXI, Lisboa. 1996.
- CÁDIMA, Francisco Rui, *Desafios dos Novos Media*, Editorial Notícias, Lisboa, 1999.
- CÁDIMA, Francisco Rui (Coord.) *Anuário da Comunicação – Os media e os novos media em Portugal 2000/2001* – Observatório da Comunicação, Lisboa, 2000.
- CÁDIMA, Francisco Rui (Coord.) *Anuário da Comunicação – Os media em tempo de crise 2001/2002* – Observatório da Comunicação, Lisboa, s/d..
- CAMPONEZ, Carlos, *Jornalismo de Proximidade*, Minerva, Coimbra, 2002.
- CAZENAVE, François, *Les Radios Libres*, PUF, Paris, Que Sais-Je ?, 1984

CAZENEUVE, Jean, *Guia Alfabético das Comunicações de Massas*, Edições 70, Lisboa, S/D.

CHANTLER, Paul e HARRIS, Sim, *Local Radio Journalism*, Focal Press, Oxford, 1997.

CHORÃO, Mário Bigote, MACEDO, Jorge Borges de, SILVA, Jorge Lopes da, et. Al., *Comunicação Social e Desenvolvimento Regional*, Castoliva Editora, Maia, 1984.

COELHO, Pedro Manuel R. S., *Rádios locais: problemas da opinião pública e regionalização*. Policopiado; Tese de Licenciatura em Ciências da Comunicação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1989,

CORREIA, Fernando, *Os Jornalistas e as Notícias*, Caminho, Lisboa, 1997.

CORREIA, João Carlos, *Jornalismo e Espaço Público*, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 1998.

CORREIA, José-Manuel Nobre, *A Cidade dos Media*, Campo das Letras, Porto, 1996.

CRISELL, Andrew, *Understanding Radio*, Routledge, London, 2ª. Edição, 1994.

CRISTO, Dina Isabel Mota, *A Rádio em Portugal e o Declínio do Regime de Salazar e Caetano (1958-1974)*. Policopiado; Tese de Mestrado em Ciências da Comunicação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1999.

DIAZ-NOSTY, Bernardo (coord.) *Informe anual de la comunicación 1999-2000 – Estado y tendencias de los medios en España*, Ediciones Tiempo S.A., Madrid, 2000.

ESCUDERO, Manuel Chaparro, *Rádio Pública Local*, Fragua, Madrid, 1998.

ESCUDERO, Manuel Chaparro (ed.), *Radiotelevisión Pública Local y Alternativa – Perspectivas*, Asociación de emissores municipales de Andalucía de Radio y Televisión, Sevilla, 1997.

ESCUDERO, Manuel Chaparro (ed.), *La Democratización de los medios radiotelevisión comunitária*, II Congresso de rádio y televisiones locales, públicas y alternativas, Sevilla, Noviembre 1998.

FIGUEIREDO, Mário Lopes, *Reflexão sobre o discurso radiofónico*. Policopiado, Tese de Licenciatura em Ciências da Comunicação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1989,

FONTECUBERTA, Mar de, *A notícia - pistas para compreender o mundo*, Editorial Notícias, Coleção Media e Sociedade, Lisboa, 2000.

GONÇALVES, Rui Fernando Mendes, *Jornalismo e Valores. O Projecto Informativo TSF-Rádio Jornal (1988-1993)*, Edinova, Lisboa, 1999.

Habermas, Jurgen, *A Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984.

HENRY, David, *Radio in the Global Age*, Polity Press, Cambridge, UK, 2000.

JEANNENEY, Jean-Noël, *Uma História da Comunicação Social*, Terramar, Lisboa, 1996.

LAVOINNE, Yves, *A Rádio*, Veja, Lisboa, s/d.

LEVINSON, Paul, *A Arma Suave*, Bizâncio, Lisboa, 1998.

MARQUES, Maria Madalena Ouro, *Contribuição para a construção de uma tipologia dos públicos da NRJ-Rádio Energia 92.4 FM*. Policopiado; Tese de Licenciatura em Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1992.

MEDITSCH, Eduardo, *A Rádio na Era da Informação*, Minerva, Coimbra, 1999.

MAIA, Matos, *Telefonia*, Círculo dos Leitores, Lisboa, 1995.

MARCOS, Luís Humberto, *Rádios Locais – A lei e a realidade*, Centro de Formação de Jornalistas, Porto, Janeiro de 1989.

MCLUHAN, Marshall, *Os Meios de Comunicação Social como Extensões do Homem*, Cultrix, São Paulo, s.d.

PEASE, Edward C. and DENNIS, Everette E., *Radio the Forgotten Medium*, New Jersey, 1995.

PRADO, Emili, *Estructura de la Información Radiofónica*, Editorial Mitre, Barcelona, 1985.

RODRIGUES, Adriano Duarte, *O Campo dos Media*, Veja, Lisboa, S/D.

SAPERAS, Enric, *Os efeitos cognitivos da Comunicação de Massas*, Edições Asa, Porto, 1993.

SANTOS, José António Afonso Rodrigues, *Adeus telefonia: a rádio na era da televisão*, Policopiado; Tese de Licenciatura em Ciências da Comunicação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988,.

SOUSA, José Pedro, *As notícias e os seus efeitos. As "teorias" do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*, Minerva, Coimbra, 2000.

TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Vega, Lisboa, 1993.

TRAQUINA, Nelson (org.) *O Poder do Jornalismo – Análise e textos da teoria do agendamento*, Coimbra, Minerva, 2000.

TRAQUINA, Nelson, *O Jornalismo Português em Análise de Casos*, Caminho, Lisboa, 2001.

TRAQUINA, Nelson, *O que é Jornalismo?*, Quimera, Lisboa, 2002.

VILLAFañÉ, J., BUSTAMANTE, E., PRADO, Emili, *Fabricar Noticias – las rutinas productivas en radio y televisión*, Editorial Mitre, 1987.

WOLF, Mauro, *Teorias da Comunicação*, Editorial Presença, Lisboa, 4ª edição, 1995

Artigos científicos

AAVV, V Congresso Nacional de Rádios – documentação provisória, Figueira da Foz, 25 de Novembro de 1995.

BRAUMAM, Pedro Jorge, “Tecnologia, inovação e desenvolvimento regional”, in, *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 4, Edições Afrontamento, Porto, Dezembro de 1986.

BREED, Warren, “Controlo Social na Redacção: Uma Análise Funcional”, In, TRAQUINA, Nelson, *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Vega, Lisboa, 1993.

CÁDIMA, Francisco Rui, “Os media regionais face à TV local”, in *Observatório – Os media nas Regiões*, nº 2, Observatório da Comunicação, Lisboa, Novembro de 2000.

CRESPO, Fernando Magalhães, “Situação actual e perspectivas de evolução da rádio em Portugal”, in *Observatório – Os media na era digital*, nº1, Observatório da Comunicação, Lisboa, Maio de 2000.

ESCUADERO, Manuel Chaparro, “Perspectivas da rádio local em Espanha. Alternativas à globalização”, in *Observatório – Os media nas Regiões*, nº 2, Observatório da Comunicação, Lisboa, Novembro de 2000.

ESTEVEES, João Pissarra, "Comunicação regional e local em Portugal", in *Revista Comunicação e Linguagens*, Jornalismo, nº8, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1988.

FAUSTINO, Paulo, "A importância da Imprensa Regional para a Publicidade vs o Poder dos Grandes grupos económicos", comunicação apresentada no seminário: Comunicação Social e Desenvolvimento Regional, Elvas, 25 Novembro de 2000. (Trabalho não publicado)

FAUSTINO, Paulo, "A imprensa regional em Portugal: estado da arte e práticas de gestão", in *Observatório – Os media na era digital*, nº1, Observatório da Comunicação, Lisboa, Maio de 2000.

GUREVITCH, Michael e BLUMER, Jay G., "A Construção do Noticiário Eleitoral: Um estudo de Observação na BBC", In, TRAQUINA, Nelson (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Vega, 1993.

LOPES, Fernando S., "Contra o caciquismo informativo", in *Jornalismo Real, Jornalismo Virtual: Documentos, Teses, Documentos*, Sindicato dos Jornalistas Portugueses, Lisboa, 1998.

MARINHO, António, "Viagens na minha Terra", in, *Jornalismo Real, Jornalismo Virtual: Documentos, Teses, Documentos*, Sindicato dos Jornalistas Portugueses, Lisboa, 1998.

MARINHO, Sandra, "Um percurso da rádio em Portugal", in *A Comunicação e os Media em Portugal*, (coord. Manuel Pinto), Coleção Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Braga 2000.

MELLO, Helena Bacelar, "Jornalismo regional e democracia", in *Jornalismo Real, Jornalismo Virtual: Documentos, Teses, Documentos*, Sindicato dos Jornalistas Portugueses, Lisboa, 1998.

MESQUITA, Mário, "Os meios de comunicação social", in REIS, António (coord.) *20 anos de democracia em Portugal*, Circulo dos Leitores, Lisboa, 1994.

MOLOTCH, Harvey e LESTER, Marilyn, "As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos", in, TRAQUINA, Nelson (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Vega, 1993.

NOSTY, Bernardo Diaz, "Los medios públicos regionales y locales – El futuro de los canales autonómicos y los medios locales públicos", In, ESCUDERO,

Manuel Chaparro (ed.), *Radiotelevisión Pública Local y Alternativa – Perspectivas*, Asociación de emissores municipales de Andalucía de Radio y Televisión, Sevilla, 1997.

REIS, Filipe, “Algumas Observações sobre o Localismo”, in, CÁDIMA, Francisco Rui (Coord.) *Anuário da Comunicação – Os media em tempo de crise 2001/2002* – Observatório da Comunicação, Lisboa, s/d.

SANTOS, Rogério, “Nos 75 anos de emissões regulares de rádio – Histórias de pioneiros”, in *Observatório – Os media nas Regiões*, nº 2, Observatório da Comunicação, Lisboa, Novembro de 2000.

SCHLESINGER, Phillip, “Os jornalistas e a sua máquina do tempo”, in, TRAQUINA, Nelson (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Vega, 1993.

SEVERINO, Rogério, “Rádios - O caso específico de Setúbal”, in *Jornalismo Real, Jornalismo Virtual: Documentos, Teses, Documentos*, Sindicato dos Jornalistas Portugueses, Lisboa, 1998.

SOLOSKI, Jon, “O Jornalismo e o Profissionalismo: Alguns Constrangimentos no Trabalho Jornalístico”, in TRAQUINA, Nelson (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Vega, 1993.

TABORDA, Maria João, “O espaço público da telefonia sem fios. A rádio, de Brecht à Internet”, in *Observatório – Os media na era digital*, nº1, Observatório da Comunicação, Lisboa, Maio de 2000.

TEIXEIRA, M. Pinto, “Rádio: Crescer sem limitações”, in, CÁDIMA, Francisco Rui (Coord.) *Anuário da Comunicação – Os media em tempo de crise 2001/2002* – Observatório da Comunicação, Lisboa, s/d.

TRAQUINA, Nelson, “As Notícias”, In, TRAQUINA, Nelson, *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Vega, Lisboa, 1993.

WOLTON, Dominique, “As contradições do espaço público mediatizado”, In, MESQUITA, Mário (org.), *Revista Comunicação e Linguagens nº 21-22 – Comunicação e Política*, Edições Cosmos, Lisboa, 1995.

Artigos consultados na imprensa periódica

Jornal “Público”

- 03.04.05 – MARQUES, Miguel Moiteiro, “Funcionários denunciam monopólio nas rádios de Setúbal”.
- 03.03.31 – LOPES, Maria “Rádios locais reclamam apoios indirectos do Governo”.
- 03.03.02 – RODRIGUES, Sofia, “TSF, a história da primeira emissão pirata”.
- 02.12.08 – FERNANDES, Tiago, “Rádios na Internet – entre a ferramenta de aprendizagem e o negócio”.
- 02.03.06 - L.P., “Rádio da IURD recorre do encerramento”.
- 02.03.12 – VILAR, Elisabete, “TSF cancela debates eleitorais”.
- 02.02.27 - PINTO, Luísa, “Rádio Placard encerrada nove anos depois”.
- 02.03.23 - MACHADO, Ana, “Rádio permanece estável perante crise dos media”.
- 02.11.10 – SANTOS, Pedro Nuno, “Rádio local apoia integração de imigrantes de Leste”.
- 01.12.12 - MACHADO, Ana, “Marconi fez há 100 anos a primeira comunicação transatlântica com sinais rádio”.
- 01.11.20 - LOPES, Maria, “ICS Investiga rádios locais do centro”.
- 01.11.05 - LOPES, Maria, “Rádios recusam-se a pagar transmissões de futebol europeu”.
- 01.03.26 - RODRIGUES, Sofia, “Lei da rádio divide tribunais”.
- 00.12.18 - VILAR, Elisabete, “Imprensa local pouco digital”.
- 00.10.27 - LOURENÇO, Eunice, “Lei da rádio aprovada”.
- 00.03.15 - RODRIGUES, Sofia, “Autarquias donas de rádios”.
- 99.12.18 - PORTUGAL, Margarida, “Sinergias em Antena”.
- 99.04.18 - PORTUGAL, Margarida, “Rádios locais à deriva”..
- 99.03.31 - RODRIGUES, Sofia, “Rádios locais, peso nacional”.
- 99.03.02 - BONIXE, Luís, “Radialistas despedidos recorrem a governador civil”.
- 99.02.27 - RODRIGUES, Sofia, “Rádios, caixas de música”.
- 98.12.24 - GOMES, Kathleen, “Rádios calaram-se há dez anos”.
- 98.05.20 - RODRIGUES, Sofia, “Rádios locais em risco de perder apoios”.
- 98.03.01 - LOURENÇO, Eunice, “A escola da Rádio”.

97.10.10 - LOURENÇO, Eunice, "Unidas pela Fé".
97.08.04 - RALHA, Leonardo, "Legitimar a anarquia".
97.08.04 - LOURENÇO, Eunice, "Cadeias radiofónicas legais".
97.03.24 - LOURENÇO, Eunice, "Audiências para as rádios locais".
96.10.11 - LOURENÇO, Eunice, "Rádios locais à conquista de Lisboa".
91.04.04 - FRAGOSO, José, "Nova energia agita FM jovem".
90.12.03 - FRAGOSO, José, "Rádios locais pedem revisão da lei".
90.10.30 - FRAGOSO, José, "Sindicato ouve rádios locais".
90.10.20 - FRAGOSO, José, "Rádios locais pedem ajuda ao governo".
90.06.21 - GUERRA, João Paulo e ANTUNES, Raposo, "Uma comissão sob suspeita".
90.06.20 - GUERRA, João Paulo, "Barbosa e Cruz vencem regionais".

Jornal Expresso

91.10.30 - MASSADA, Jorge, "Rádios locais dominam audiências de Lisboa e Porto".
90.09.22 - L.C., "Rádios Cidade e Festival lideram em Lisboa e Porto".
90.04.07 - RODRIGUES, Mário, "Comunistas demitem-se na Rádio Activa".
87.05.09 - BARÃO, Fernanda, "Viagem ao mundo das rádios livres".
S/d - MASSADA, Jorge e SERRANO, Reinaldo, "Cadeias nacionais de rádio multiplicam-se".

Agência Lusa

90.12.26. LUSA, "Rádios regionais: emissões da Press e Correio da Manhã são legais".

Diário de Lisboa

89.03.18 - SOARES, Dina, "Páscoa traz boas amêndoas às antigas Rádios-Pirata".
89.03.18 - NETO, Manuel, "No Porto: Rádio Nova (Grupo Sonae) na onda europeia".

Revista Comunicações

86.11/12 - CARNEIRO, Simões, "Espectro Radioeléctrico: Um Bem Escasso e Limitado".
86.11/12 - FERREIRA, Vítor Ribeiro, "Rádio: A Longa Gestaçã do Ordenamento Jurídico".

86.11/12 - FERREIRA, Vítor Ribeiro, “ Profissionais Fundam Cooperativas para Obterem Licenças de Radiodifusão”.

86.11/12 - MEIRELES, Isabel, “A Radiodifusão e o Direito Comunitário”.

86.11/12 - MIDÕES, Maria Esperança. “Mais de metade dos portugueses não ouvem Rádios Diariamente”.

86.11/12 - PINTO, Jaime Nogueira, “Problemas e Considerações Prévias às Novas Leis de Radiodifusão”.

86.11/12 - RODRIGUES, Adriano Duarte, “A Magia da Rádio”.

Jornal Sete

83.04.27 - RIBEIRO, Daniel, “Rádio Pirata arranca na Grande Lisboa”.

82.03.17 - DUARTE, Pedro, “Queremos uma estação de rádio pirata”.

Jornal O Ponto

81.01.29 - SANTOS, Sena, “Pirataria radiofónica – Rádio livre, livremente”.

Jornal Tal&Qual

88.01.15 – R.V., “Rádio Azul na Crista da Onda”.

Jornal “O Século”

86.09.08 – REBELO, Manuela, “Rádio Almada quer divulgar o concelho”.

Jornal “A Capital”

90.01.29 – “Rádio Seixal quer chegar a Lisboa”.

Documentos electrónicos e sites consultados

ANTÓN, Emma Roderó, “La Radio Educativa”, 1997, [http](#).

ANTÓN, Emma Roderó, “La Radio del Futuro es una Radio Digital”, 1998, [http](#).

ANTÓN, Emma Roderó, “El futuro es hoy presente – Situación actual de la Radio Digital en España”, 2001, [http](#).

ANTÓN, Emma Roderó, “Los principales errores que debe evitar todo locutor de informativos radiofónicos: un estudio práctico”, s/d, [http](#).

ANTÓN, Emma Roderó, “El tono de la voz masculina y femenina en los informativos radiofónicos: un análisis comparativo”, Novembro de 2001, [http](#).

CORREIA, João Carlos, “Jornalismo regional e cidadania”, [http](#).

ESPARTEIRO, Manuel Garcia, “As rádios locais, Hoje”, Newsletter do Observatório da Comunicação, Fevereiro de 2001, [http](#).

FIGUEIREDO, Alexandra, "Rádios repensam estratégias", Newsletter do Observatório da Comunicação, Julho de 2002, [http](#).

FIGUEIREDO, Alexandra, "Um balanço sobre o sector da radiodifusão (2000-2001)", Newsletter do Observatório da Comunicação, Fevereiro de 2002, [http](#).

MEDITSCH, Eduardo, Sete meias-verdades e um lamentável engano, [http](#)

MEDITSCH, Eduardo, "A Nova Era do Rádio: O discurso do radiojornalismo enquanto produto intelectual electrónico", [http](#).

ORTRIWANO, Gisela Swetlana, "Rádio: Interactividade entre rosas e Espinho", [http](#).

PÊGO, Rui, "Foi você quem pediu um sistema de rádios online?", [http](#).

PÉREZ, Arturo Merayo, "Las Rádios Locales Y su penetración en la audiencia", [http](#).

PÉREZ, Arturo Merayo , "A la busqueda de la calidad radiofonica: diez enemigos del pluralismo en la radio española de los noventa", [http](#).

PÉREZ, Arturo Merayo , "Didáctica de la comunicación radiofónica", [http](#).

PÉREZ, Arturo Merayo, "El estado económico y financiero de la radio comercial española Análisis comparativo de SER, COPE y Onda Cero", [http](#).

PÉREZ, Arturo Merayo, "Estructura de la información radiofónica en Castilla Y León", [http](#).

PÉREZ, Arturo Merayo, "Teologia e información en la rádio española de fin de siglo", [http](#).

PÉREZ, Arturo Merayo, "Identidad, sentido y uso de la radio educativa", [http](#).

TABORDA, Maria João, *Mass Media e Cidadania. A Rádio como Esfera Pública*, [http](#).

"Anacom autoriza transmissão com recurso ao T-DAB para as rádios locais", Newsletter do Observatório da Comunicação, Julho de 2002, [http](#).

"Rádios locais já têm projecto aprovado para emissão online", Newsletter do Observatório da Comunicação, Maio de 2002, [http](#).

Alta Autoridade para a Comunicação Social – www.aacs.pt

Associação de Rádio de Inspiração Cristã - www.aric.pt

Associação de Radiodifusão Portuguesa - www.apradiodifusao.pt

Fax Informativo da APR:

Nº 245 de 30 de Agosto de 2002

Nº 247 de 13 de Setembro de 2002

Nº 251 de 11 de Outubro de 2002

Nº 254 de 4 de Novembro de 2002

Nº 257 de 23 de Novembro de 2002

Biblioteca Online de Ciência da Comunicação - www.bocc.ubi.pt

Instituto da Comunicação Social – www.ics.pt

Observatório da Comunicação – www.obercom.pt

Rádio Baía - <http://7mares.terravista.pt/radiobaia/>

Rádio Mirasado – www.mirasado.pt

Rádio Seixal - www.radioseixal.com

Rádio Sines – www.radiosines.com

Secretaria de Estado da Comunicação Social - www.secs.pt

Telefonia Virtual - www.telefoniavirtual.pt

União Europeia de Radiodifusão - www.uer.com

Legislação

Leis, decretos e portarias do sector da radiodifusão

Decreto nº 17: 899, 29 Janeiro de 1930 I Série – Criação dos primeiros serviços de radiodifusão.

Decreto-lei nº 22.783, 29 Junho de 1933 I Série – Organização dos serviços radioeléctricos.

Decreto-lei nº 28508 de 3 Março 1938 I Série – Normas de funcionamento dos postos particulares de radiodifusão.

Decreto –lei nº 674-C/75 (2 de Dezembro de 1975) – Nacionalização de várias empresas de radiodifusão.

Lei nº 8/87 de 11 Março

Lei nº 87/ 88 de 30 de Julho

Decreto – Lei nº 338/88 de 28 de Setembro

Portaria nº 691/88 de 15 de Outubro

Regulamento do concurso público para atribuição de alvarás de 4 de Novembro de 1988

Portaria nº 757-A/88 de 24 de Novembro

Lei nº 87/88 de 30 Julho com as alterações resultantes da lei nº 2/97 de 18 de Janeiro

Decreto-Lei nº 130/97, 27 Maio – Licenciamento e atribuição de alvarás de radiodifusão

Despacho 2409/97 (2ª Série) – Regulamento do concurso público para a classificação de rádio como temática – 2 de Junho de 1997.

Despacho conjunto – 363/98 Regulamento do concurso público para a atribuição de alvarás para o exercício da actividade de radiodifusão sonora – 14 de Maio de 1998.

Decreto de lei 56/2001 de 19 de Fevereiro – Sistema de incentivos do Estado à comunicação social.

Proposta de Lei da Rádio – Aprovada em Conselho de Ministros 8 de Junho de 2000.

Lei nº 4/2001 de 23 de Fevereiro.

Projectos e Propostas de Lei

Projecto de Lei nº 79/III de 23 de Junho de 1983 (PCP).

Projecto de Lei sobre serviços locais de radiodifusão (PS/PSD) nº 252/III de 26 de Novembro de 1983

Projecto de lei sobre licenciamento das estações emissoras de radiodifusão (PSD) nº 142/IV de 22 de Janeiro de 1986

Proposta de lei sobre exercício da actividade de radiodifusão nº 20/IV de 4 de Abril de 1986

Projecto de lei da Radiodifusão (PS) nº 204/IV de 16 de Maio de 1986

Proposta de lei sobre licenciamento nº 24/IV de 16 de Maio de 1986

